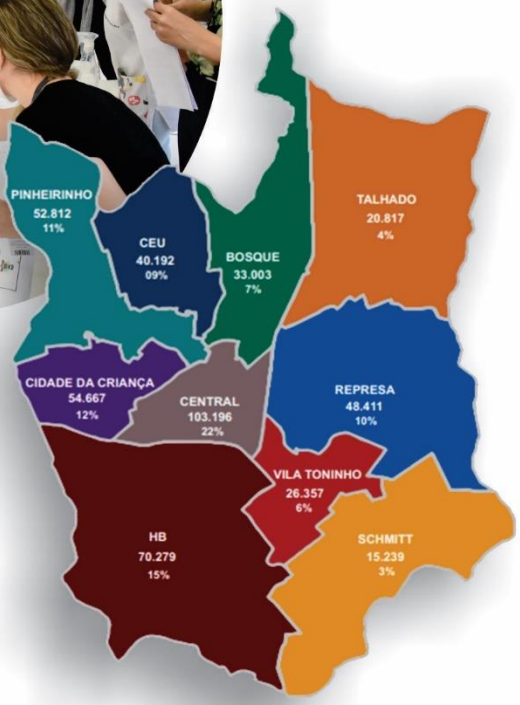
Diagnóstico Socioterritorial

São José do Rio Preto
2021/2022

Região Represa



OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

SÃO JOSÉ DO RIO PRETO

PREFEITURA MUNICIPAL
SÃO JOSÉ DO RIO PRETO
ASSISTÊNCIA SOCIAL

Diagnóstico Socioterritorial

EXPEDIENTE

Prefeito │Edinho Araújo
Vice-Prefeito│ Orlando Bolçone
Secretária Municipal de Assistência Social │Helena Marangoni

Secretaria Municipal de Assistência Social

Assessora de Secretária│Carla Ávila dos Santos
Assessora Especial │Eliana Cristina Lechado Guizzi
Assessora│Edimara Carrasco
Coordenadoria de Gestão│Cláudia Jaqueline Bortoloto Franco
Departamento Administrativo e de Execução Orçamentária │Walquíria de Arruda Correa
Departamento de Gestão de Cadastro Único, Benefícios e Transferência de Renda│Renata Correa Leite de Oliveira
Divisão de Gestão Operacional│Danilo Numer de Santana
Departamento de Gestão de Repasse de Recursos Públicos│Fernanda Paula Magossi Arado
Departamento de Proteção Social Básica│ Fernanda dos Santos
Departamento de Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade│Janaina Darli Duarte Simão
Departamento de Gestão do Trabalho do SUAS│Kleber de Mascarenhas Navas
Departamento de Vigilância Socioassistencial │Vanessa Gimenez Ferreira
Coordenação Diagnóstico Socioterritorial: Vanessa Gimenez Ferreira

Equipe de apoio Departamento de Vigilância Socioassistencial: Adriano Marra, Ana Augusta Silva de Oliveira, André Stéfano Balbino Debiagi, Caroline da Silva Vissechi Maia, Cláudia Jaqueline Bortoloto Franco, Geis de Oliveira Benevides, Isabella Caroline Malerba, Liliani Mendonça Rodas, Luana Cristina Candian de Souza, Patrícia Lisboa Ribeiro Bernussi, Rafaela Yepes Moro.

Revisão do Diagnóstico Socioterritorial: Cláudia Jaqueline Bortoloto Franco, Geis de Oliveira Benevides, Márcia Aparecida Gonçalves, Patrícia Lisboa Ribeiro Bernussi e Vanessa Gimenez Ferreira.

Facilitadoras: Caroline da Silva Vissechi Maia, Fabiana Izilda Funiceli Laredondo, Fernanda, Paula Magossi Arado, Geis de Oliveira Benevides, Klymene Moreno de Sousa, Liliani Mendonça Rodas, Lívia Rodrigues Restofe, Luzia Emília Sanchez Ayala, Marcela Camila Garcia Gouveia Menezes, Márcia Santos da Rocha, Marinalva Madela de Brito, Thays Ferreira Gianini Proto.

Estagiária: Isabella Caroline Malerba.

Capa: Bruno Vieira de Carvalho.

SUMÁRIO

Apresentação.....4
Introdução.....5
PARTE I.....7
PARTE II.....77
Região Represa.....78
PARTE III.....123
Glossário da Assistência Social.....123

APRESENTAÇÃO

São José do Rio Preto/SP, sede da Região Metropolitana do Noroeste Paulista, é uma das melhores cidades do Brasil para se viver. É o que mostram indicadores e estudos diversos, como o divulgado em 2023 pelo Instituto Trata Brasil, colocando o município como o melhor do País no ranking de saneamento básico.

É sempre possível e necessário avançar. A propósito, os novos tempos, advindos do contexto pandêmico, trouxeram desafios sociais, administrativos, políticos e econômicos. Neste sentido, a Política de Assistência Social é imprescindível para a proteção social e defesa dos direitos dos rio-pretenses.

Para cumprir esse papel tão importante, a Assistência Social necessita entender e analisar a conjuntura em que está inserida, sendo que esse processo se dá por meio do Diagnóstico Socioterritorial. Um documento fundamental para a compreensão da realidade vivida pelas famílias da nossa cidade, especialmente as mais vulneráveis, para planejar e propor ações assertivas com as demandas da população.

Esta publicação é fruto de um trabalho coletivo desenvolvido pelas equipes técnicas da Secretaria Municipal de Assistência Social, os usuários, conselheiros de direitos e rede socioassistencial. Cumpre uma das ações do Programa de Metas Gestão 2021/2024 de aprimoramento do Sistema Único de Assistência Social-SUAS, de São José do Rio Preto, por meio do desenvolvimento de ações integradas entre as políticas públicas, de modo a assegurar atenções às diversidades e heterogeneidade de públicos e territórios.

Um trabalho robusto e pormenorizado, que mostra as nossas Regiões, por meio de dados quantitativos e qualitativos, através do olhar da Assistência Social e dos munícipes atendidos. Com essa ferramenta, nosso governo poderá planejar ações ainda mais inclusivas e preocupadas com a qualidade de vida e bem-estar de todos os rio-pretenses.

Prefeito Edinho Araújo

INTRODUÇÃO

O Primeiro Diagnóstico Socioterritorial de São José do Rio Preto foi construído entre os anos de 2013-2014 e se apresentou como central na consolidação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) na cidade. Os dados orientaram a elaboração do Plano Municipal de Assistência Social, instrumento de planejamento estratégico, que organiza, regula e norteia a execução da Política Municipal de Assistência Social na perspectiva do SUAS.

A atualização do Diagnóstico foi realizada em 2015/2016, numa versão que procurou retratar a realidade do município sob o olhar da política de assistência social, subsidiada pela pesquisa de dados: 1) em fontes secundárias, como o IBGE, Cadastro Único, MDS/SAGI e 2) em fontes primárias, junto aos serviços, percepção da população e dos demais atores sociais, por meio do Mapa Falado, que ocorrera no primeiro Diagnóstico.

O Diagnóstico Socioterritorial 2021/2022 traz a proposta de fazer uma construção participativa, que incluiu as equipes de trabalhadores do SUAS e os usuários dos serviços. O trabalho começou em fevereiro de 2021, com o levantamento e estruturação dos dados. Percorremos as 10 Regiões do município para discussão e qualificação das informações compiladas pelo Departamento de Vigilância Socioassistencial. Contamos com a participação de 10 facilitadores que ficaram responsáveis por fomentar a reflexão e realizar a escrita do documento de forma conjunta com as equipes.

Nas rodas de conversa nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), Centros de Referência Especializado em Assistência Social (CREAS), Centro Pop, Departamentos de Gestão do Trabalho e Vigilância Socioassistencial discutimos os dados de população, Cadastro Único, índice de extrema pobreza, CAGED, renda familiar, violências e violações de direitos de cada uma das 10 Regiões do município.

Foram realizadas 47 rodas de conversas, que permitiram mapear as potencialidades e vulnerabilidades de cada território, com suas marcas, particularidades e necessidades.

Após a discussão dos dados quantitativos e da qualificação dos dados de forma coletiva e participativa com os trabalhadores, iniciamos as coletas de informações com os usuários e com as redes socioassistencial e intersetorial. As equipes tiveram

autonomia para escolher a metodologia a ser utilizada na pesquisa, que está descrita neste documento em 10 capítulos, contemplando as 10 Regiões do município.

Ressaltamos que este é um diagnóstico das equipes e o percurso dialogado permitiu que o diagnóstico fosse interventivo e formativo, visto que propiciou a identificação de demandas que foram discutidas em audiência pública realizada pelo Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), em novembro de 2021, com a temática da atuação da rede e a vigilância socioassistencial para o fortalecimento do SUAS.

O Diagnóstico Socioterritorial 2021/2022 tem como diretrizes os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU). O documento está organizado em três partes. A parte I (primeira) com informações gerais do município e, em seguida, apresenta-se o Mapa Falado que foi realizado com os Conselhos de direitos: CMAS, Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), Conselho Municipal do Idoso (CMDI) e Conselho sobre Álcool e outras Drogas (COMAD). Segue, ainda, com apresentação de relatos de casos da alta complexidade, que expressam a necessidade da intersetorialidade para o público de jovens em acolhimento institucional.

Na parte II estão os diagnósticos das 10 Regiões do município.

A parte III é composta de um Glossário publicado em 2021 e traz conceitos que utilizamos na Assistência Social e no trabalho social do município.

Helena Marangoni

Secretária Municipal de Assistência Social

PARTE I

SUMÁRIO

A Assistência Social em São José do Rio Preto.....9
A Política de Assistência Social no Município de São José do Rio Preto.....10
O contexto da Assistência Social no tempo presente.....15
A necessidade de resistir e lutar pela Assistência Social.....19
Os desafios de Rio Preto no campo da Assistência Social.....20
Recursos Humanos da SEMAS.....20
O contexto de pandemia.....23
Panorama da Assistência Social no Município.....24
Território e demografia.....26
Evolução da Rede.....30
População e vulnerabilidade.....35
Território de São José do Rio Preto.....36
Mapa Falado com Conselhos de Direitos.....41
Relatos de casos Alta Complexidade.....49
Referências.....53
Apêndice 1 – Rede Socioassistencial no município.....56

A ASSISTÊNCIA SOCIAL EM SÃO JOSÉ DO RIO PRETO

Apresentamos nesta seção as marcas históricas da Assistência Social no Brasil e em São José do Rio Preto, documento este que foi elaborado em supervisão realizada pelo assistente social Rodrigo Diniz no primeiro trimestre de 2020. Foram realizadas discussões com os trabalhadores do SUAS, os quais representavam CRAS, CREAS, Centros de Convivência, Centro POP e gestão, portanto, uma construção coletiva que apresenta um resgate histórico e contextualização dos atravessamentos da conjuntura político-econômica e social. O Departamento de Vigilância Socioassistencial atualizou o documento em abril de 2022 e complementou com informações atuais.

Anteriormente à Constituição Federal de 1988, as práticas de assistência eram realizadas por entidades de caridade, principalmente as ligadas à igreja católica, e realizadas por meio de ações filantrópicas e de cunho caritativo.

A partir de 1988, com a Constituição Federal, a Assistência Social passa a compor a seguridade social no tripé com a saúde e previdência social. Em 1993, é regulamentada a Lei 8.742, de 07/12/1993 que trata da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), que dispõe sobre os princípios, diretrizes, organização e gestão, prestações e financiamento dos serviços socioassistenciais.

Entre 1996 e 1997 foram realizadas conferências municipais, estaduais e federal de assistência social, respeitando e pautando o controle social. Em 2004 é aprovada a Política Nacional de Assistência Social (PNAS), com vistas à efetivação da assistência social como direito de cidadania e responsabilidade do Estado.

Em 2005, a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social (NOB SUAS) organiza o modelo de proteção social, e em 2006 a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos (NOB RH) estabelece as equipes de referência, atribuições e eixos a serem considerados pela gestão do trabalho e educação permanente.

A Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (Resolução Nº 109, de 11/11/2009) regulamenta/tipifica os serviços por níveis de complexidade. Em 2011 ocorre a ratificação da LOAS, alinhando-a com a PNAS, o que se concretiza por meio da Lei n°. 12.435 de 06/07/2011, a qual efetiva o SUAS.

Os movimentos sociais fizeram parte da história de lutas e conquistas desta política social, destacam-se:

- Mobilização do Movimento Nacional de Pessoas em Situação de Rua;
- Movimento de Defesa dos Direitos das Crianças e Adolescentes;
- Coletivo de Gestores da Política de Assistência Social (COEGEMAS E CONGEMAS);
- Participação de entidades de classe como os Conselhos Federais de Serviço Social (CFESS) e de Psicologia (CFP).

A trajetória da Assistência Social é marcada pela publicação de várias resoluções, manuais e guias para nortear e orientar o trabalho dos municípios. Cabe ressaltar que outras normatizações e marcos legais contribuíram para assegurar o campo da proteção social e defesa de direitos, como as legislações sobre os direitos da criança e adolescente, da pessoa idosa, pessoas com deficiência e combate à violência contra a mulher.

A trajetória da Assistência Social no Brasil, e em São José do Rio Preto, é permeada por lutas, resistências e compromisso de trabalhadores, gestores, conselheiros e usuários.

A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO

Conforme o Plano Municipal de Assistência Social de São José do Rio Preto: Diagnóstico Socioterritorial (2014-2017), a Assistência Social teve seu marco inicial em 13 de novembro de 1964, com a publicação da Lei nº 1.051/1964, por meio da criação do Departamento de Assistência Social, administrado por um Conselho Colegiado (Diretor), composto por 11 membros, representantes de instituições assistenciais do Município, Câmara Municipal e livre indicação do prefeito. A criação desse Departamento de Assistência Social convergia com os conceitos históricos da assistência social, identificada à época como caridade, solidariedade, benemerência aos menos favorecidos e apoio ao próximo, como forma de dominação e controle de segmentos segregados pela conjuntura econômica, e considerados “disfuncionais” perante a sociedade, culpabilizando-se pela própria condição de vida.

Ao mesmo tempo, era instituída a Fundação Rio-pretense de Assistência Social (FRAS) pela Lei Municipal n° 1.071, de 05 de janeiro de 1965, administrada por um Conselho Administrativo, Diretoria Executiva e Conselho Fiscal. Dentre suas fontes de receita destacavam-se recursos municipais, pois a FRAS integrava o Orçamento Municipal.

Com a Lei Municipal nº 2.104/1977, que alterou a estrutura administrativa da Prefeitura Municipal, a Assistência Social passou a integrar a Assessoria de Saúde, Esporte e Bem-Estar. Cabia à Assessoria a execução da Política Municipal de Saúde, Esporte e Promoção Social, em especial as funções relativas ao Pronto Socorro Municipal, as medidas ligadas à melhoria da qualidade de vida da população e administração das funções de promoção e assistência social em qualquer nível dentro do Município, além das atividades esportivas de qualquer natureza promovida ou assistida pelo Poder Público Municipal.

A Lei Municipal nº 3.045, de 07 de junho de 1982, criou a Assessoria do Bem-Estar Social com o objetivo de planejar, coordenar e executar programas de promoção social, vinculando administrativamente a FRAS à sua estrutura e desvinculando as funções de promoção social da Assessoria de Saúde e Esportes. Nesse período foram organizadas as três primeiras Creches Municipais Públicas para crianças de três meses a seis anos de idade, nos bairros Jardim Fuscaldo, Jardim Soraya e São Jorge. O Decreto nº 2.883/1982 constituiu a Assessoria de Bem-Estar Social como: Assessoria do Bem-Estar - Gabinete do Assessor e Departamento de Promoção Social, subdividida em Divisão de Serviços Gerais, Seção de Apoio à Implantação e Dinamização de Recursos Sociais e Fundação Rio-pretense de Assistência Social.

Com a Lei nº 3.162 de 14 de setembro de 1982 a Assessoria de Bem-Estar Social passa a denominar-se Secretaria Municipal de Bem-Estar Social como órgão encarregado de programar, coordenar, executar e supervisionar os serviços de Assistência Social e Promoção Humana do município em qualquer nível, sempre com o objetivo de promover a melhoria da qualidade de vida da população (SÃO JOSÉ DO RIO PRETO, 1982).

Atualizada em 17 de janeiro de 1983, pela Lei nº 3.262, também passou a ter a incumbência de coordenar e fiscalizar os trabalhos das entidades que recebiam auxílio da Prefeitura Municipal, com o objetivo de “promover o homem e melhorar suas condições de vida”. Na década de 80, a Administração Municipal, por meio do Projeto Unidade de Subprojeto/Cidades de Médio Porte (UAS/COM), com recursos do Banco

Mundial a fundo perdido, elaborou o diagnóstico da cidade, indicando por região da cidade a necessidade de equipamentos sociais e/ ou serviços de infraestrutura. Neste sentido, mantinha uma equipe de profissionais que constituía quatro gerências: Modernização Administrativa, Infraestrutura Urbana, Infraestrutura Comunitária e Infraestrutura Econômica.

O diagnóstico da cidade e a operacionalização das diretrizes e metas do projeto marcaram a década, pois equipamentos sociais como Creches e Centros Comunitários eram de responsabilidade da Assistência Social. Por volta de 1985, no Governo José Sarney, o foco era a elaboração de planos de desenvolvimento econômico e social. Destacou-se então o Plano Nacional de Desenvolvimento da Nova República, que propunha um desenvolvimento baseado em critérios sociais. Nesse período, instalou-se um complexo processo de mobilizações sociais, debates e articulações, repercutindo em grande pressão social para a elaboração de novas concepções de assistência social, o que culminou na garantia da Assistência Social como política pública com a Constituição Federal de 1988.

Para regular e institucionalizar os avanços alcançados, foi fundamental a aprovação de leis orgânicas, como a LOAS, que introduziu um novo significado à Assistência Social, dando início, enfim, ao processo de regulamentação da Política de Assistência Social no país.

São José do Rio Preto acompanhou todo o percurso de transformação da Assistência Social, da perspectiva da caridade para política pública na ótica dos direitos, com ações para constituição do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (Lei Municipal n° 4.956, de 15 de maio de 1992) e do Conselho Municipal de Assistência Social (Lei Municipal n° 6.110, de 14 de dezembro de 1995), com intensa articulação com a sociedade civil organizada.

Durante o período de 1982 a 1990, a Secretaria Municipal de Bem-Estar Social ampliava e adequava sua estrutura administrativa para a oferta de serviços com vistas a atender as novas demandas: criação da Casa de Meninos e Meninas em Situação de Rua; programa com famílias; jornada ampliada para crianças e adolescentes; ampliação do número de creches com capacitação de funcionários; formação de equipe multiprofissional com assistente social, psicólogo, terapeuta ocupacional e médico, para acompanhamento e supervisão; celebração de convênios com entidades de assistência social para a administração das creches e Programa de

Desfavelamento transferido à Empresa Municipal de Construções Populares (EMCOP) no início dos anos 90.

Na metade dos anos 90, as ações da Secretaria Municipal do Bem-Estar Social passaram a ser realizadas nas Unidades Básicas de Saúde (UBS) e entidades de assistência social parceiras com a Secretaria com o objetivo de descentralizar o atendimento social e articular esse atendimento com as demais políticas. Foram criadas 15 unidades e distritos de Seguridade Social, buscando integrar os serviços em rede, por segmento e área geográfica.

No final dos anos 90 ocorreu a transição das creches para a Educação, atendendo às novas normativas legais, historicamente um dos campos prioritários de atuação da assistência social.

Em 2002, acompanhando o cenário nacional, a Secretaria Municipal de Bem-Estar Social passa a denominar-se Secretaria Municipal de Assistência Social, do Trabalho e dos Direitos da Cidadania (SMAS), com mudanças na estrutura e atuação. Foram criados o Departamento de Ação Comunitária e da Família, Departamento da Criança e do Adolescente e Departamento de Geração de Trabalho e Renda, posteriormente alterados para Departamento de Economia Solidária.

A IV Conferência Nacional de Assistência Social, em 2003, deliberou sobre a implantação do SUAS, modelo de gestão definido para todo o território nacional, objetivando consolidar um sistema descentralizado e participativo, conforme já instituído pela LOAS. A Proteção Social passa a ser organizada em Proteção Social Básica e Proteção Social Especial de média e alta complexidade.

Com a aprovação da PNAS, em meados de 2004, a Assistência Social avança como política pública no cenário nacional e o SUAS, por sua vez, veio reforçar e aprimorar a LOAS. No ano de 2004 houve ainda a criação da Casa dos Conselhos buscando fortalecer a atuação dos Conselhos Municipais no processo de controle social. Em dezembro de 2005, em consonância com o SUAS, o Núcleo de Assistência Social Parque da Cidadania foi transformado em CRAS.

De 2005 a 2008 as demandas da Assistência Social eram atendidas em 14 Núcleos de Assistência Social (NAS), distribuídos em áreas com índices de vulnerabilidade social expressivos, desenvolvendo programas para idosos, famílias, adolescentes, entre outros.

A Lei complementar 279, de 10 de março de 2009, cria a Secretaria Municipal do Trabalho e do Emprego, e então a Secretaria de Assistência passa a chamar

Secretaria Municipal de Assistência Social e dos Direitos de Cidadania. Por fim, com a Lei complementar 346, de 18 de agosto de 2011, a Secretaria passa a ser Secretaria Municipal de Assistência Social.

De 2008 a 2010 ocorre uma reorganização para 04 CRAS, 09 NAS e 01 CREAS. Esse período de transição ocorreu até 2010, quando todos os NAS se transformaram em CRAS, atendendo à adequação proposta pela PNAS, SUAS e NOB.

Em 2010 e 2011 houve a necessidade de ampliação do atendimento criando-se mais um CREAS e um Centro Pop. Os equipamentos foram identificados como CREAS Família, Idoso e Deficiente, CREAS Família, Criança e Adolescente e CREAS POP, com objetivo de contribuir para o fortalecimento da família no desempenho de sua função protetiva, restaurar e preservar a integridade e as condições de autonomia das famílias e indivíduos. No mesmo período houve a implantação do Centro de Convivência do Idoso (CCI).

Entre 2012 e 2013 a Secretaria Municipal de Assistência Social contava com os seguintes equipamentos: 14 CRAS, 01 Centro de Atendimento de Assistência Social (CAAS), 01 CCI, 02 Centros de Inclusão Solidária Nasce a Esperança (CISNE), Norte e Centro, 02 CREAS, sendo CREAS Criança/Adolescente e CREAS Idoso e 01 CREAS População de Rua. Considerando as orientações da Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, os cursos profissionalizantes passam a ser executados pela Pasta do Trabalho, transformando o CISNE Norte em Centro de Convivência da Família (CCF) e o CISNE Centro em Centro de Convivência da Juventude (CCJ), unidades com oferta exclusiva do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos.

Em 2014 ocorreu um avanço importante que foi a criação dos Departamentos de Gestão do Trabalho e de Vigilância Socioassistencial.

Em 2015 foi instituído o Fórum Municipal dos Trabalhadores do SUAS de São José do Rio Preto (FMTSUAS - SJRP). De caráter permanente, representa os trabalhadores em suas diversas formas de organização, entidades de trabalhadores ligados à assistência social com personalidade jurídica ou pessoas físicas trabalhadoras do SUAS. É um fórum de articulação e deliberação política em defesa do SUAS, democrático, participativo, com financiamento específico e controle social.

Em 2018 ocorreu o reordenamento dos serviços de média complexidade, com transição da execução feita pela rede parceira para as unidades de CREAS, que

passaram a contar com equipes compostas por trabalhadores estatutários, aprovados em concurso. Neste momento, seguindo orientações da Tipificação, houve alteração nas denominações dos CREAS temáticos, que passaram a ser denominados de CREAS I e CREAS II, unificando o atendimento das violações de direitos tipificadas.

Entre 2016 e 2017 em uma ação intersetorial, após estudos entre as Secretarias de Assistência Social, Saúde e Educação, coordenadas pela Secretaria de Planejamento foi feita a unificação dos territórios de abrangência das respectivas secretarias. A ação foi oficializada pelo Decreto nº 18.073 de 29 de junho de 2018, que institui a divisão geográfica do município de São José do Rio Preto em 10 (dez) Regiões: Bosque, CEU, Central, Cidade da Criança, HB, Pinheirinho, Represa, Talhado, Vila Toninho e Schmitt. Por conseguinte, houve a reorganização das áreas de abrangência dos CRAS e CREAS.

Em 2022, São José do Rio Preto conta com 13 CRAS, 03 Centros de Convivência (CCF, CCI e CCJ), 02 CREAS e 01 Centro Pop. O apêndice 1 nos apresenta a rede de execução direta, a rede parceira e a rede com execução de projetos e Serviços que estão cadastradas no Conselho Municipal de Assistência Social e CMDCA.

O CONTEXTO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL NO TEMPO PRESENTE

No contexto federal podemos sinalizar a conjuntura de retrocessos dos direitos da população, que se expressa com a Emenda Constitucional nº 95/2016 do congelamento dos gastos em políticas sociais como saúde, educação e assistência social, e no mesmo contexto se concretiza no país a reforma trabalhista e previdenciária. A Assistência Social, como área integrante da seguridade social, sofre grandes ataques no que tange ao seu financiamento e formas de execução, a exemplo, de julho de 2019 até dezembro de 2021 praticamente não houve liberações de novos benefícios do Programa Bolsa Família[1].

Há também demora para avaliação do Benefício de Prestação Continuada (BPC) e o acesso ao Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) de forma remota, somente por telefone e via sítio eletrônico, o que inviabiliza e dificulta o atendimento

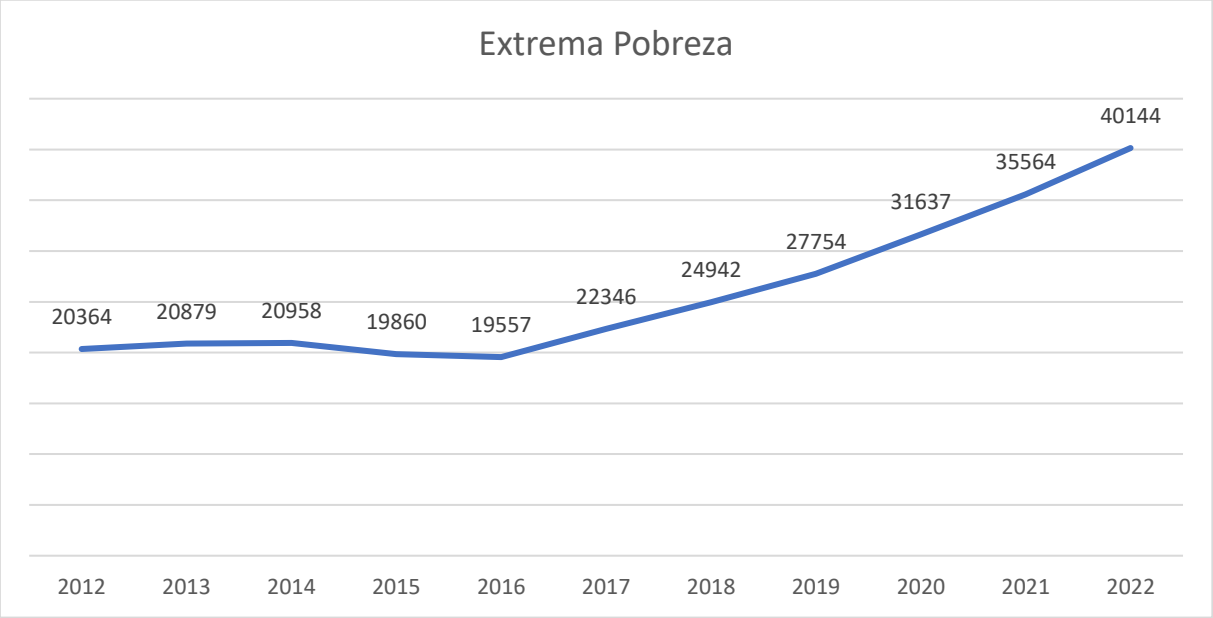
[1] O Programa Bolsa Família foi substituído pelo Decreto n° 10.852, de 8 de novembro de 2021 que regulamenta o Programa Auxílio Brasil, instituído pela Medida Provisória n° 1.061, de 9 de agosto de 2021.

da população e revela grande lacuna na Política Pública de Previdência Social com reflexos diretos à Assistência Social.

No contexto do Estado de São Paulo ocorre o encerramento de inclusões em benefícios dos programas de transferência de renda, o programa Ação Jovem terminou em outubro de 2021 e o Renda Cidadã em fevereiro de 2022. No município ocorreu o rebatimento da agudização das expressões da questão social que se mostra forte e intenso, como maior capilarização da pobreza pelos diversos territórios da cidade, que incide no aumento da demanda por cesta básica e por programas de transferência de renda.

Os estudos do Departamento da Vigilância Socioassistencial do município e dos profissionais do território, que efetivam também a função Vigilância no cotidiano de trabalho, apontam o aumento da extrema pobreza. Para se ter uma ideia, em 2013 havia no município 6.000 famílias em situação de extrema pobreza, em 2019 esse número passou para 11.000 famílias e em janeiro de 2022, 16.498 famílias[2].

Gráfico 1 — Evolução no número de pessoas em extrema pobreza inscritas no Cadastro Único no município, 2012 a 2022.



Fonte: Departamento de Vigilância Socioassistencial, com dados do CECAD-CadÚnico/ Ministério da Cidadania, referência mês de maio de cada ano, exceto 2022, que utilizou janeiro.

[2] Para os levantamentos de dados que utilizam a lista Cecad, foi utilizada a base disponibilizada pelo Departamento de Gestão de Cadastro Único, Benefícios e Transferência de Renda, que faz um filtro inicial retirando os cadastros inválidos. Assim, os dados apresentados serão diferentes dos dados disponibilizados no site do Ministério da Cidadania, que considera cadastros inválidos.

É importante ressaltar, no entanto, que em 2022 foi alterada a renda per capita da extrema pobreza. Anteriormente, eram consideradas em extrema pobreza as famílias cuja renda per capita não ultrapassasse R$ 89,00. Atualmente, esse limite é de R$105,00. Essa alteração foi um dos fatores que influenciou no aumento expressivo entre maio de 2021 e janeiro de 2022.

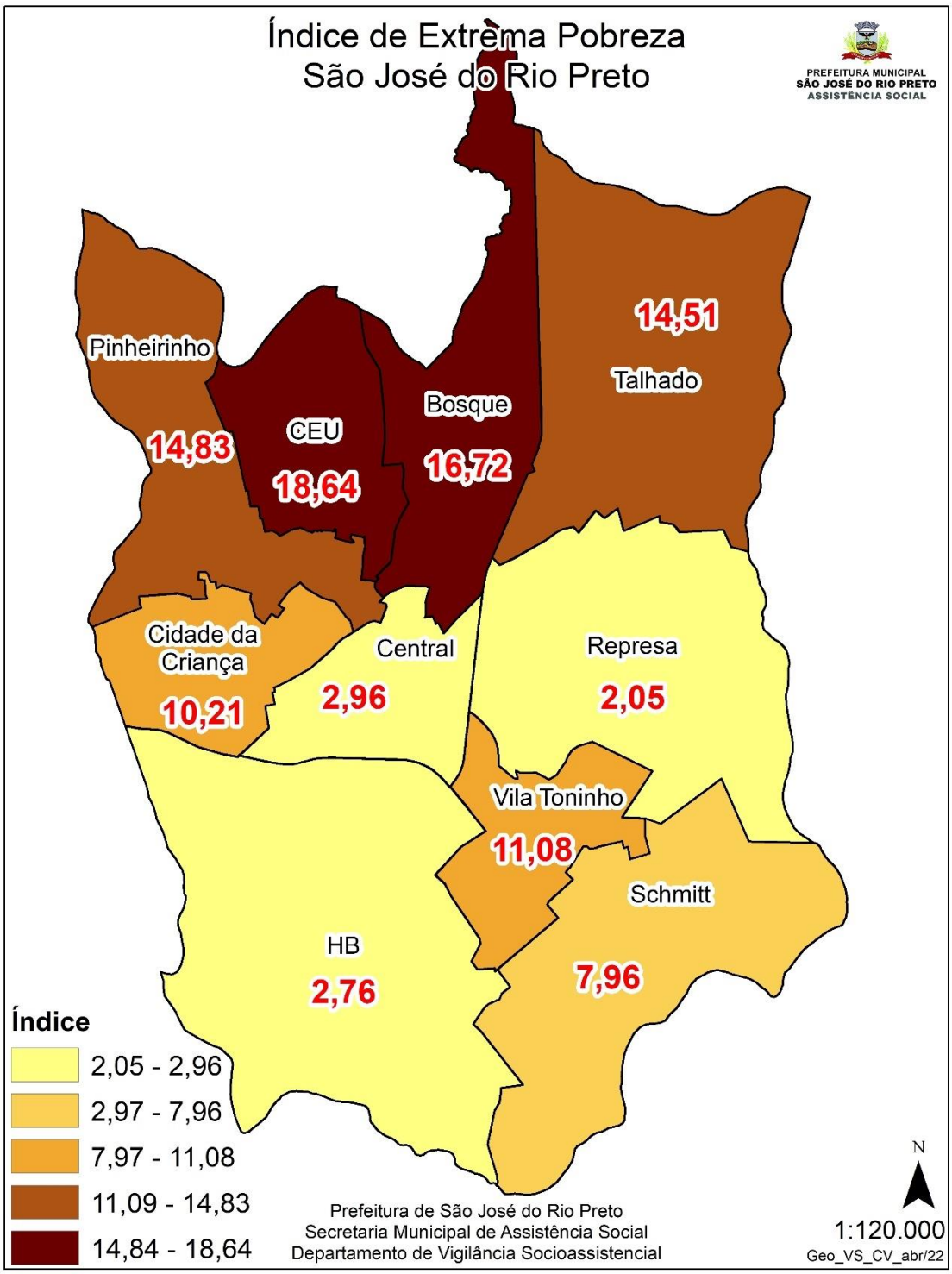
Ainda no âmbito da extrema pobreza, foi criado um índice que nos permite avaliar sua incidência em cada Região, conforme tabela 1 e mapa. O índice é calculado dividindo a população em extrema pobreza, inscrita no Cadastro Único, pelo número total de habitantes daquela região e, por fim, multiplicando por 100.

Tabela 1 — Índice de extrema pobreza de São José do Rio Preto.

Região	Pessoas em extrema pobreza	População estimada por Região	Índice
CEU	7.490	40.192	18,64
Bosque	5.519	33.003	16,72
Pinheirinho	7.832	52.812	14,83
Talhado	3.021	20.817	14,51
Vila Toninho	2.921	26.357	11,08
Cidade da Criança	5.582	54.677	10,21
Schmitt	1.213	15.239	7,96
Central	3.059	103.196	2,96
HB	1.941	70.279	2,76
Represa	992	48.411	2,05
São José do Rio Preto	**39.570**	**464.983**	**8,51**

Fonte: Departamento de Vigilância Socioassistencial, com dados da Conjuntura Econômica de São José do Rio Preto, 2021; CECAD-CadÚnico jan./22 Ministério da Cidadania.

Mapa 1 — Índice de extrema pobreza de São José do Rio Preto.



Fonte: Departamento de Vigilância Socioassistencial, com dados da Conjuntura Econômica de São José do Rio Preto, 2021; CECAD-CadÚnico jan./22 Ministério da Cidadania.

Observa-se que a Região com menor índice é a Represa, com 2,05, enquanto o CEU, Região com maior índice, se apresenta com 18,64. A Região CEU possui índice 9 vezes maior que a Represa, o que evidencia a grande desigualdade entre as

Regiões. O município como um todo apresenta um índice de 8,51, o que significa que a cada 100 pessoas no município, 8 estão em extrema pobreza. Importante pontuar que não foram contabilizadas as 574 pessoas em situação de rua que estão em extrema pobreza inscritas no Cadastro Único, pois não é possível definir com exatidão em qual Região estão.

Neste sentido, o cenário político, econômico e cultural do tempo presente demonstra a regressão no campo da cidadania. A diminuição dos espaços institucionais e legais associados aos direitos da população e o impacto desse denso e restritivo processo será sentido a médio e longo prazo pela sociedade.

A NECESSIDADE DE RESISTIR E LUTAR PELA ASSISTÊNCIA SOCIAL

Entende-se que a necessidade de resistir e lutar pela Política de Assistência Social deve se fundamentar pela sua própria construção histórica, seus avanços e conquistas, pela participação e protagonismo coletivo e aguerrido de trabalhadores, gestores, conselheiros, usuários, e também de entidades da sociedade civil. A trajetória desta política é sustentada pela busca da garantia de direitos socioassistenciais, na compreensão e busca dos direitos humanos, pela autonomia dos sujeitos sociais, visto que a Assistência Social historicamente tem acolhido o público que se encontra à margem de todas as outras políticas e contextos de inserção econômica, fatores estes que ocorrem devido ao sistema capitalista.

As possíveis formas de resistência devem se dar no cotidiano, por meio da atuação profissional do conjunto de trabalhadores, como também no fortalecimento da participação dos usuários, destacando-se mais do que nunca algumas forças propulsoras como o compromisso ético-político, o fortalecimento do controle social, a importância do SUAS e da necessidade de mobilização, a proximidade com o território, a necessidade de fomentar reflexões, espaços coletivos de discussões e trocas, pesquisas e seminários que possam refletir e propor ações dentro da conjuntura atual valorizando a PNAS e o SUAS, insistência na garantia de recursos humanos qualificados e efetivação via concursos públicos.

Resistir à onda conservadora e à barbárie econômica que retira os direitos e negligencia a cidadania está pautada na defesa intransigente da estrutura e arquitetura desta política. Para tanto, são necessários o contínuo processo de

educação permanente, a garantia da continuidade de serviços e a normatização de alíquota financeira para a Assistência Social.

Há que se ressaltar que é de suma importância o estímulo à participação social dos usuários como forma de fortalecimento do controle social, tendo em vista a garantia dos direitos já conquistados, bem como a sua ampliação.

OS DESAFIOS DE RIO PRETO NO CAMPO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

No município de São José do Rio Preto, a Política de Assistência Social tem alguns desafios no campo da participação social e do controle social por parte dos usuários, no sentido de efetivar esse instrumento e fazer valer esse mecanismo.

Mesmo com as dificuldades e retrocessos observados no âmbito nacional, São José do Rio Preto, município com gestão plena na Assistência Social, consegue manter as ofertas existentes, traço de resistência do conjunto de atores que movimentam essa política social.

O orçamento municipal da pasta permite, além da manutenção dos serviços, ampliar algumas ofertas, embora ainda não a totalidade necessária e buscada. Os recursos federais não obedecem a constância nos repasses, impossibilitando planejar ações permanentes e exigindo constantes revisões no direcionamento financeiro, pois é comum parcelas serem transferidas de maneira cumulativa e com prazos reduzidos para liquidação, obrigatória para os próximos recebimentos. O fato de não se ter um percentual de repasse mínimo para a Assistência Social dificulta o planejamento e execução de investimento em serviços, benefícios, programas e projetos.

RECURSOS HUMANOS DA SEMAS

Com relação à participação democrática dos trabalhadores, a Secretaria de Assistência Social vem proporcionando espaços de debate, reflexão e propostas acerca do cotidiano vivido pelas equipes da secretaria.

Em julho de 2018 foi apreciado e aprovado, pelo CMAS, o Plano Municipal de Educação Permanente (PMEP) e, na sequência, deu-se início à sua execução, o que trouxe a possibilidade de encontros, oficinas e capacitação com renomados

professores/pesquisadores de forma continuada, envolvendo as proteções sociais, departamentos e gestão. Vale ressaltar que o plano está em fase de atualização.

A gestão do trabalho, no contexto do Sistema Único de Assistência Social, tem buscado criar espaços de acolhida e escuta dos trabalhadores para as suas demandas, propondo melhores condições técnicas e éticas de trabalho, por meio de processos que ofereçam uma formação continuada, a fim de se materializar um planejamento estratégico que dê respaldo às ações que viabilizem a gestão participativa e o controle social, por meio da articulação com os diversos sistemas de informação neste âmbito, conforme preceitua o documento Gestão do Trabalho e Educação Permanente do SUAS em Pauta (BRASIL, 2014).

Apresentaremos o quadro com os Recursos Humanos da Rede Pública, divididos entre servidores e terceirizados.

Quadro 1 — Trabalhadores do SUAS - Rede Pública.

Profissionais	Servidor	Terceirizado	Total
Assistente Social	72	39	111
Educador Social	46	40	86
Psicólogo	19	31	50
Agente Administrativo	33	16	49
Motorista	6	29	35
Auxiliar de limpeza	0	25	25
Estagiários	20	0	20
Pedagogo	15	0	15
Vigia	6	8	14
Especialista em Desenvolvimento Social	8	0	8
Serviços Gerais	6	2	8
Cargos em Comissão	6	0	6
Supervisor Técnico	3	0	3
Professor de Artes	2	0	2
Auxiliar de Contabilidade	1	0	1
Almoxarife	1	0	1
Eletricista	0	1	1
Coordenador Administrativo	1	0	1

Fonte: Departamento de Gestão do Trabalho, referência Julho/2022.

O próximo quadro apresenta os Recursos Humanos da rede parceira com a Secretaria Municipal de Assistência Social, composta pelas seguintes Organizações da Sociedade Civil: Associação Espírita A Caminho da Luz (AELUZ), Albergue

Noturno, Associação Mamãe Idalina (AMAI) - SCFV e Acolhimento, Associação dos Amigos da Criança com Câncer (AMICC), Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), Associação e Oficina de Caridade Santa Rita de Cássia, Associação Evangélica Lar de Betânia, Associação Madre Teresa de Calcutá, Associação Paraíso - SCFV, Associação Renascer, Comunidade Só Por Hoje - Acolhimento Institucional e Acolhimento Compartilhado, Centro Regional de Atenção Aos Maus Tratos na Infância (CRAMI), Damas de Caridade - Unidades (I,II, III,IV), Instituto Riopretense dos Cegos Trabalhadores, Lar Esperança - Centro Dia e ILPI, Lar São Francisco de Assis - Acolhimento Pessoas em Situação de Rua e ILPI, Lar São Vicente de Paulo - Centro Dia, Projeto Educacional Profissionalizante do Adolescente (PROEPAD), Serviço Social São Judas Tadeu, Rancho de Luz e Maquininha do Futuro.

Quadro 2 — Trabalhadores do SUAS - Rede Parceira.

Recursos Humanos	Quantidade
Educador/Monitor	74
Cuidador	62
Auxiliar de Limpeza	59
Cozinheiro	28
Assistente Administrativo	28
Assistente Social	25
Psicólogo	24
Auxiliar Cozinha	18
Coordenador	10
Educadora Social (Mãe Social)	10
Terapeuta	8
Encarregado administrativo	7
Motorista	6
Manutenção	5
Recepcionista	3
Oficineiros	2
Pedagogo	1
Supervisor	0
Vigia	0
Jardineiro	0
Total	**370**

Fonte: Departamento de Gestão de Repasse de Recursos Públicos, referência Julho/2022.

O CONTEXTO DE PANDEMIA

Cenários

Cenário – avanço da Pandemia

Em dezembro de 2019, foi registrado o primeiro caso de Covid-19 na China. O vírus se espalhou pelos diversos países do mundo levando a Organização Mundial da Saúde (OMS) a declarar a doença como Pandemia em 11 de março de 2020. O município de São José do Rio Preto reconheceu estado de calamidade pública e estabeleceu medidas de enfrentamento em 24 de março de 2020, por meio do decreto N° 18.571.

Ao longo dos meses, diversas normativas, notas técnicas e orientações foram expedidas pelos órgãos responsáveis em todas as esferas, necessitando de constante acompanhamento para aplicação e direcionamento das ações. Neste contexto, a Assistência Social foi reconhecida como política responsável por serviço essencial, trazendo a necessidade da manutenção das atividades e atendimentos em suas unidades, resguardadas as normas sanitárias e orientações de prevenção, como forma de garantia da proteção social à população em meio à pandemia, traduzida pela crescente demanda pelos serviços e benefícios socioassistenciais no período.

O cenário da Covid-19 e a interface com as desproteções sociais

A Frente Nacional do SUAS[3] contextualizou que a Covid-19 representa o agravamento da desigualdade social em nosso país e as implicações para pessoas com menor renda, sem habitação ou em condições insalubres e precárias de moradia, pessoas com comorbidades, população em situação de rua e a precarização das condições de vida em função do desemprego e ausência de renda.

---

[3] Organização plural de OSCs, instituições não governamentais, trabalhadores, usuários, gestores, professores, pesquisadores e pessoas interessadas em defender a Assistência Social e a Seguridade Social brasileira. Disponível em: https://maissuas.files.wordpress.com/2016/06/circular01e02-frenteseguridadesuas.pdf.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no quarto trimestre de 2021 o país apresentava taxa de desocupação de 11,1% com 12 milhões de desempregados, 4,8 milhões de desalentados e taxa de subutilização de 24,3% (IBGE, 2021).

Diante desse contexto, a renda emergencial instituída pela Lei n° 13.979 pode ser apontada como conquista da sociedade brasileira, e os dados de que 51% da população brasileira solicitou a renda, demonstra a gravidade de uma das facetas da desproteção vivenciada pela população (FRENTE NACIONAL, 2020).

De acordo com o Portal Transparência (2021), no município de São José do Rio Preto, o pagamento do valor global aos beneficiários do Auxílio Emergencial foi de R$ 95.095.555,00 no período de janeiro a dezembro de 2021, com exceção do mês de novembro, em que a informação não foi disponibilizada. Em dezembro, na última folha de pagamento disponível no site do ano de 2021, havia 7 pessoas recebendo este auxílio no município.

PANORAMA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL NO MUNICÍPIO

Considerando a crise de saúde instalada em diversos países e que chegou ao Brasil desencadeando uma série de ações, sejam elas por meio de legislações e normativas, desde março de 2020, a Secretaria Municipal de Assistência Social implementou as ações destacadas:

- Publicação de portarias regulando formas de trabalho, fluxos e orientações com relação à Pandemia;
- Aquisição de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), produtos de higiene e limpeza, orientações quanto às indicações de saúde sobre a limpeza dos ambientes e higiene pessoal;
- Instalação de placas verticais de acrílico nos balcões e mesas de atendimento ao público;
- Organização dos atendimentos à população com criação de Central de Orientações, via telefone, e Formulário de Atendimento, na página da SEMAS, no site da Prefeitura Municipal;
- Aquisição de aparelhos celulares para utilização nas unidades públicas, priorizando o atendimento remoto e, excepcionalmente, presencial

em situações especiais e necessárias, mediante agendamento quando possível;

- Instalação de roteadores *wi-fi* nas unidades públicas para acesso à internet, facilitando o uso de aplicativos de videoconferência e comunicação (WhatsApp) com usuários da Assistência Social;
- Uso de mensagens curtas de texto (SMS) para envio de informações e orientações aos usuários;
- Descentralização do atendimento presencial nas unidades, utilizando escolas e equipamentos próximos, para evitar aglomeração;
- Ampliação dos horários de atendimento do Centro POP, permitindo à população em situação de rua acessar diariamente os serviços ofertados;
- Disponibilização ampliada do Serviço de Acolhimento em Abrigo para pessoas em situação de rua;
- Adequação das parcerias com Organizações da Sociedade Civil (OSCs), a fim de contemplar o impacto da Pandemia;
- Ampliação da comunicação social interna e externa, com divulgação contínua de informes, *e-mails*, cartazes sobre a Pandemia, formas de prevenção, funcionamento das unidades CRAS, CREAS, Centro POP e Centros de Convivência;
- Ação integrada com a Secretaria de Saúde para orientações aos trabalhadores e testagem para Covid-19 nas unidades da SEMAS, assim como ação conjunta de mitigação nos acolhimentos para idosos nas ILPIs, parceiras e acolhimentos de crianças e adolescentes e de pessoas em situação de rua, dentre outras.

Os reflexos percebidos não são apenas na saúde, mas também na economia e nas condições socioeconômicas da população. A Política de Assistência Social tem um papel importante na busca de garantia da Proteção Social para a população em situação de vulnerabilidade. Cerca de 18,4% das pessoas do município estão inseridas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico), o que sinaliza um perfil de vulnerabilidade e indica a necessidade de cobertura e ações para atendimento dessa população.

Em abril de 2020 foram iniciados atendimentos realizados de forma remota, como uma das estratégias de reorganização dos atendimentos e acompanhamentos

dos Serviços, de acordo com as normas sanitárias, assim como no início de 2022, após outro rebatimento da pandemia devido à variante Ômicron. No fechamento deste Diagnóstico (maio/2022), os serviços passam pelo processo de retomada de atividades coletivas e grupais.

A pandemia trouxe grandes desafios no que se refere à reorganização dos Serviços e demandas da população. Destaca-se que em meio às dificuldades enfrentadas durante o contexto pandêmico ocorreu, em dezembro de 2021, o IV Seminário dos Trabalhadores do SUAS - Luta e Resistência Contra o Desmonte do SUAS em Tempos de Pandemia, momento em que foi assumido o compromisso da SEMAS em realizar uma Mesa de Negociação com os trabalhadores do SUAS.

TERRITÓRIO E DEMOGRAFIA

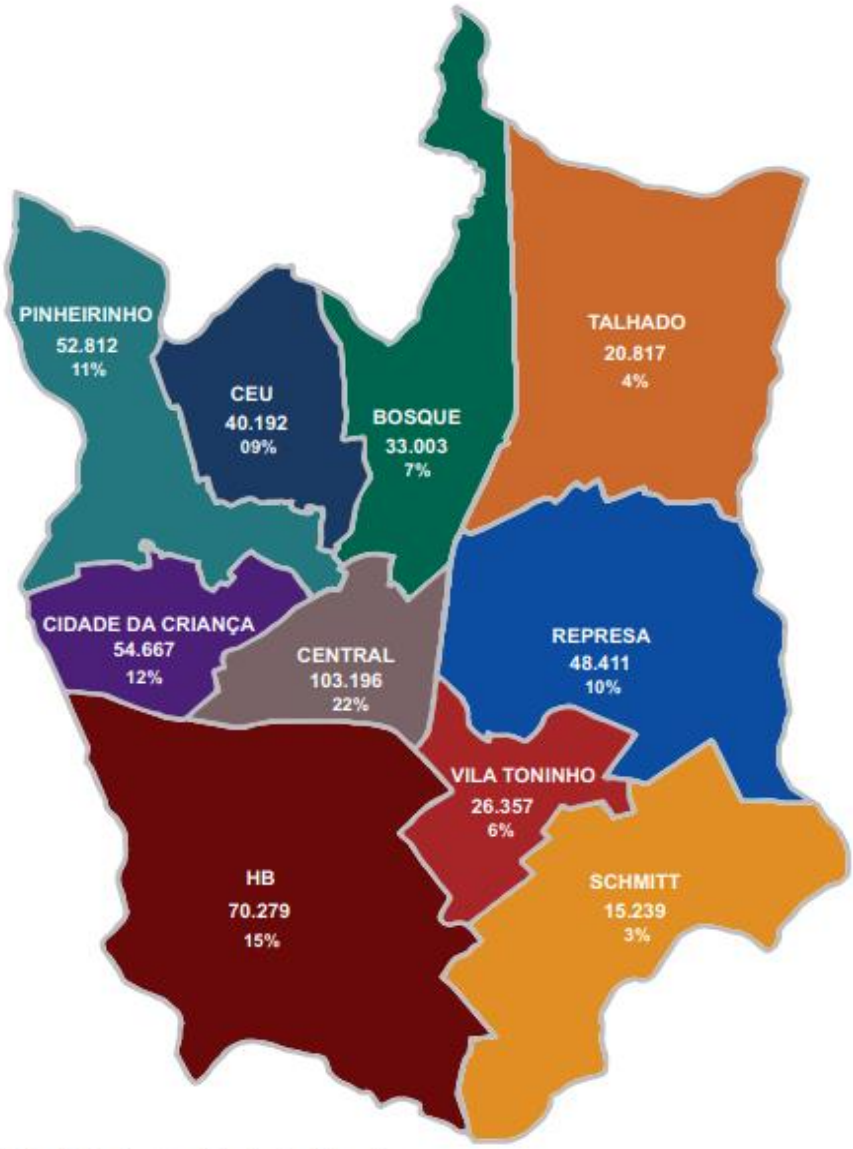
Apresentaremos a contextualização de alguns dados gerais do município e rede socioassistencial.

São José do Rio Preto possui uma população estimada em 464.983 habitantes (dados Conjuntura Econômica do município, a qual se baseia na projeção do Censo IBGE para 2020) e possui dois distritos, Schmitt e Talhado, com população de 20.678 e 5.419, respectivamente. A área urbana contempla 94% da população e 6% residem em área rural. Esta tem como característica a presença de loteamentos irregulares e por este motivo, as informações acerca das famílias não são computadas nos dados oficiais no município, o que demanda ações para que a Proteção Social alcance a população considerada invisível.

Segundo o IBGE Cidades, base de dados 2010, a densidade demográfica é de 945,12 hab./km². De acordo com a Conjuntura Econômica 2020, a população está dividida nas Regiões seguindo as porcentagens: Central 22%; HB 15%, Cidade da Criança 12%, Pinheirinho 11%, Represa 10%, CEU 9%, Bosque 7%, Vila Toninho 6%, Talhado 4% e Schmitt 3%.

Mapa 2 — Estimativa populacional por região de São José do Rio Preto.

Regiões: População residente por Região - Estimativa 2020



Fonte: Estimativa Populacional calculada conforme:
* Nota metodológica disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101662.pdf
* SINASC - Sistema de Informação sobre Nascidos Vivos (ano 2019)
* SINAM - Sistema de Informação sobre Mortalidade (ano 2019)

Fonte: Departamento de Vigilância Socioassistencial, com dados do Nota metodológica IBGE, SINASC 2019 e SINAN 2019.

Quadro 3 — Estimativa populacional por Região de São José do Rio Preto.

Região	População
Central	103.196
HB	70.279
Cidade da Criança	54.677
Pinheirinho	52.812
Represa	48.411
CEU	40.192
Bosque	33.003
Vila Toninho	26.357
Talhado	20.817
Schmitt	15.239

Fonte: Departamento de Vigilância Socioassistencial, com dados do Nota metodológica IBGE, SINASC 2019 e SINAN 2019.

O banco de informações da Fundação SEADE (Sistema Estadual de Análise de Dados) aponta que a RA de São José do Rio Preto possui taxa anual de crescimento para 2010/2020 de 0,7 % e para 2020/2030 0,3%, demonstrando envelhecimento populacional.

Segue quadro com dados referentes à extensão territorial, os quais foram informados pela Secretaria Municipal de Obras, que se baseou no decreto nº 18.073, de 29 de junho de 2018, que institui a Divisão Geográfica da área do município de São José do Rio Preto em 10 Regiões.

Quadro 4 — Extensão territorial das Regiões de São José do Rio Preto.

Região	Área/Km²
HB	85.706,06
Talhado	66.333,43
Represa	58.878,42
Schmitt	53.424,05
Pinheirinho	42.074,58
Bosque	39.667,31
CEU	26.704,99
Cidade da Criança	22.001,78
Central	21.368,05
Vila Toninho	21.283,86

Fonte: Secretaria Municipal de Obras/PMSJRP.

O município possui um total de 94.730 crianças e adolescentes (0 a 17 anos), o que representa 20,37% da população total e 86.348 idosos, que retrata 18,57% da população.

Fazendo a correlação dos ciclos de vida de 0 a 17 anos de idade do município com a mesma faixa etária dos territórios de CRAS, apresentamos em ordem decrescente a distribuição das crianças e adolescentes no município.

Quadro 5 — Distribuição das crianças e adolescentes (0 a 17 anos) do município nos territórios de CRAS.

CRAS	n	%
Centro	14.264	15
Novo Mundo	12.452	13
São Deocleciano	10.450	11
Jardim Belo Horizonte	8.301	9
Santo Antônio	8.043	8
João Paulo II	7.824	8
Antunes	7.090	7
Solo Sagrado	5.708	6
Vila Toninho	5.687	6
Eldorado	3.874	4
Lealdade e Amizade	3.709	4
Schmitt	3.687	4
Parque da Cidadania	3.641	4
Total	94.730	100

Fonte: Departamento de Vigilância Socioassistencial/SEMAS.

Com relação aos idosos, a distribuição de idosos nos territórios dos CRAS, fazendo a correlação do ciclo de vida do município/território de CRAS, ocorre da seguinte forma.

Quadro 6 — Distribuição dos idosos do município nos territórios de CRAS.

CRAS	n	%
Centro	30.801	35,7
Novo Mundo	13.418	15,5
São Deocleciano	6.561	7,6
João Paulo II	5.238	6,1
Jardim Belo Horizonte	4.589	5,3
Vila Toninho	4.527	5,2
Antunes	4.119	4,8
Eldorado	3.749	4,3
Solo Sagrado	3.494	4
Lealdade e Amizade	3.009	3,5
Schmitt	3.003	3,5
Santo Antônio	2.993	3,5
Parque da Cidadania	847	1
Total	86.348	**100**

Fonte: Departamento de Vigilância Socioassistencial/SEMAS.

EVOLUÇÃO DA REDE

As seguranças afiançadas pelo SUAS são de garantias do direito social realizada pela proteção social. A rede de execução dos Serviços encontra-se no apêndice e demonstramos um painel de atendidos, considerando a média anual de atendimentos de 2021, conforme quadros 7, 8 e 9. Os dados apresentados são coletados pelos equipamentos da rede socioassistencial e compilados pelo Departamento de Vigilância Socioassistencial por meio do monitoramento mensal. Tal procedimento visa acompanhar o número de indivíduos/famílias atendidos pelas Proteções Sociais Básica e Especial de Média e Alta Complexidade nos serviços prestados.

Quadro 7 — Rede Socioassistencial: Proteção Social Básica, 2021.

Proteção Social Básica		
Serviço	**Equipamento**	**Média anual**
PAIF	CRAS	5.573
Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio	CRAS	48
SCFV - 0 a 5 anos e 11 meses	CRAS	19
SCFV - 6 a 14 anos e 11 meses	CRAS, CCJ, OSCs Parceiras	868
SCFV - 15 a 17 anos e 11 meses	CCJ, CRAS, OSCs Parceiras	89
SCFV - 18 a 29 anos e 11 meses	CCJ, CCF, OSCs Parceiras	82
SCFV - 30 a 59 anos e 11 meses	CCJ, CCF	81
SCFV - 60 anos ou mais	CCI, CCF e CRAS	726
Total		**7.486**

Fonte: Secretaria Municipal de Assistência Social - Departamento de Gestão de Repasses de Recursos Públicos, Departamento de Proteção Social Básica e Departamento de Vigilância Socioassistencial.

Quadro 8 — Rede Socioassistencial: Proteção Social Especial de Média Complexidade, 2021.

Proteção Social Especial Média Complexidade		
Serviço	**Equipamento**	**Média Anual**
PAEFI	CREAS	411
Serviço de Medida Socioeducativa - Liberdade Assistida	CREAS	68
Serviço de Medida Socioeducativa - Prestação de Serviços à Comunidade	CREAS	28
Serviço de Medida Socioeducativa - LA e PSC (medida acumulada)	CREAS	13
Serviço Especializado em Abordagem Social	Centro Pop e OSC Só por Hoje	197
Serviço Especializado para pessoas em situação de rua	Centro Pop	552
Serviço Proteção Social Especial para pessoas com deficiência e suas famílias	APAE, Renascer, Instituto Cegos	283
Serviço Proteção Social Especial para pessoas idosas e suas famílias	Lar Esperança e Lar São Vicente de Paulo	43
Total		**1593**

Fonte: Secretaria Municipal de Assistência Social - Departamento de Gestão de Repasses de Recursos Públicos, Departamento de Proteção Social Especial e Departamento de Vigilância Socioassistencial.

Quadro 9 — Rede Socioassistencial: Proteção Social Especial de Alta Complexidade.

Proteção Social Especial Alta Complexidade			
Serviço	**Equipamento**	**Unidade/Ofertas**	**Média anual**
Acolhimento Institucional para crianças e adolescentes	Associação Mamãe Idalina - AMAI	Casa-lar	27
		Reintegração Familiar	49
Acolhimento Institucional para adolescentes em abrigo familiar	Comunidade Terapêutica Só Por Hoje	Abrigo	5
		Reintegração Familiar	3
Acolhimento Institucional compartilhado entre as Secretarias Municipais de Assistência Social e Saúde para Atendimento a crianças e adolescentes	Comunidade Terapêutica Só Por Hoje	Casa-lar	3
		Reintegração Familiar	1
Acolhimento Institucional para Idosos em Instituição de Longa Permanência – ILPI	Associação e Oficina de Caridade Santa Rita de Cássia, Associação Evangélica Lar de Betânia, Lar São Vicente de Paulo e Instituto Lar Esperança	-	153
Acolhimento Institucional em Casa de Passagem para Pessoas Adultas e famílias em situação de rua - casa de passagem	Albergue Noturno Protetor dos Pobres	Pessoas diferentes atendidas	513
		Pernoite e jantar (média diária)	30
		Casa de Passagem (mensalmente)	19
		Jantar (média diária)	94
Acolhimento Institucional Provisório	Associação Amigos das Crianças com Câncer e Cardiopatias - AMICC	-	30
Acolhimento em Família Acolhedora	CRAMI	Famílias atendidas	12
		Crianças em família acolhedora	3
Programa Guarda Subsidiada	CRAMI	Famílias guardiãs atendidas	20
		Crianças em Famílias Guardiãs	38
Serviço de Acolhimento Institucional	Associação Lar São Francisco de Assis na Providência de Deus (Casa do Cireneu)	-	76

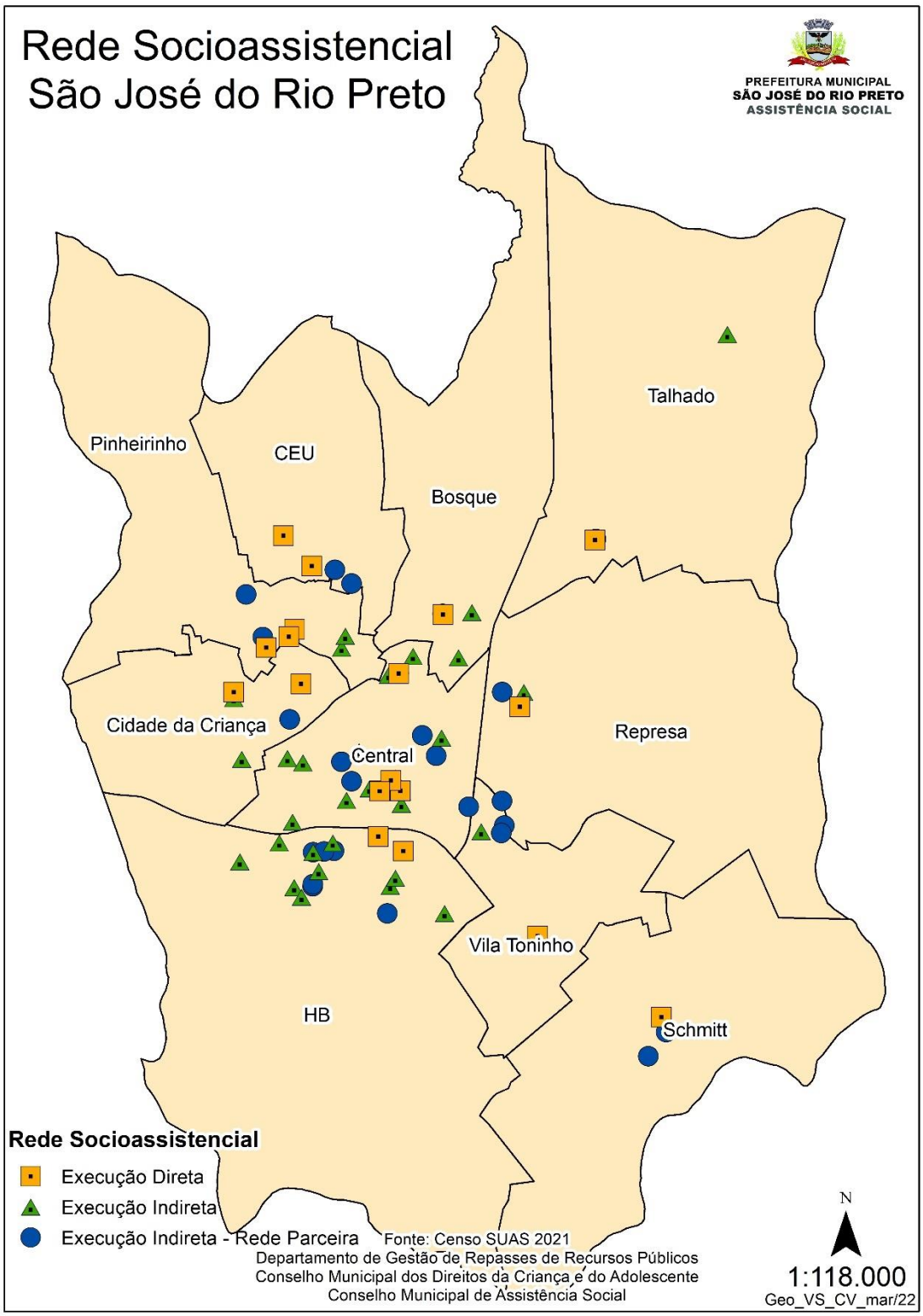
Serviço de Acolhimento Institucional para Pessoas com Deficiência em Residência Inclusiva	AELUZ	-	7
Serviço de Proteção em situação de calamidades públicas e de emergências	Associação Lar São Francisco de Assis na Providência de Deus (Casa do Cireneu)	-	74
TOTAL GERAL			1080

Fonte: Secretaria Municipal de Assistência Social - Departamento de Gestão de Repasses de Recursos Públicos, Departamento de Proteção Social Especial e Departamento de Vigilância Socioassistencial.

Considerando os beneficiários de BPC, segundo o Departamento de Gestão de Cadastro Único, Benefícios e Transferência de Renda, o município contava com 6.234 BPC Idoso e 3.406 BPC Deficiente em janeiro de 2022. Os CRAS com maior número de BPC idoso são: CRAS Centro (1.471), CRAS Novo Mundo (795), CRAS João Paulo II (698), CRAS Santo Antônio (515) e CRAS Eldorado (514). Já a maior incidência de BPC Deficiente está, respectivamente, no CRAS Centro (594), CRAS Solo Sagrado (384), CRAS João Paulo II (355), CRAS Santo Antônio (353) e CRAS Novo Mundo (316).

O mapa apresenta a rede socioassistencial do município, composta por 13 CRAS, 2 CREAS, 1 Centro Pop, 3 Centros de Convivência e demais Serviços executados pela rede parceira.

Mapa 3 — Rede Socioassistencial de São José do Rio Preto.



Fonte: Departamento de Vigilância Socioassistencial, com dados do Censo SUAS 2021, Departamento de Gestão de Repasses de Recursos Públicos, Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, Conselho Municipal de Assistência Social.

POPULAÇÃO E VULNERABILIDADE

A crise agravada pelo contexto de pandemia demostra um cenário de 40.144 pessoas em extrema pobreza em São José do Rio Preto, considerando a base do CECAD de janeiro de 2022. As cinco regiões com maior concentração são, respectivamente, CEU, Bosque, Pinheirinho, Talhado e Vila Toninho.

Considerando o Cadastro Único, com base CECAD de janeiro de 2022, o município possui 36.758 famílias cadastradas e 16.498 famílias em extrema pobreza (renda per capita até R$105,00).

O Diagnóstico Socioterritorial 2017 apontou o surgimento de ocupação de áreas públicas e particulares por meio de barracos, e identificou como causa a crise econômica dos anos de 2015 e 2016, que agravou a situação socioeconômica de inúmeras famílias surgindo as referidas áreas de ocupações que se encontram atualmente no território do CRAS Jardim Belo Horizonte.

Durante o ano de 2021, os 13 CRAS do município atenderam 24.968 famílias no serviço PAIF, enquanto, no PAEFI, os CREAS atenderam 882 famílias/indivíduos e o Centro POP atendeu 3.091 pessoas no serviço especializado para pessoa em situação de rua e/ou e abordagem social, e considerando as pessoas que foram categorizadas como pessoas em situação de rua, foram atendidas 2.268.

Em se tratando da escolaridade, a rede municipal de educação atendeu 21.695 alunos do Ensino fundamental no ano de 2020, e 756 jovens e adultos pelo EJA, dados da Conjuntura Econômica São José do Rio Preto. A consulta ao banco de dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), considerando a rede pública de ensino, mostra que o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) em 2019, do 5° ano do Ensino Fundamental, foi de 6,7 para uma meta projetada de 6.8; já para o 9º ano, o IDEB foi de 5.3 para uma meta de 6.0, e 3º ano do Ensino Médio, meta atingida de 4.6 (a meta era de 4.3).

De acordo com o Novo Cadastro Geral dos Empregados e Desempregados (CAGED), de janeiro a dezembro de 2021, o município somou 71.651 admissões e 63.909 desligamentos. Ressaltamos que se trata de recorte de emprego formal. A discussão com as equipes das 10 Regiões, para a construção deste diagnóstico Socioterritorial, constatou o aumento nos atendimentos de famílias em contexto de desemprego e das que exerciam trabalho informal. Considerando a base de dados do

CECAD de agosto de 2021, temos 28.203 que declararam desemprego e 6.781 que declararam trabalho informal. Neste sentido, as equipes de atendimento dos CRAS e CREAS apontam, sobretudo, o aumento de solicitação de cestas básicas e inclusão em programas de transferência de renda.

A análise das Informações do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN), com dados de vigilância de violência interpessoal e autoprovocada em São José do Rio Preto de 2021, demonstra total de 2.922 notificações. As especificações por tipo de violência são: física 964; autoprovocada 758; psicológica/moral 803; negligência/abandono 162; sexual 174; financeira/econômica 17; trabalho infantil 40; intervenção legal 05 e tortura 04.

Na coleta de informações do Sistema de Registro Mensal de Atendimentos (RMA) identifica-se 483 famílias ou indivíduos vítimas de violência ou violações de direitos que ingressaram no PAEFI em 2021, sendo 266 famílias/indivíduos no CREAS 1 e 217 no CREAS II.

Com relação à Pessoa em Situação de Rua (PSR) no município, no ano de 2021 foram atendidas 2.366 pessoas pelos seguintes serviços: Serviço especializado para Pessoa em Situação de Rua, Serviço de Abordagem Social e pela OSC Albergue Noturno, que executa a Casa de Passagem e Acolhimento Institucional.

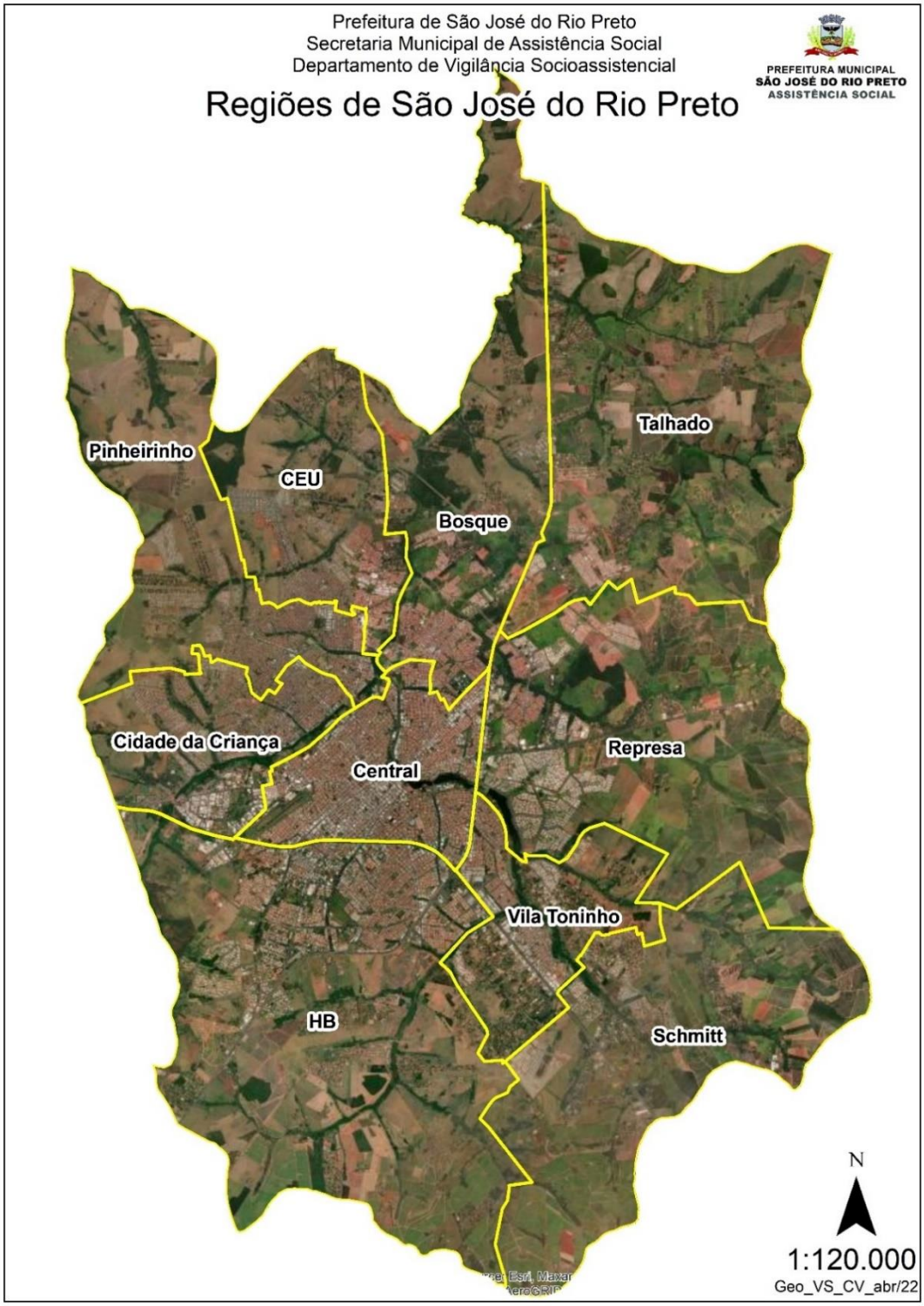
No trimestre de abril a junho de 2022, foram atendidas uma média mensal de 855 pessoas no Centro POP e 480 no Albergue Noturno Protetor dos Pobres. Das pessoas atendidas e que foram categorizadas, tivemos uma média de 797 pessoas, sendo 448 (56,3%) Moradores de Rua, 297 (37,2%) Flutuantes, 52 (6,5%) Munícipes Não Moradores de Rua.

Quase a totalidade das PSR (Flutuante e Morador de Rua) encontram-se nas faixas etárias acima de 18 anos, sendo que a faixa etária de 30 a 59 anos corresponde a 75,7% em média das pessoas atendidas. Quanto ao sexo biológico, em média 89% são pessoas do sexo masculino e 11% são do sexo feminino. No caso dos Munícipes não Moradores de Rua, 67,7% estão na faixa etária de 30 a 59 anos. Quanto ao sexo biológico, 80% são do sexo masculino e 20% do sexo feminino.

TERRITÓRIO DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO

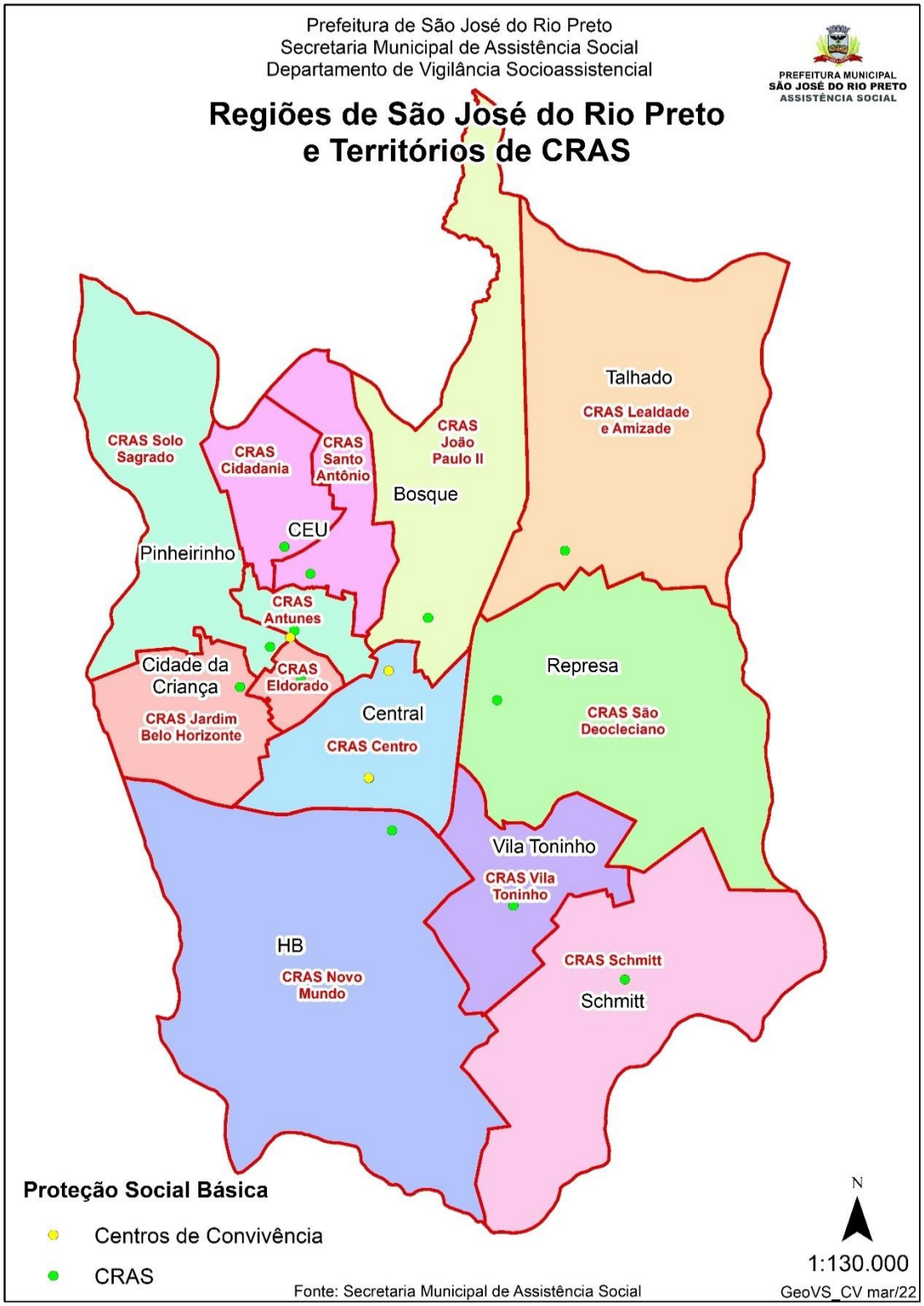
Apresentam-se os seguintes mapas: Regiões de São José do Rio Preto, abrangência dos CRAS, divisão territorial dos CREAS e Rede Socioassistencial, bem como imagens das fachadas dos CREAS e Centro POP.

Mapa 4 — Regiões de São José do Rio Preto.



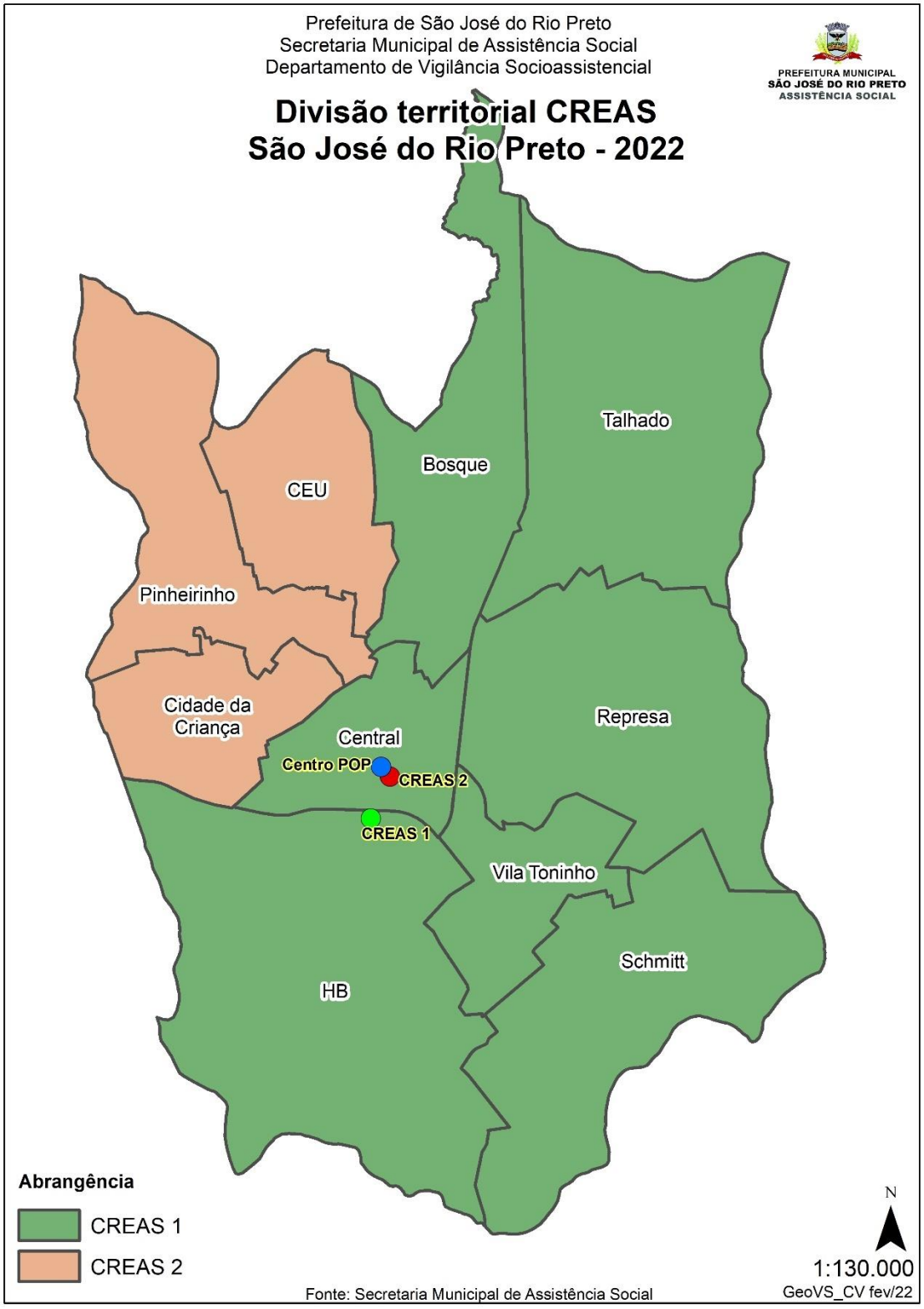
Fonte: Departamento de Vigilância Socioassistencial/Secretaria de Assistência Social.

Mapa 5 — Territórios dos CRAS.



Fonte: Departamento de Vigilância Socioassistencial /Secretaria de Assistência Social.

Mapa 6 — Territórios dos CREAS.



Fonte: Departamento de Vigilância Socioassistencial/Secretaria de Assistência Social.

Figura 1 — Fachada CREAS I.

Fonte: Arquivo SEMAS.

Figura 2 — Fachada CREAS II.

Fonte: Arquivo SEMAS.

Figura 3 — Fachada Centro POP.

Fonte: Arquivo SEMAS.

MAPA FALADO COM CONSELHOS DE DIREITOS

No dia 13 de junho de 2022 realizou-se, na sede da Secretaria Municipal de Assistência Social, a atividade do Mapa Falado, contando com a participação de 27 pessoas, representantes do Departamento de Vigilância Socioassistencial, CMAS, CMDI, CMDCA e COMAD.

Iniciou-se com a proposta metodológica a ser utilizada e explanando como se daria a participação dos presentes. Fora esclarecido o objetivo do Mapa Falado, com a finalidade de somar informações ao Diagnóstico Socioterritorial (2022), norteando as ações a serem contempladas no PMAS (2022/2025). Foi enfatizada a importância do processo de construção coletiva com a metodologia do diálogo e reflexão como proposta de finalização do documento para, posteriormente, realizar a devolutiva e socialização das informações através da publicação deste Diagnóstico.

Sendo assim, realizou-se o processo de discussão em torno dos mapas expostos e a identificação com marcadores de acordo com cada cor, representando as respectivas legendas, com as temáticas: vermelho (para elencar situações de

risco), prata (ausências nos territórios), verde (espaços de convivência e lazer), azul (experiências coletivas do território) e laranja (marcas e características de identidade do território).

- **VERMELHO –** Locais e situações de riscos:

    1. Transporte público em loteamentos e chácaras;
    2. Infraestrutura e acessibilidade;
    3. Acessibilidade no comércio;
    4. Tráfico de drogas;
    5. Uso abusivo de Substância Psicoativa (SPA);
    6. Exploração Sexual.

De acordo com a análise do grupo, as vulnerabilidades perpassam as políticas públicas e enfrentá-las é uma tarefa que exige integração e ações intersetoriais.

Foi levantada a questão da falta de mobilidade nas estâncias e chácaras distantes dos territórios e os riscos a ela relacionados. O transporte público ineficiente acarreta, segundo o grupo, na falta de segurança, já que as pessoas ficam muito tempo nos pontos de ônibus, que muitas vezes não são iluminados nem sinalizados, além de não possuírem acessibilidade para deficientes físicos.

Além disso, foi citada como consequência desse fator, a evasão escolar, pois as crianças/adolescentes residentes nesses locais enfrentam uma série de dificuldades para acessar a escola. Referente à mobilidade, existe a falta de infraestrutura e acessibilidade, não somente nas estâncias, mas em todo o município, o que gera uma série de transtornos e dificuldades para pessoas idosas e deficientes, sendo um fator dificultador para suas vidas cotidianas e o acesso à educação, cultura, esporte e lazer.

Outro fator discutido foi o tráfico de drogas, apontado pelo grupo como mais visível nas Regiões Bosque, CEU, Pinheirinho, Vila Toninho, Schmitt (Vila Ramos) e Central. Sobre o uso abusivo de substâncias psicoativas, explanou-se que está em todas as Regiões, com foco para a região do centro da cidade, que abriga o que os representantes presentes no Mapa Falado nomearam de “cracolândia”. Foi mencionado o fato de que, dentro dos condomínios, existe o uso e, até mesmo, tráfico velado e que não entram nas estatísticas. Relatou-se o fato de os traficantes aliciarem

adolescentes para o tráfico. Atreladas ao uso e tráfico de SPA, o grupo mencionou a prostituição e exploração sexual como escancaradas nas Regiões Central, Pinheirinho e CEU, com foco para as Regiões Pinheirinho e CEU onde ocorre, também, a exploração sexual de crianças e adolescentes.

- **PRATA –** Ausências nos territórios:
    1. Saneamento básico em loteamentos e chácaras;
    2. Centro Dia;
    3. Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo (SCFV) para Crianças e adolescentes no contraturno escolar;
    4. Mobilidade urbana;
    5. Inserção de jovens no mercado de trabalho e/ou capacitação para inclusão;
    6. Segurança Pública;
    7. Remoção (saúde);
    8. Outra unidade do “Bom Prato”;
    9. Política de Habitação;
    10. Critérios para concessão de benefícios;
    11. Implementação de mais Centros de Convivência Familiar (CCF);
    12. Articulação entre Políticas Públicas para a promoção de cultura;

A legenda das ausências foi, sem dúvida, a mais utilizada. Dentre as ausências enumeradas acima, destacou-se, durante a discussão, a falta de comunicação em locais distantes (loteamentos e chácaras irregulares) como fator impeditivo de acesso à segurança e saúde “não é possível chamar a polícia nem uma ambulância, se necessário, porque os celulares não têm sinal” (sic). Foi mencionada também a ausência de orelhões, vistos como ultrapassados na “geração dos celulares”, mas muito necessários nesses locais.

Uma ausência que implicou em problematizações, por parte do grupo, foi a inexistência de unidades de Centro Dia para os idosos nas Regiões Cidade da Criança, Pinheirinho e Schmitt, com ênfase para a necessidade de ser disponibilizado transporte para os usuários do serviço. Ainda, nessa direção, foi mencionado o fato de os serviços estarem, em sua maioria, concentrados na Região Central, não sendo ofertados ou, quando ofertados, ineficientes, nas demais Regiões do município.

O grupo expôs a ausência de políticas públicas para inserção de jovens no mercado de trabalho, enfatizando o fato de haver discriminação quanto aos jovens que não se enquadram no “padrão estabelecido”. Observam-se preconceitos relacionados a adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidades sociais, além da estigmatização dos jovens que moram nas regiões mais periféricas da cidade, principalmente em estâncias e chácaras.

Com relação à falta de segurança pública, o grupo mencionou que os condomínios não enfrentam as consequências dessa ausência. Contudo, essa não é a realidade da maioria da população, pois são muitas as situações (violência, tráfico, insegurança etc.) vivenciadas em decorrência das fragilidades da segurança pública.

Outro fator destacado refere-se à dificuldade enfrentada pelos usuários ao tentar utilizar os serviços de remoção da saúde (locomoção de pacientes para consultas/tratamentos). O serviço foi apontado como “muito burocrático e ineficiente”, já que, quando disponibilizado, não chega no horário, o que, muitas vezes, faz com que o paciente perca a consulta. Enfatizou-se, nesse caso, as Regiões Vila Toninho, CEU, Pinheirinho e Schmitt, com a observação de que isso também ocorre nas demais.

A dificuldade de acolhimento para dependentes químicos que desejam se tratar foi mencionada por um dos participantes, que citou o fato de os trâmites serem muito burocráticos. Aproveitou-se o momento para divulgar os fluxos para acolhimento, que devem passar inicialmente pelo CAPS, e a importância desses fluxos.

Quanto à fome e insegurança alimentar, foi mencionada a ausência de outras unidades do Bom Prato na região norte, com foco no Pinheirinho, CEU e Bosque, sendo enfatizada sua necessidade por todo o grupo. Ainda neste âmbito, mencionaram-se as ausências provocadas pelos critérios de concessão de benefícios às famílias, que, segundo uma participante, desconsideram os novos arranjos familiares formados em decorrência da crise econômica que o país enfrenta, com a formação, inclusive, de cortiços. Ao citar a situação dos cortiços e rearranjos familiares, foi levantada a falta de políticas habitacionais, principalmente na Região Pinheirinho.

Referente aos serviços e locais de convivência sugeriu-se a implementação de mais Centros de Convivência da Família. Quanto à situação do atual CCF, foi mencionando que a piscina aquecida gera a maior parte da demanda reprimida do local, já que a demanda é maior do que a oferta.

Por fim, mas não menos importante, foi trazida à discussão a falta de articulação entre as políticas públicas. Concluiu-se, a esse respeito, que há muitos espaços que podem servir para realização de eventos e atividades referentes aos serviços, mas esses espaços estão subaproveitados, uma vez que falta estrutura mínima como bancos e tomadas em praças. Segundo o grupo, se as políticas articulassem entre si, os espaços seriam melhor aproveitados. A ênfase, neste tópico, foi a realização de grupos e atividades culturais, que poderiam chegar às demais Regiões, mas, pelas questões já mencionadas, ficam concentradas na Região Central.

- **VERDE –** espaços de convivência e lazer:

1. Centro de Convivência Familiar (CCF).

- **AZUL –** experiências coletivas do território (solidariedade, mobilização).
    1. Associações;
    2. Grupos Narcóticos anônimos (NA)/Alcoólicos Anônimos (AA);
    3. Intervenções culturais descentralizadas.

Neste tópico foram destacadas as associações de moradores de bairros que, segundo relatos, se fortaleceram durante a pandemia (com ênfase às Regiões Pinheirinho, Cidade da Criança, Central, Schmitt e HB). De modo que os grupos formados por “vizinhança solidária” existentes, dentre outras, na região Central, promovem a solidariedade e segurança entre os moradores.

Outros pontos citados como positivos foram os grupos de ajuda (NA e AA) presentes nas Regiões Vila Toninho e Central e as intervenções culturais descentralizadas que ocorrem nas Regiões Talhado, Represa e Schmitt.

- **LARANJA –** marcas e características de identidade do território
    1. Polo turístico (Schmitt);
    2. Complexo (Cidade da Criança);
    3. Shopping (HB);
    4. Saúde (HB);
    5. Represa/Swift (Represa);
    6. Rodoviária (Central);
    7. Basílica (Central);

8. Calçadão (Central);
9. Biblioteca (Central);
10. Zoológico (Bosque);
11. Cristo (Central);
12. UNESP (Bosque);
13. FAMERP (HB);
14. Pinheirinho (Pinheirinho);
15. Campo de futebol São Francisco (HB);
16. Centro Esportivo Eldorado (Cidade da Criança);
17. Praça de Esporte e Cultura (Schmitt);

Destaca-se, nesse tópico, que de forma geral os participantes apresentaram a oferta de serviços públicos, bem como os espaços de convivência, esporte e cultura como importantes marcas e características de identidade dos territórios do município. Ressaltou-se a importância desses espaços e serviços como referências para a população e usuários dos serviços ofertados.

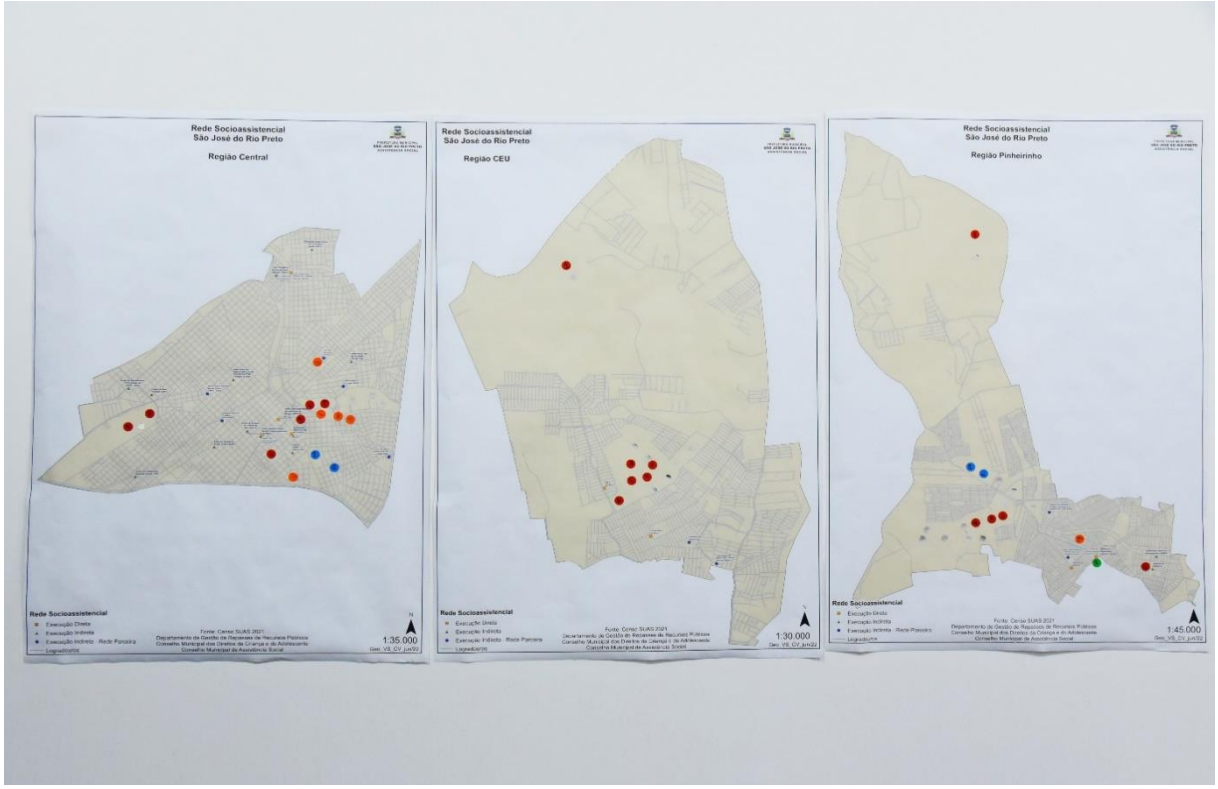
Apontamentos finais

Na finalização das discussões foi dada a oportunidade ao grupo de analisar a atividade e expor seus pontos de vista. Foi mencionado, como ponto positivo, que o Diagnóstico tem sido um processo “bacana”, participativo e democrático. Como ponto negativo citou-se o fato de Rio Preto, apesar de ser uma metrópole, possuir muitos pontos a serem melhorados em diversas políticas públicas, como as políticas para pessoas idosas, já que a cidade está “envelhecendo” e, segundo o grupo, as políticas não têm acompanhado esse indicador social. Também foi explicitado o fato de as políticas públicas não chegarem até os espaços que poderiam ser utilizados para oferta de seus serviços. Observou-se que muitos espaços possuem potencial para o desenvolvimento de ações e atividades, mas são subutilizados ou não são devidamente utilizados por falta de divulgação e da integração entre as políticas.

Por fim, o grupo refletiu sobre a importância da função vigilância, ressaltando que essa não é só de competência da Política de Assistência Social, mas de todas as políticas públicas sociais e seus equipamentos. Nessa direção, avaliou-se a relevância da atividade do Mapa Falado, como exemplo da sistematização das demandas, já que

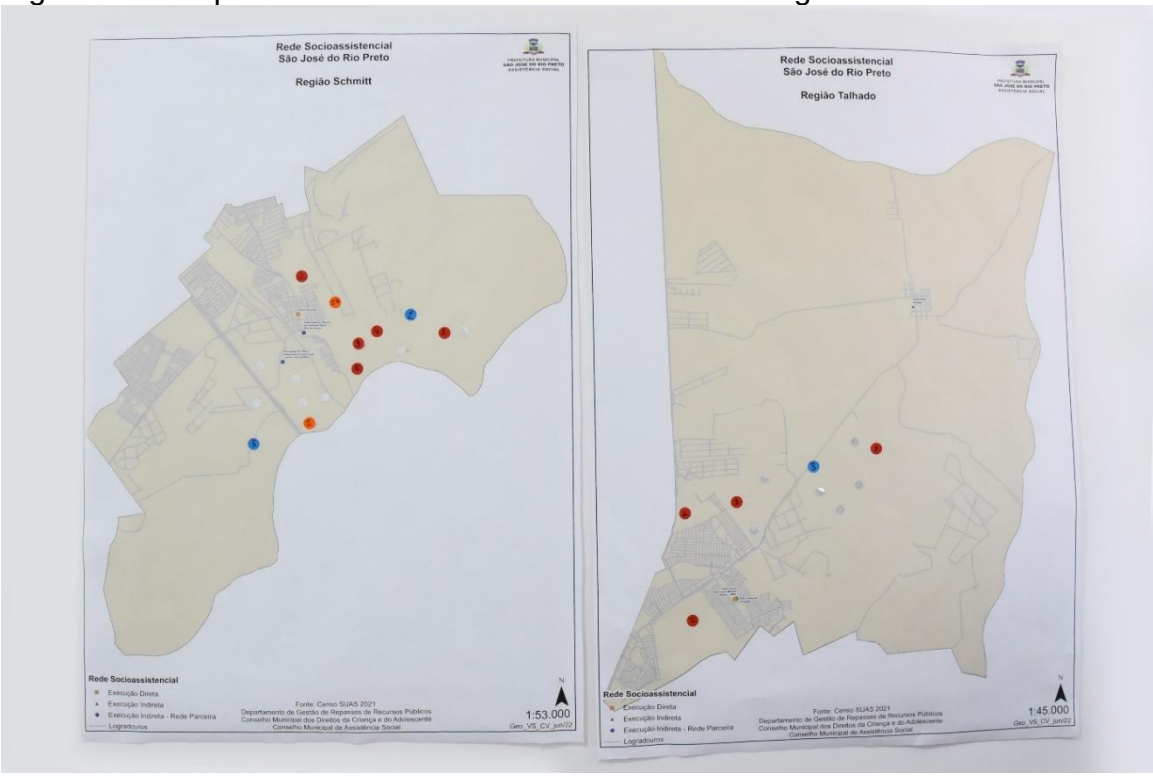
muitas não chegam aos Conselhos de Direitos por não terem sido sistematizadas e reduzidas a termo, impedindo que as instâncias competentes atuem, de forma direta e objetiva, para saná-las.

Figura 4 — Mapa falado realizado com conselhos de direitos. Regiões Central, CEU e Pinheirinho.



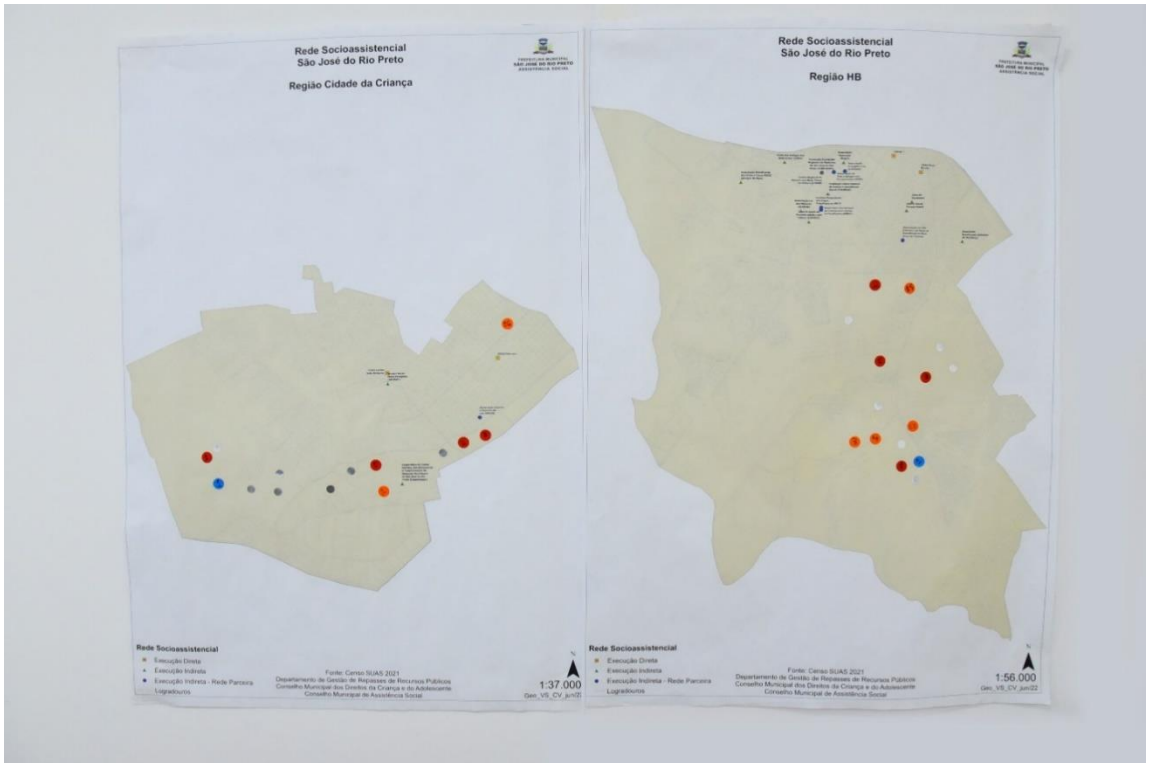
Fonte: SEMAS – Secretaria Municipal de Assistência Social.

Figura 5 — Mapa falado com conselhos de direitos - Regiões Schmitt e Talhado.



Fonte: SEMAS - Secretaria Municipal de Assistência Social.

Figura 6 — Mapa falado com conselhos de direitos - Regiões Cidade da Criança e HB.



Fonte: SEMAS - Secretaria Municipal de Assistência Social.

Figura 7 — Mapa falado com conselhos de direitos - Regiões Vila Toninho, Bosque e Represa.

Fonte: SEMAS - Secretaria Municipal de Assistência Social.

RELATOS DE CASOS ALTA COMPLEXIDADE

Referente à alta complexidade, o Departamento de Proteção Social Especial, em conjunto com o Departamento de Vigilância Socioassistencial, traz o relato de casos de jovens que estão no Serviço de Acolhimento Institucional para adolescentes em abrigo da OSC Comunidade Terapêutica Só Por Hoje, com um quadro descritivo de seus contextos de vida, enumerados de A até D, e uma análise fazendo a correlação com o importante papel das políticas públicas.

Quadro 10 — Breve histórico dos adolescentes do Serviço de Acolhimento em Abrigo Institucional para adolescentes – OSC Só Por Hoje – Casa 1.

Nomes fictícios	Descrição
"A" **17 anos** Acolhido neste Serviço desde: 23/11/20	- Acolhimento por negligência e abandono; - Acolhimento em outro serviço desde criança; - Baixa tolerância à frustração; - Envolvimento com o uso e tráfico de drogas; - Internação no CIAPS - 15 dias devido a uso de substâncias; - Dificuldade com figuras de autoridade; - Dificuldade com normas e regras escolares; - Comportamento de agressividade devido às adversidades; -Acompanhamento no CAPS AD III - Schmitt, realizou acompanhamento ambulatorial em torno de 06 meses, prescrita medicação controlada, mas nega fazer uso; - Mudança de período escolar para o noturno na tentativa de busca de emprego, atingirá sua maioridade em outubro/2022; - O serviço de acolhimento, através da Vara da Infância e Juventude conheceu uma empresa no ramo de peças automotivas para caminhão, na qual o proprietário teve a sensibilização com a história dos adolescentes acolhidos, e outros dois adolescentes que passaram por acolhimento tiveram uma oportunidade nesta empresa; - No início de fevereiro /2022 – foi realizado um teste na empresa descrita, na área de separação de itens para venda, o adolescente apresentou interesse de aprendizagem, foi realizada junto à equipe e empresa a importância de continuar estudando, para a possibilidade de crescimento dentro da empresa; - **"A"** começou a frequentar a escola com assiduidade, iniciou um relacionamento com uma adolescente da sala que o estimula com as questões escolares e de trabalho; - Não vem apresentando, até o momento, nenhuma situação de risco e uso de substâncias; - Com o primeiro salário, comprou uma bicicleta e um celular e relatou ser a *"primeira vez que teve dinheiro do seu suor"* ; (sic) - Apresenta interesse de buscar uma vida autônoma, e constituir sua própria família.
"B" **18 Anos**	- Órfão de mãe; - Negligenciado pelo genitor; - Situação de rua e uso de substâncias; - Evasão escolar; - Dificuldade de aprendizagem; - Tratamento ambulatorial CAPS I CENTRO; - Permaneceu no acolhimento cerca de 14 meses, no período retomou a rede de ensino; - Realizou curso de Jovem Aprendiz na ARPROM, foi contratado como estagiário por uma rede de supermercados, apresentou bom desempenho, foi demitido devido à extensão do período de pandemia; - O serviço de acolhimento entrou em contato com uma empresa e relatou que o adolescente precisaria de um trabalho, pois teria que trabalhar sua autonomia para o a saída do acolhimento; - O serviço o ajudou na locação de um local próximo ao trabalho, para a economia do transporte; - O adolescente precisou de todo um aparato do acolhimento e da empresa, para a construção de sua autonomia, como auxílio da gestão financeira, compras de itens domésticos etc. - O jovem está há dois anos empregado e residindo sozinho.

"C" **17 Anos** Acolhido neste Serviço desde: 18/01/22	- Acolhido por motivo de negligência; - Sem contato familiar; - Evadido da escola; - Atualmente concluiu o ensino fundamental no sistema EJA, aguardando liberação para a inclusão no ensino médio do ensino regular; - Iniciou há cerca de 20 dias o estágio em uma empresa e ainda está em período de teste.
"D" **17 ANOS** Acolhido neste Serviço desde: 14/09/21	- Acolhido por motivo de negligência; - Cumprindo medida de Liberdade Assistida por motivo de agressão; - Cursando o 2º ano do ensino médio; - Durante a seleção de estagiários uma empresa ficou sensibilizada pelo fato de o adolescente estar em contexto de acolhimento e decidiu, juntamente com a equipe, dar uma oportunidade de trabalho para o adolescente; - Estagiando na empresa há cerca de 2 meses.

Fonte: OSC Só Por Hoje e Departamento de Proteção Social Especial.

Análise e Discussão

Os adolescentes acolhidos apresentam em comum nas suas trajetórias de vida, situações de vulnerabilidade social, rompimento de vínculos familiares e comunitários e violação de direitos em diversos âmbitos. Alguns destes adolescentes, na busca pela sobrevivência, se envolveram no tráfico de drogas, considerada a pior forma de trabalho infantil e pela sociedade, um caminho sem volta.

Os relatos apresentados apontam retorno à escola, inserção no trabalho, resgate dos vínculos familiares, superação da dependência química e o alcance da autonomia. É instigante pensarmos: quais os elementos que propiciaram a mudança da trajetória de vida dos adolescentes? Inclusive um dos relatos testemunha que mesmo com a maioridade tal mudança permaneceu. Porque permaneceu? Para respondermos estas questões é necessário compreender o serviço de acolhimento.

O acolhimento institucional tem como objetivo a proteção integral do adolescente, devendo ser desenvolvido com o adolescente e sua família trabalho social que oportunize espaço para reflexão, atividades socioeducativas, retorno à escola, capacitação profissional, inserção no mercado de trabalho e cuidado integral à saúde.

O adolescente acolhido tem garantido no acolhimento institucional condição habitacional digna, alimentação, material de higiene, vestuário, rede de internet, vaga em escola próxima à residência ou do trabalho, cursos de capacitação e vale transporte para o desenvolvimento de atividades. O acolhimento institucional, ainda,

por intervenção do juiz da infância e juventude, conta com parceiros que priorizam os adolescentes na oferta de vagas de estágio e emprego. Temos ainda equipe técnica, formada por psicóloga e assistente social, que em conjunto com os educadores, terá a missão de supervisionar/orientar os acolhidos, além de realizar atendimentos particularizados com os adolescentes e seus familiares. A finalidade é o resgate do vínculo familiar e apoio na construção de estratégias para a superação das dificuldades a serem enfrentadas no cotidiano, sempre sob a égide do Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990).

Pela descrição do serviço de acolhimento institucional visualizamos que o adolescente tem acesso aos direitos apregoados pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, o que nos leva a pensar que mesmo o adolescente que já vivenciava diversas desproteções e situações de risco podem ter uma mudança de trajetória. Infelizmente, a realidade experimentada pelos adolescentes e suas famílias antes do acolhimento institucional era de muitas desproteções (renda, habitação, alimentar, escolar e etc.).

Fleury (2010) em texto sobre os modelos de proteção social elabora o conceito de cidadania invertida “[...] na qual o indivíduo tem que provar que fracassou no mercado para ser objeto da proteção social”.

O acolhimento institucional é uma medida judicial aplicada em casos graves, quando se reconhece a impossibilidade de proteção por parte da família e o esgotamento das ações do estado em atuar junto à família para a proteção de seus membros, portanto, falamos de fracasso. Todavia, é este fracasso que permite ao adolescente e sua família ascender à condição de cidadania universal, pois “Os benefícios passam a ser concedidos a partir das necessidades, com fundamentos nos princípios da justiça social [...]” (FLEURY, 2010).

Concluímos que o acesso à cidadania universal viabiliza a segurança de autonomia, é promotora de sonhos, assegura aos adolescentes escolhas, tornando-os protagonistas de sua própria história. Assim, também questionamos as teses meritocráticas que responsabilizam os sujeitos por seus sucessos ou fracassos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Cidadania. **Cadastro Único** [Internet]. Brasília: DF, Ministério da Cidadania, [2019]. Disponível em: http://www.cidadania.gov.br/servicos/cadastro-unico. Acesso em: 13 fev. 2021.

BRASIL. IBGE. **Desemprego.** [Internet]. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/explica/desemprego.php. Acesso em: 13 fev. 2021.

BRASIL. **Emenda Constitucional 95 de 15 de dezembro de 2016**. Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências. Brasília, DF, 2016.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 16 jul. 1990. Disponível em: http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=1&data=16/07/1990. Acesso em: 13 fev. 2021.

BRASIL. **Portal da Transparência**. [Internet]. Disponível em: http://www.portaltransparencia.gov.br/beneficios/consulta?tipoBeneficio=6&ordenarPor=municipio&direcao=asc. Acesso em: 13 fev. 2021.

BRASIL. **Painel de Informações do Novo CAGED**. [Internet]. Disponível em: https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiNWI5NWI0ODEtYmZiYy00Mjg3LTkzNWUtY2UyYjIwMDE1YWI2IiwidCI6IjNlYzkyOTY5LTVhNTEtNGYxOC04YWM5LWVmOThmYmFmYTk3OCJ9&pageName=ReportSectionb52b07ec3b5f3ac6c749. Acesso em: 7 abr. 2022.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Gestão do Trabalho e Educação Permanente do SUAS em Pauta**. Brasília, 2014.

BRASIL. **Resolução nº 109, de 25 de novembro de 2009.** Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais. Ministério de Desenvolvimento Social. Brasília, DF, 2009c. Disponível em: http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/tipificacao.pdf. Acesso em: 04 jun. 2018.

BRASIL. IPEA. **Carta de Conjuntura**. [Internet]. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/conjuntura/200702_cc_48_mercado_de_trabalho.pdf. Acesso em: 14 jul 2020.

BRASIL. **Lei nº 8.742 de 07 de dezembro de 1993**. Dispõe sobre a Organização da Assistência Social LOAS e dá outras providências. Brasília, DF, 1993.

BRASIL. **Norma Operacional Básica de Recursos Humanos** do Sistema Único de Assistência Social – **NOB**-**RH**/SUAS, **2006**. Política Nacional de Educação Permanente do SUAS (PNEP/SUAS). Portaria nº 115, de 20 de março de 2017.

BRASIL. Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS **NOB** - RH/**SUAS**. Ministério do Desenvolvimento e Combate à Fome - MDS. **2005**. BRASIL, Política Nacional da Assistência Social - PNAS - Versão Original.

BRASIL. **Resolução nº 109 de 25 de novembro de 2009.** Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais. Ministério de Desenvolvimento Social. Brasília, DF, 2009. Disponível em: http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/tipificacao.pdf. Acesso em: 07 abr. 2022.

BRASIL. Lei nº 12.435 de 6 de julho de 2011. Altera a **Lei no 8.742, de 7 de dezembro de 1993,** que dispõe sobre a organização da Assistência Social. *Diário Oficial da União* 2011; 7 set.

FLEURY, S. Políticas sociais. In: OLIVEIRA, D.A.; DUARTE, A.M.C.; VIEIRA, L.M.F. **DICIONÁRIO: trabalho, profissão e condição docente**. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010. Disponível em: https://gestrado.net.br/verbetes/politicas-sociais/. Acesso em 10 jun. 2022.

FRENTE NACIONAL EM DEFESA DO SUAS E DA SEGURIDADE SOCIAL. **Informe 4 A Vigilância Socioassistencial em tempos de calamidade emergência: estratégias para Proteção Social.** [Internet]. Disponível em: https://conferenciadeassistenciasocialhome.files.wordpress.com/2020/06/informe4_vigilanciasocioassistencial-1.pdf. Acesso em: 14 jul. 2020.

SÃO JOSÉ DO RIO PRETO. **Decreto N° 18.571 de 24 de março de 2020**. Reconhece estado de calamidade pública no Município de São José do Rio Preto decorrente da Pandemia do Covid-19 (COVID-19) e estabelece medidas de enfrentamento. São José do Rio Preto, 2020ª. Disponível em: https://www.riopreto.sp.gov.br/wp-content/uploads/arquivosPortalGOV/coronavirus/DECRETO_N_18571.pdf. Acesso em: 14 jul 2020.

SÃO JOSÉ DO RIO PRETO. **Covid-19 (COVID-19).** São José do Rio Preto, 2020. [Internet]. Disponível em: https://www.riopreto.sp.gov.br/coronavirus/#notas. Acesso em: 21 jul. 2020.

SÃO JOSÉ DO RIO PRETO. **Lei nº 1.071 de 5 de janeiro de 1965**. Institui a Fundação Riopretense de Assistência Social. São José do Rio Preto, SP, 1965.

SÃO JOSÉ DO RIO PRETO. **Lei nº 2.104 de 2 de maio de 1977**. Dispõe sobre a estrutura administrativa da prefeitura municipal de São José do Rio Preto. São José do Rio Preto, SP, 1977.

SÃO JOSÉ DO RIO PRETO. Leo nº 3.045 de 7 de junho de 1982. Constitui a assessoria do bem-estar social. São José do Rio Preto, SP, 1982.

SÃO JOSÉ DO RIO PRETO. **Decreto Municipal nº 2.883 de 14 de junho de 1982**. Define a constituição da Assessoria de Bem-Estar Social. São José do Rio Preto, SP, 1977.

SÃO JOSÉ DO RIO PRETO. **Lei nº 3.162 de 14 de setembro de 1982**. Estrutura administrativa constituída pelos órgãos da administração direta, constante no ítem I do art. 10 da Lei nº 2.104/77. São José do Rio Preto, SP, 1982.

SÃO JOSÉ DO RIO PRETO. **Lei nº 4.956 de 15 de maio de 1992**. Dispõe sobre a política municipal de atendimento dos direitos da criança e do adolescente e dá outras providências. São José do Rio Preto, SP, 1992.

SÃO JOSÉ DO RIO PRETO. **Decreto nº 18.073 de 29 de junho de 2018**. Institui a Divisão Geográfica da área do Município de São José do Rio Preto em Regiões e dá outras providências. Diário Oficial do Município, São José do Rio Preto, SP, 01 de julho de 2018. Ano XV - nº 4396. Disponível em: <file:///C:/Users/cvissechi/Downloads/pgm-decreto_18073.pdf>. Acesso em: 7 mar. 2022.

SÃO JOSÉ DO RIO PRETO. **Decreto nº 18.571 de 24 de março de 2020**. Reconhece estado de calamidade pública no Município de São José do Rio Preto decorrente da pandemia do Coronavírus (COVID-19) e estabelece medidas de enfrentamento. Diário Oficial do Município, São José do Rio Preto, SP, 25 de março de 2020. Ano XVII - nº 4922. Disponível em: < file:///C:/Users/cvissechi/Downloads/pgm-Decreto_18571.pdf>. Acesso em: 7 mar. 2022.

APÊNDICE 1 – REDE SOCIOASSISTENCIAL NO MUNICÍPIO

Nº	Região	Unidade	Endereço/Telefone	Proteção Social	Serviço/ Modalidade	Público Atendido	Nº de Vagas Ofertadas	Parceria com a SEMAS	Cadastro no CMDCA	Fonte da Informação
1	Bosque	Associação Anjo da Guarda	Rua Antônio Munia, 1086 - Jd. Nazareth (17) 3363-4589	Básica	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)	Crianças e adolescentes de 07 a 14 anos	130			CMDCA; Censo SUAS 2021
2	Bosque	Associação das Damas de Caridade (Lar de Fátima) núcleo João Paulo II	Rua Rosa Generosa Pinheiro, 441- João Paulo II (17) 3224-5384	Básica	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)	Crianças e adolescentes de 07 a 14 anos	120	X	X	CMDCA; Censo SUAS 2021; Departamento de Gestão de Repasse de Recursos Públicos
				Projeto de Fomento Lar de Fátima "In Fight" Início 01/04/2021 Término 31/01/2023 22 meses	Projeto de Fomento	Atender até 160 crianças e adolescentes, de ambos os sexos, de 06 a 14 anos, excepcionalmente para adolescentes de 15 anos, ofertando o jiu-jitsu em cinco núcleos: Planalto, João Paulo II, Novaes, Vitória Régia e Maceno.			X	Departamento de Gestão de Repasse de Recursos Públicos
3	Bosque	CRAS¹ João Paulo II	Rua Rosa Generosa Pinheiro, 401 João Paulo II - (17) 3223-8550 (17) 99779-0611 (17) 3221-5183	Básica	Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF)	Famílias em situação de vulnerabilidade social	-			Censo SUAS 2021
					Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)	Adolescentes de 15 a 17 anos e idosos				
					Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com	Pessoas com deficiência e/ou pessoas idosas que vivenciam situação				

Nº	Região	Unidade	Endereço/Telefone	Proteção Social	Serviço/ Modalidade	Público Atendido	Nº de Vagas Ofertadas	Parceria com a SEMAS	Cadastro no CMDCA	Fonte da Informação
					Deficiência e Idosas	de vulnerabilidade social				
4	Bosque	Lar Maria José de Jesus	Rua Valdomiro Cornachione, 209 Bosque da Felicidade (17) 3224-8050	Básica	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)	Jovens a partir de 18 anos a idosos	30			Censo SUAS 2021
5	Central	Casa Evangélica de Recuperação Adonai (CERAI)	Rua Alexandre Tambury, 243 - Jd. Conceição (17) 3223-6468	Especial de Alta Complexidade	Serviço de Acolhimento Institucional em República	Homens adultos de 18 a 59 anos	12			Censo SUAS 2021
6	Central	Albergue Noturno Protetor dos Pobres	Rua Independência, 2611 - Centro (17) 3232-8260	Especial de Alta Complexidade	Serviço de Acolhimento Institucional - Abrigo Institucional e Casa de Passagem	Pessoas adultas ou famílias em situação de rua, desabrigo por abandono, migração, ausência de residência e pessoas em trânsito	Pernoite e Jantar (média diária): 40; Casa de Passagem (mensal): 10; Jantar (média diária):100	X		Censo SUAS 2021; Departamento de Gestão de Repasse de Recursos Públicos
7	Central	Associação Filantrópica Mamãe Idalina (AMAI)	Sede: Rua Rubião Jr, 2056 - Boa Vista (sede da equipe) (17) 3222-5121	Especial de Alta Complexidade	Serviço de acolhimento Institucional 4 Casas-lares e crianças e adolescentes em reintegração familiar obs. O serviço atende todas as regiões do município.	Crianças e adolescentes	10 vagas para cada casa lar	X	X	Censo SUAS 2021; Departamento de Gestão de Repasse de Recursos Públicos

Nº	Região	Unidade	Endereço/Telefone	Proteção Social	Serviço/ Modalidade	Público Atendido	Nº de Vagas Ofertadas	Parceria com a SEMAS	Cadastro no CMDCA	Fonte da Informação
8	Central	Associação Rio-pretense de promoção do Menor (ARPROM)	Rua Prudente de Moraes, 3308 - Centro (17) 3214-6830	Básica	Ações de Promoção da Integração ao Mercado de Trabalho	Adolescentes de 14 a 17 anos	700		X	CMDCA; CMAS
9	Central	Associação Casa de Caridade Pão da Vida	Rua Borba Gato, 149 - Jd. Paulista (17) 3305-3028	Especial de Alta Complexidade	Serviço de Acolhimento Institucional - Abrigo Institucional	Adultos	15			Censo SUAS 2021
10	Central	Associação Madre Teresa de Calcutá	Rua Maximiano Mendes, 157 - Santa Cruz (17) 3235-4645	Básica	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)	18 a 29 anos, 30 a 59 anos e idosos	30			Censo SUAS 2021
11	Central	Centro Pop³	Rua Antônio de Godoy, 2839 - Centro (17) 3237-3000 (17) 3231-6939 (17) 99709-0301	Especial de Média Complexidade	Serviço Especializado em Abordagem Social	Jovens, adultos, idosos e famílias que utilizam espaços públicos como forma de moradia e/ou sobrevivência	-			Censo SUAS 20211
					Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua	Jovens, adultos, idosos e famílias que utilizam as ruas como espaço de moradia e/ou sobrevivência				
12	Central	CRAS Centro	Rua João Teixeira, 260 - Vila Santa Cruz (17) 3212-7670	Básica	Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF)	Famílias em situação de vulnerabilidade social	-			Censo SUAS 2021

Nº	Região	Unidade	Endereço/Telefone	Proteção Social	Serviço/ Modalidade	Público Atendido	Nº de Vagas Ofertadas	Parceria com a SEMAS	Cadastro no CMDCA	Fonte da Informação
			(17) 99779-1276 (17) 3215-3300		Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)	Adolescentes de 15 a 17 anos e idosos				
					Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas	Pessoas com deficiência e/ou pessoas idosas que vivenciam situação de vulnerabilidade social				
13	Central	CREAS² II	Rua Maximiano Mendes, 154 - Santa Cruz (17) 3227-2520 (17) 3212-8217 (17) 99734-8969	Especial de Média Complexidade	Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI)	Famílias e indivíduos que vivenciam violação de direitos	-			Censo SUAS 2021
					Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC)	Adolescentes de 12 a 18 anos incompletos, ou jovens de 18 a 21 anos, em cumprimento de medida socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC)				
14	Central	Centro de Integração Empresa-Escola (CIEE)	Rua Dr. Presciliano Pinto, 3300 - Boa Vista (17) 3211-2953	Básica	Ações de Promoção da Integração ao Mercado de Trabalho	Adolescentes e jovens de 14 a 24 anos	-		X	CMDCA; CMAS

Nº	Região	Unidade	Endereço/Telefone	Proteção Social	Serviço/ Modalidade	Público Atendido	Nº de Vagas Ofertadas	Parceria com a SEMAS	Cadastro no CMDCA	Fonte da Informação
15	Central	Centro Social Santa Cruz	Rua Silva Jardim, 3925 - Santa Cruz (17) 3232-2678	Básica	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)	Crianças e adolescentes de 06 a 14 anos	55		X	CMDCA; Censo SUAS 2021
16	Central	Associação das Damas de Caridade (Lar de Fátima) núcleo Vila Novaes	Av. Philadelpho M. Gouveia Neto, 785 - Vila Novaes (17) 32222-1614	Básica	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)	Crianças e adolescentes de 07 a 14 anos	110	X	X	CMDCA; Censo SUAS 2021; Departamento de Gestão de Repasse de Recursos Públicos
				Projeto de Fomento Lar de Fátima "in Fight" Início 01/04/2021 Término 31/01/2023 22 meses	Projeto de Fomento	Atender até 160 crianças e adolescentes, de ambos os sexos, de 06 a 14 anos, excepcionalmente para adolescentes de 15 anos, ofertando o jiu-jitsu em cinco núcleos: Planalto, João Paulo II, Novaes, Vitória Régia e Maceno			X	Departamento de Gestão de Repasse de Recursos Públicos
17	Central	Grupo de Atendimento e Prevenção do Câncer (GAPC)	Av. Dr. Cenobelino de Barros Serra, 3003 Pq. Industrial (17) 3500-2100	Básica	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)	Todos os ciclos de vida - todas as faixas etárias	30			Censo SUAS 2021
18	Central	Lar São Vicente de Paulo de São José do Rio Preto	Rua Fernão Dias Paes Leme, 414 - Vila Maceno (17) 3224-6435	Especial de Média Complexidade	Serviço de Proteção Social Especial para Idosos e suas Famílias - Centro Dia para Idosos	Idosos	38	X		Censo SUAS 2021 Departamento de Gestão de Repasse de Recursos Públicos
				Especial de Alta Complexidade	Serviço de Acolhimento Institucional - Abrigo Institucional (Instituição de Longa	Idosos	Até 50	X		

Nº	Região	Unidade	Endereço/Telefone	Proteção Social	Serviço/ Modalidade	Público Atendido	Nº de Vagas Ofertadas	Parceria com a SEMAS	Cadastro no CMDCA	Fonte da Informação
					Permanência para Idosos - ILPI)					
19	Central	Legião da Boa Vontade (LBV)	Rua Dom Pedro I, 2776 - Jd. Canaã - (17) 3235-1811	Básica	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)	Crianças e adolescentes de 07 a 14 anos	150		X	CMDCA; Censo SUAS 2021
20	Central	Instituto Comboniano São Judas Tadeu	Rua José Bonifácio, 1598 - Jd. Roseiral (17) 3215-9200	Básica	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)	Crianças e adolescentes de 07 a 14 anos	300	X	X	CMDCA; Censo SUAS 2021
21	Central	Associação dos Ostomizados de São José do Rio Preto e Região (AORP)	Rua Floriano Peixoto - nº 926, bairro: Boa Vista (17) 30225636	Básica	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)	Todos os ciclos de vida - todas as faixas etárias	20			Censo SUAS 2021
22	Central	Rede de Assistência Social Cristã (RASC)	Rua Cila, 2866 - Vila Imperial	Básica	Ações de Promoção da Integração ao Mercado de Trabalho	Adolescentes e jovens de 14 a 24 anos	125		X	CMDCA; CMAS
23	CEU	Associação das Damas de Caridade (Lar de Fátima) núcleo Planalto	Rua Amélia Ferreira Del Campo, 125 - Jd. Planalto (17) 3236-8887	Básica	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)	Crianças e adolescentes de 07 a 14 anos	200	X	X	Censo SUAS 2021; CMDCA Departamento de Gestão de Repasse de Recursos Públicos
				Projeto de Fomento Lar de Fátima "In Fight" Início 01/04/2021	Projeto de Fomento	Atender até 160 crianças e adolescentes, de ambos os sexos, de 06 a 14 anos, excepcionalmente para adolescentes de 15 anos,			X	Departamento de Gestão de Repasse de

Nº	Região	Unidade	Endereço/Telefone	Proteção Social	Serviço/ Modalidade	Público Atendido	Nº de Vagas Ofertadas	Parceria com a SEMAS	Cadastro no CMDCA	Fonte da Informação
				Término 31/01/2023 22 meses		ofertando o jiu jitsu em cinco núcleos: Planalto, João Paulo II, Novaes, Vitória Régia e Maceno.				Recursos Públicos
24	CEU	Associação Paraíso	Rua da Liberdade, s/n - Talhado (sede) (17) 997164691	Projeto de Fomento Arte de Rua	Projeto de Fomento	Abrange as regiões CEU, Pinheirinho e Talhado Atender 200 crianças e adolescentes e suas famílias, respeitando o ciclo de vida e faixa etária, propiciando espaços de proteção acolhedor			X	Departamento de Gestão de Repasse de Recursos Públicos
25	CEU	Associação de Assistência São Deocleciano (AASD)	Av. Virgílio Dias de Castro, 388 - São Deocleciano (sede) (17) 3224-5616	Projeto Entre Laços	Projeto de Fomento Início: 07/06/2021 Término: 06/06/2022 12 meses	Atender um total de 90 crianças e adolescentes por mês, com idade de 06 a 17 anos e 11 meses de ambos os sexos região de abrangência CRAS São Deocleciano (paróquia) CEU das Artes Nova Esperança CRAS Lealdade e Amizade (Escola Estadual João Deoclecio da Silva)		X	X	Departamento de Gestão de Repasse de Recursos Públicos
26	CEU	CRAS Cidadania	Rua Zacarias Selime Alex André, 200 - Pq. da Cidadania (17) 3212-9195 (17) 3219-5220 (17) 99729-0423	Básica	Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF)	Famílias em situação de vulnerabilidade social	-			Censo SUAS 2021
					Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)	Adolescentes de 15 a 17 anos e idosos				
					Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas	Pessoas com deficiência e/ou pessoas idosas que vivenciam situação de vulnerabilidade social				

Nº	Região	Unidade	Endereço/Telefone	Proteção Social	Serviço/ Modalidade	Público Atendido	Nº de Vagas Ofertadas	Parceria com a SEMAS	Cadastro no CMDCA	Fonte da Informação
27	CEU	CRAS Santo Antônio	Rua Josefina Reis Assunção, 385 - Santo Antônio (17) 3217-8024 (17) 3219-7104 (17) 99645-4742	Básica	Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF)	Famílias em situação de vulnerabilidade social	-			Censo SUAS 2021
					Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)	Adolescentes de 15 a 17 anos e idosos				
					Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas	Pessoas com deficiência e/ou pessoas idosas que vivenciam situação de vulnerabilidade social				
28	CEU	Instituto Lar Esperança	Rua Edson Pupin, 651 - Jd. Santo Antônio (17) 3219-9720	Especial de Média Complexidade	Serviço de Proteção Social Especial para Idosos e suas Famílias - Centro Dia para Idosos	Idosos	20	X		Censo SUAS 2021; Departamento de Gestão de Repasse de Recursos Públicos
				Especial de Alta Complexidade	Serviço de Acolhimento Institucional - Abrigo Institucional (Instituição de Longa Permanência para Idosos - ILPI)	IDOSOS	Até 20	X		Censo SUAS 2021; Departamento de Gestão de Repasse de Recursos Públicos
29	Cidade da Criança	Associação Espírita a Caminho da Luz (AELUZ)	Rua Theodoro Sanches, 2300 - São Jorge (17) 3236-6098	Básica	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)	Adultos de 30 a 59 anos	30		X	Censo SUAS 2021

Nº	Região	Unidade	Endereço/Telefone	Proteção Social	Serviço/ Modalidade	Público Atendido	Nº de Vagas Ofertadas	Parceria com a SEMAS	Cadastro no CMDCA	Fonte da Informação
			Rua Theodoro Sanches, 2300 - São Jorge (17) 3219-8325	Especial de Alta Complexidade	Serviço de Acolhimento Institucional - Residência Inclusiva	Jovens e adultos com deficiência de 18 a 59 anos	Até 16	X	X	Censo SUAS 2021; Departamento de Gestão de Repasse de Recursos Públicos; CMDCA
30	Cidade da Criança	Serviço Social Maria Peregrina (SESMAP)	Rua Francisco Rodrigues de Freitas, 184 Jardim Belo Horizonte (17) 3219-9970	Básica	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)	Crianças e adolescentes de 07 a 17 anos	130		X	CMDCA; Censo SUAS 2021
31	Cidade da Criança	Comunidade Só Por Hoje	Sede: Av. Das Hortênsias, 660 - Jardim dos Seixas (17) 3236-3696	Especial de Média Complexidade	Serviço Especializado em Abordagem Social	Crianças, adolescentes, jovens, adultos, idosos e famílias que utilizam espaços públicos como forma de moradia e/ou sobrevivência	70	X	X	CMDCA; CMAS; gestão de parcerias
			Sede: Av. Das Hortênsias, 660 - Jardim dos Seixas (17) 3236-3696	Especial de Alta Complexidade	Serviço de Acolhimento Institucional - Casa Lar - Casa Compartilhada[4] obs: O Serviço atende todas as Regiões do Município	Crianças e adolescentes do município, de 10 a 17 anos, de ambos os sexos, com transtornos mentais, em situação de risco pessoal e social, sob medida de proteção	10	X	X	CMDCA; CMAS; Gestão de Parcerias

Nº	Região	Unidade	Endereço/Telefone	Proteção Social	Serviço/ Modalidade	Público Atendido	Nº de Vagas Ofertadas	Parceria com a SEMAS	Cadastro no CMDCA	Fonte da Informação
			Sede: Av. Das Hortênsias, 660 - Jardim dos Seixas (17) 3236-3696	Especial de Alta Complexidade	Serviço de Acolhimento Institucional - Abrigo Institucional obs: O Serviço atende todas as Regiões do Município	Adolescentes homens, de 12 a 17 anos, em situação de risco pessoal e social, sob medida de proteção	ATÉ 10	X	X	CMDCA; CMAS; Gestão de Parcerias
32	Cidade da Criança	CRAS Eldorado	Rua Brás Repizo Nabas, 262 - Vila Romana (17) 99733-4507 (17) 3219-0186	Básica	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)	Famílias em situação de vulnerabilidade social	-			Censo SUAS 2021
					Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)	Adolescentes de 15 a 17 anos e idosos				
					Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas	Pessoas com deficiência e/ou pessoas idosas que vivenciam situação de vulnerabilidade social				
33	Cidade da Criança	CRAS Jardim Belo Horizonte	Rua Rogério Cozzi, 657 - Jd. Anielli (17) 3222-4256 (17) 3219-0078 (17) 99718-2169	Básica	Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF)	Famílias em situação de vulnerabilidade social	-			Censo SUAS 2021
					Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)	Adolescentes de 15 a 17 anos e idosos				
					Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com	Pessoas com deficiência e/ou idosas que vivenciam situação				

Nº	Região	Unidade	Endereço/Telefone	Proteção Social	Serviço/ Modalidade	Público Atendido	Nº de Vagas Ofertadas	Parceria com a SEMAS	Cadastro no CMDCA	Fonte da Informação
					Deficiência e Idosas	de vulnerabilidade social				
34	HB	Associação Beneficente dos Vinte e Cinco - ABVIC (Amigos da Hipo)	Rua Joaquim Fernandes Diniz, 100 - Tarraf II (17) 3216-4160 (17) 99644-3678	Básica	Ações de Habilitação e Reabilitação da Pessoa com Deficiência e a Promoção de Sua Integração à Vida Comunitária	Crianças e adolescente de um ano e cinco meses a 12 anos	100			CMAS
35	HB	Associação Lar dos Menores (ALARME)	Av. Anisio Haddad 6580 - Jardim Aclimação (17) 3226-4100	Básica	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)	Crianças e adolescentes de 07 a 14 anos	200		X	CMDCA, Censo SUAS 2021
36	HB	Associação dos Amigos da Criança com Câncer ou Cardiopatia (AMICC)	Rua Dr. Lino Braile, 355 - Jd. Francisco Fernandes (17) 2137-0777	Especial de Alta Complexidade	Serviço de Acolhimento Institucional - Casa de Passagem	Crianças, adolescentes e famílias	46	X	X	Censo SUAS 2021; Departamento de Gestão de Repasse de Recursos Públicos
37	HB	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE)	Rua Dr. Raul Silva, 1863 - Nova Redentora (17) 3227-1200 /2136-1200	Especial de Média Complexidade	Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência e suas Famílias - Centro Dia	Pessoas com deficiência	160 (sede e Schmitt)	X	X	Censo SUAS 2021; Departamento de Gestão de Repasse de Recursos Públicos
38	HB	Centro Social Parque Estoril	Rua Olavo Guimaraes Correa, 815 - Jardim Ouro Verde (17) 3201-1550	Básica	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)	Crianças e adolescentes de 07 a 14 anos	80		X	CMDCA; Censo SUAS 2021

Nº	Região	Unidade	Endereço/Telefone	Proteção Social	Serviço/ Modalidade	Público Atendido	Nº de Vagas Ofertadas	Parceria com a SEMAS	Cadastro no CMDCA	Fonte da Informação
39	HB	Clube dos Amigos dos Deficientes (CADE)	Rua Rosa Gregório Gomes, 495 - Jd. Maracanã (17) 3231-7463	Básica	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) e Ações de Habilitação e Reabilitação da Pessoa com Deficiência e a Promoção de sua integração à vida comunitária	Todos os ciclos de vida - todas as faixas etárias	180			Censo SUAS 2021; CMAS
40	HB	Casa de Apoio ao Paciente Adulto com Câncer (CAPACC)	Rua Saad k. Saad Aboujaoude, 161 - Jd. Michel Jacob (17) 3216-1593 / (17)3227-2676	Especial de Alta Complexidade	Serviço de Acolhimento Institucional	Adultos e idosos	54			Censo SUAS 20211
41	HB	Casa de Eurípedes	Rua Olavo Guimarães Correa, 600 - Jd. Urano (17) 3227-4733	Básica	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)	Crianças e adolescente de 07 a 14 anos	60		X	CMDCA; Censo SUAS 2021
42	HB	Centro Regional de Atenção aos Maus Tratos na Infância (CRAMI)	Av. Brigadeiro Faria Lima, 5544 - Vila São Pedro - 3º andar (17) 3227-3484	Especial de Alta Complexidade	Serviço de Acolhimento Institucional - Família Acolhedora e Programa Guarda Subsidiada	Crianças e adolescentes com medida de proteção	Até 15 famílias acolhedoras até 25 famílias subsidiadas	X	X	CMDCA; gestão de parcerias
43	HB	CRAS Novo Mundo	Rua Centenário, 1299 - Jd. Novo mundo (17) 3226-3131	Básica	Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF)	Famílias em situação de vulnerabilidade social	-			Censo SUAS 2021

Nº	Região	Unidade	Endereço/Telefone	Proteção Social	Serviço/ Modalidade	Público Atendido	Nº de Vagas Ofertadas	Parceria com a SEMAS	Cadastro no CMDCA	Fonte da Informação
			(17) 3227-0169 (17) 99779-2480		Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)	Crianças de 0 a 6 anos e seus responsáveis, adolescentes de 15 a 17 anos e idosos				
					Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas	Pessoas com deficiência e/ou pessoas idosas que vivenciam situação de vulnerabilidade social				
44	HB	CREAS I	Rua José Polachini Sobrinho, 575 - Jd. Sinibaldi (17) 3216-2226 (17) 3216-3155	Especial de Média Complexidade	Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI)	Famílias e indivíduos que vivenciam violação de direitos	-			Censo SUAS 2021
					Serviço de proteção social a adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC)	Adolescentes de 12 a 18 anos incompletos, ou jovens de 18 a 21 anos, em cumprimento de medida socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC)				
45	HB	Fundação Líbero Badaró de Ensino e Assistência Social (FULBEAS)	Av. Francisco das Chagas Oliveira, 1175 Chácara Municipal (17) 3201-4900	Básica	Ações de promoção da integração ao mercado de trabalho	Adolescentes mulheres a partir de 15 anos e 08 meses a 17 anos	90		X	CMDCA; CMAS

Nº	Região	Unidade	Endereço/Telefone	Proteção Social	Serviço/ Modalidade	Público Atendido	Nº de Vagas Ofertadas	Parceria com a SEMAS	Cadastro no CMDCA	Fonte da Informação
46	HB	Instituto Riopretense dos Cegos Trabalhadores (IRCT)	Rua Cleo Oliveiro Roma, 200 - Jd. Morumbi (17) 3355-5001	Especial de Média Complexidade	Ações de habilitação e reabilitação da pessoa com deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária	Pessoas com deficiência visual	48	X	X	CMDCA; Censo SUAS 2021; Departamento de Gestão de Repasse de Recursos Públicos
47	HB	Associação Evangélica Lar de Betânia	Rua Roberto Simonsen, 430 - vila São José (17) 3227-2200	Especial de Alta Complexidade	Serviço de Acolhimento Institucional - Abrigo Institucional (Instituição de Longa Permanência para Idosos - ILPI)	Idosos	Até 43	X		Censo SUAS 2021; Departamento de Gestão de Repasse de Recursos Públicos
48	HB	Associação Operação Alegria	Rua Doutor Raul Silva, 1523 - Nova Redentora (17) 3305-6127	Especial de Alta Complexidade	Serviço de Acolhimento Institucional - Abrigo Institucional	Adultos	26		X	CMDCA, Censo SUAS 2021
49	HB	Associação Beneficente Jerônimo de Mendonça	Av. Faiez Nametalh Tarraf, 1.180 - São Marcos (17)32273311	Básica	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)	Adultos de 30 a 59 anos	40			Censo SUAS 2021
50	HB	Associação Lar São Francisco de Assis na Providência de Deus (Casa de Cireneu)	Av. Benedito Rodrigues Lisboa, 400 - São Francisco (17) 3229-3769	Especial de Alta Complexidade	Serviço de Proteção em Situação de Calamidades Públicas e de Emergências	Pessoas adultas de ambos os sexos que se encontram em situação de rua e desabrigo	Até 50	X		Censo SUAS 2021; Departamento de Gestão de Repasse de Recursos Públicos
51	Pinheirinho	CRAS Antunes	Rua Nagib Abissamira, 1801 - Jd. Antunes (17) 3236-5611	Básica	Serviço de Proteção e Atendimento	Famílias em situação de vulnerabilidade social	-			Censo SUAS 2021

Nº	Região	Unidade	Endereço/Telefone	Proteção Social	Serviço/ Modalidade	Público Atendido	Nº de Vagas Ofertadas	Parceria com a SEMAS	Cadastro no CMDCA	Fonte da Informação
			(17) 3219-0060 (17) 99717-9120		Integral à Família (PAIF)					
					Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)	Adolescentes de 15 a 17 anos e idosos				
					Serviço de proteção social básica no domicílio para pessoas com deficiência e idosas	Pessoas com deficiência e/ou pessoas idosas que vivenciam situação de vulnerabilidade social				
52	Pinheirinho	CRAS Solo Sagrado	Rua Beatriz da Conceição, 241 - Solo Sagrado (17) 3217-3200 (17) 3237-3333 (17) 99772-7435	Básica	Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF)	Famílias em situação de vulnerabilidade social	-			Censo SUAS 2021
					Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)	Adolescentes de 15 a 17 anos e idosos				
					Serviço de proteção social básica no domicílio para pessoas com deficiência e idosas	Pessoas com deficiência e/ou pessoas idosas que vivenciam situação de vulnerabilidade social				
53	Pinheirinho	Instituto Educacional Casa da Criança	Rua Nagib Abissamra, 1665 - Ana Célia (17) 3236-1960	Básica	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)	Crianças e adolescentes de 06 a 17 anos	140		X	CMDCA; Censo SUAS 2021
54	Pinheirinho	Associação Espírita Rancho de Luz “Paulino Garcia”	Rua Maria da Encarnação Ferreira, 365 Solo Sagrado (17) 3236-1013	Básica	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)	Crianças, adolescentes e jovens de 07 a 29 anos	40	X		Censo SUAS 2021

Nº	Região	Unidade	Endereço/Telefone	Proteção Social	Serviço/ Modalidade	Público Atendido	Nº de Vagas Ofertadas	Parceria com a SEMAS	Cadastro no CMDCA	Fonte da Informação
55	Pinheirinho	Instituto As Valquírias	Rua Paschoal Decrescenzo, 599 - Jd. Itapema (17) 99151-2686	Básica	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)	Todas os ciclos de vida, a partir dos 7 anos	60		X	CMDCA; Censo SUAS 2021
56	Pinheirinho	Projeto Educacional Profissionalizante do Adolescente (PROEPAD)	Rua Alcina Medeiros Pinto César, 99 Residencial Califórnia (17) 3219-1467	Básica	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)	Crianças e adolescentes de 06 a 14 anos	50	X	X	CMDCA; Censo SUAS 2021; Departamento de Gestão de Repasse de Recursos Públicos
57	Pinheirinho	Associação Paraíso	Rua da Liberdade, s/n - Talhado (17) 997164691	Projeto de Fomento Arte de Rua	Projeto de Fomento	Abrange as regiões CEU, Pinheirinho e Talhado atender 200 crianças e adolescentes e suas famílias, respeitando o ciclo de vida e faixa etária, propiciando espaços de proteção acolhedor			X	Departamento de Gestão de Repasse de Recursos Públicos
58	Represa	Associação de Assistência São Deocleciano (AASD)	Av. Virgílio Dias de Castro, 388 - São Deocleciano (17) 3224-5616	Básica	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)	Crianças e adolescentes de 07 a 17 anos	120		X	CMDCA; Censo SUAS 2021
59	Represa	Associação de Assistência São Deocleciano (AASD)	Av. Virgílio Dias de Castro, 388 - São Deocleciano (17) 3224-5616	Projeto Entre Laços	Projeto de Fomento Início: 07/06/2021 Término: 06/06/2022 12 meses	Atender um total de 90 crianças e adolescentes por mês, com idade de 06 a 17 anos e 11 meses de ambos os sexos região de abrangência CRAS São Deocleciano (paróquia) CEU das Artes Nova Esperança CRAS Lealdade e Amizade (Escola Estadual João Deoclecio da Silva)				Departamento de Gestão de Repasse de Recursos Públicos
60	Represa	CRAS São Deocleciano	Rua Olinda Loria Khauan, 151 - pq. São Miguel	Básica	Serviço de Proteção e Atendimento	Famílias em situação de vulnerabilidade social	-			Censo SUAS 2021

Nº	Região	Unidade	Endereço/Telefone	Proteção Social	Serviço/ Modalidade	Público Atendido	Nº de Vagas Ofertadas	Parceria com a SEMAS	Cadastro no CMDCA	Fonte da Informação
			(17) 3223-1238 (17) 99706-9526		Integral à Família (PAIF)					
					Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)	Crianças de 0 a 6 anos e seus responsáveis, adolescentes de 15 a 17 anos e idosos				
					Serviço de proteção social básica no domicílio para pessoas com deficiência e idosas	Pessoas com deficiência e/ou pessoas idosas que vivenciam situação de vulnerabilidade social				
61	Represa	Projeto Maquininha do Futuro	Av. Benedito Sufredini, 655 - São Deocleciano (17) 3221-6251	Básica	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)	Crianças e adolescentes de 07 a 17 anos; jovens de 18 a 29 anos e adultas (os) de 30 a 59 anos	200	X	X	CMDCA; Censo SUAS 2021
62	Schmitt	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - núcleo rural (APAE)	Rural - Engº Schmitt (17) 3227-1201	Especial de Média Complexidade	Serviço de proteção social especial para pessoas com deficiência e suas famílias - centro dia	Pessoas com deficiência	160 (sede e Schmitt)	X	X	Censo SUAS 2021; Departamento de Gestão de Repasse de Recursos Públicos
				Projeto Equoterapia	Projeto de Fomento Início: 01/06/2021 Término: 30/10/2022 17 meses	Inovar e ampliar o serviço clínico de saúde, nas instalações da APAE Rural de São José do Rio Preto. APAE SEDE - Central APAE Rural - Schmitt			X	Departamento de Gestão de Repasse de Recursos Públicos
63	Schmitt	Associação e Oficina de	Rua Voluntários da Pátria 44 -	Especial de Alta Complexidade	Serviço de Acolhimento Institucional -	Idosos	Até 84	X		Censo SUAS 2021; Departamento

Nº	Região	Unidade	Endereço/Telefone	Proteção Social	Serviço/ Modalidade	Público Atendido	Nº de Vagas Ofertadas	Parceria com a SEMAS	Cadastro no CMDCA	Fonte da Informação
		Caridade Santa Rita de Cássia	Schmitt (17) 3808-1527		Abrigo Institucional (Instituição de Longa Permanência para Idosos - ILPI)					de Gestão de Repasse de Recursos Públicos
64	Schmitt	CRAS - Engenheiro Schmitt	Rua Voluntários da Pátria, 460 - Engº Schmitt (17) 3808-1412 (17) 3808-1010 (17) 99657-9597	Básica	Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF)	Famílias em situação de vulnerabilidade social	-			Censo SUAS 2021
					Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)	Adolescentes de 15 a 17 anos e idosos				
					Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas	Pessoas com deficiência e/ou pessoas idosas que vivenciam situação de vulnerabilidade social				
65	Talhado	Associação de Assistência São Deocleciano (AASD)	Av. Virgílio Dias de Castro, 388 - São Deocleciano (sede) (17) 3224-5616	Projeto Entre Laços	Projeto de Fomento Início: 07/06/2021 Término: 06/06/2022 12 meses	Atender um total de 90 crianças e adolescentes por mês, com idade de 06 a 17 anos e 11 meses de ambos os sexos região de abrangência CRAS São Deocleciano (paróquia) CEU das Artes Nova Esperança CRAS Lealdade e Amizade (Escola Estadual João Deoclecio da Silva)			X	Departamento de Gestão de Repasse de Recursos Públicos
66	Talhado	Associação Paraíso	Rua da Liberdade, s/n - Talhado (17) 997164691	Básica	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)	Crianças e adolescentes de 07 a 14 anos	30		X	CMDCA; Censo SUAS 2021
67	Talhado	Associação Paraíso	Rua da Liberdade, s/n - Talhado (17) 997164691	Projeto de Fomento Arte de Rua	Projeto de Fomento	Abrange as regiões CEU, Pinheirinho e Talhado atender 200 crianças e adolescentes			X	Departamento de Gestão de Repasse de

Nº	Região	Unidade	Endereço/Telefone	Proteção Social	Serviço/ Modalidade	Público Atendido	Nº de Vagas Ofertadas	Parceria com a SEMAS	Cadastro no CMDCA	Fonte da Informação
						e suas famílias, respeitando o ciclo de vida e faixa etária, propiciando espaços de proteção acolhedor				Recursos Públicos
68	Talhado	Associação Filantrópica Mamãe Idalina - AMAI	Rua Geraldo de Paiva Ferreira (projetada 15), s/n Lealdade e Amizade ao lado do CRAS Lealdade e Amizade	Projeto Vem Ser o Futuro	Projeto de Fomento Início: 01/06/2021 Término: 31/05/2022 12 meses	Atender até 150 crianças e adolescentes de 06 a 17 anos e 11 meses, de forma virtual.		X	X	Departamento de Gestão de Repasse de Recursos Públicos
69	Talhado	CRAS Lealdade e Amizade	Rua Geraldo de Paiva Ferreira, s/n - Residencial Lealdade e Amizade (17) 3229-7566 (17) 99761-4234 (17) 3214-0592	Básica	Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF)	Famílias em situação de vulnerabilidade social	-			Censo SUAS 2021
					Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)	Crianças de 0 a 6 anos e seus responsáveis, adolescentes de 15 a 17 anos e idosos				
					Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas	Pessoas com deficiência e/ou pessoas idosas que vivenciam situação de vulnerabilidade social				
70	Vila Toninho	Associação Filantrópica Mamãe Idalina (AMAI)	Rua Azaim Pinto Murta, 136 - Vitória Régia (17) 3238-1457	Básica	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)	Crianças e adolescentes de 07 a 14 anos	50	X	X	CMDCA; Censo SUAS 2021; Departamento de Gestão de Repasse de Recursos Públicos

Nº	Região	Unidade	Endereço/Telefone	Proteção Social	Serviço/ Modalidade	Público Atendido	Nº de Vagas Ofertadas	Parceria com a SEMAS	Cadastro no CMDCA	Fonte da Informação
71	Vila Toninho	Associação Renascer	Av. Amélia Cury Gabriel, 4701 - Jd. Soraia (17) 3213-9595	Especial de Média Complexidade	Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência e suas Famílias - Centro Dia	Pessoas com deficiência	82	X	X	CMDCA CMAS Departamento de Gestão de Repasse de Recursos Públicos
				Projeto de Fomento Pediasuit e Snoezeien Início: 01/06/2021 Término: 30/06/2022 13 meses	Projeto de Fomento Início: 01/06/2021 Término: 30/06/2022 13 meses	Atendimento gratuito a 40 pessoas com deficiência intelectual e dificuldades físicas associadas ou não, e autismo, de 0 a 14 anos, em 02 métodos inovadores: sendo 30 vagas no Snoezelen e 10 vagas no Pediasuit, por 13 meses.		X		
72	Vila Toninho	Associação das Damas de Caridade (Lar de Fátima) núcleo Vitória Régia	Rua Hermelinda Martins Vieira Rocha, 77 Vitória Régia (17) 3238-5442	Básica	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)	Crianças e adolescentes de 07 a 14 anos	115	X	X	CMDCA Departamento de Gestão de Repasse de Recursos Públicos
				Projeto de fomento lar de Fátima "in Fight" Início 01/04/2021 Término 31/01/2023 22 meses	Projeto de Fomento	Atender até 160 crianças e adolescentes, de ambos os sexos, de 06 a 14 anos, excepcionalmente para adolescentes de 15 anos, ofertando o jiu jitsu em cinco núcleos: Planalto, João Paulo II, Novaes, Vitória Régia e Maceno.			X	Departamento de Gestão de Repasse de Recursos Públicos
73	Vila Toninho	CRAS Vila Toninho	Rua Maria Onofre Lopes Santos, 1273 - Vila Toninho (17) 99772-7439	Básica	Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF)	Famílias em situação de vulnerabilidade social	-			Censo SUAS 2021

Nº	Região	Unidade	Endereço/Telefone	Proteção Social	Serviço/ Modalidade	Público Atendido	Nº de Vagas Ofertadas	Parceria com a SEMAS	Cadastro no CMDCA	Fonte da Informação
			(17) 3218-1430 (17) 3238-1012		Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)	Crianças de 0 a 6 anos e seus responsáveis, adolescentes de 15 a 17 anos e idosos				
					Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas	Pessoas com deficiência e/ou pessoas idosas que vivenciam situação de vulnerabilidade social				
74	Vila Toninho	Instituto Educacional Francisco de Assis (IEFA)	Rua Benedito Guagliardi, 291 - Romano Calil (17) 3218-3336	Básica	Ações de Promoção da Integração ao Mercado de Trabalho	Adolescentes de 14 a 17 anos, e adultos de 18 a 59 anos	350		X	CMDCA; CMAS

PARTE II

Região Represa

Facilitadora: Marinalva Madela de Brito

SUMÁRIO

1. **INTRODUÇÃO**.....80
2. **HISTÓRICO DA REGIÃO E CRAS.**.....81
3. **PERFIL DA REGIÃO**.....82
4. **A REDE DA REGIÃO REPRESA**.....88
   4.1. Rede Socioassistencial.....88
   4.2. Rede Intersetorial.....91
5. **PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA – CRAS SÃO DEOCLECIANO**.....92
   5.1. Dados dos atendimentos do CRAS São Deocleciano.....93
   5.2. Dados do Descumprimento de condicionalidades dos Programas de Transferência de Renda e as questões culturais.....95
   5.3. Povos tradicionais.....96
   5.4. Marcas do território.....98
   5.5. As estâncias, chácaras e loteamentos irregulares na Zona Rural.....99
6. **PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA COMPLEXIDADE – CREAS**.....100
   6.1. PAEFI, violências e violações de direitos.....101
   6.2. Medida Socioeducativa em Meio Aberto (MSE) – Região Represa.....102
   6.3. Serviço Especializado para Pessoa em Situação de Rua.....107
7. **COLETA DE DADOS COM A REDE E USUÁRIOS**.....108
   7.1. Relatório do Mapa Falado Região Represa.....108
   7.2. Análise do Mapa Falado Região da Represa.....113
   7.3. Avaliação da atividade.....115
8. **VULNERABILIDADES, AUSÊNCIAS E POTENCIALIDADES DO TERRITÓRIO**.....115
9. **CONSIDERAÇÕES FINAIS**.....118
   REFERÊNCIAS.....120
   APÊNDICE 1 – Bairros e loteamentos que compõem a área de abrangência da Região Represa.....121
   APÊNDICE 2 – Trabalhadores que participaram da discussão do mapa falado.....122

1. INTRODUÇÃO

O presente documento apresenta o Diagnóstico Socioterritorial da Região Represa, planejado por meio de proposta de construção coletiva iniciada em 01/10/2021, às 9h, no CRAS São Deocleciano, durante roda de conversa com a presença dos/das trabalhadores do SUAS representantes do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) São Deocleciano, Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) I, Centro Pop, Departamentos de Gestão do Trabalho e Vigilância Socioassistencial, que serão citados posteriormente neste documento. Seguindo a agenda de encontros, ocorreram reuniões também nas datas de 30/11/2021, 25/01/2022, 22/03/2022, finalizando, assim, no dia 05/04/2022 com a realização do Mapa Falado da Região.

De acordo com as Orientações Técnicas da Vigilância Socioassistencial "[...] o diagnóstico é uma análise interpretativa que possibilita a leitura de uma determinada realidade social. A partir desta leitura, o município conhece melhor as necessidades e demandas dos cidadãos" (BRASIL, 2008, p.27). Por meio dele, a gestão e os trabalhadores do SUAS, bem como a rede socioassistencial, compreendem as particularidades do território que trazem vulnerabilidades, riscos sociais aos cidadãos e, também, as potencialidades desse local de vivência, possibilitando ações estratégicas para proteção social que visam à melhoria da qualidade de vida da população.

Durante o período de construção coletiva, pactuou-se a metodologia a ser utilizada e o formato que este documento teria, bem como as etapas propostas para seu processo de organização. Em outro momento, com a pretensão de coletar leituras diversas e fidedignas do território discutiu-se como se daria a participação das Organizações da Sociedade Civil (OSC), rede socioassistencial, intersetorial e comunitárias, bem como a de usuários dos serviços, sendo estes atores fundamentais no mapeamento da Região.

Assim, o presente documento está organizado em tópicos que retratam o histórico da Região Represa, o perfil do território e suas principais características com dados quanti-qualitativos provenientes de banco de dados como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Extração de Informações do Cadastro Único (CECAD); Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN); Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) do Ministério da Economia, entre outros,

além dos dados dos atendimentos prestados pelas unidades da Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMAS) e rede socioassistencial. Apresenta, também, o Mapa Falado, que permitiu a coleta de dados com os usuários e profissionais da rede socioassistencial e intersetorial, bem como a análise das informações produzidas por esta metodologia utilizada.

Enfim, diante desta organização, apresenta-se a seguir a construção coletiva que se deu de forma compromissada e democrática, com o esforço de cada participante e suas experiências, construções e sensibilidade ao olhar para o território em que se vive, trabalha ou simplesmente o reconhece como campo de construção de suas histórias, espaços e chão.

2. HISTÓRICO DA REGIÃO E CRAS

A Região Represa do município de São José do Rio Preto foi assim nomeada porque o Parque da Represa está em sua área de abrangência. O local foi construído em 1956, é considerado um dos cartões postais da cidade. É responsável por cerca de 30 a 40% do abastecimento de água que chega até as residências dos rio-pretenses, após passar por tratamento no Palácio das Águas.

Segundo dados da Conjuntura Econômica de São José do Rio Preto (2021) a Região da Represa é composta por aproximadamente 50 bairros (Anexo 1). O território é heterogêneo, formado por grande variedade de condomínios fechados, que se mesclam desde os mais simples aos mais luxuosos, contabilizando aproximadamente 30 condomínios fechados e 3 complexos de condomínios de apartamentos. Contudo, o território também abrange bairros vulneráveis, tais como os rurais, com aproximadamente 8 loteamentos, sendo alguns deles sem infraestrutura básica e considerados irregulares.

A partir da dificuldade dos moradores da Região em acessar os serviços socioassistenciais do município devido à localização dos CRAS (o que deixava a população usuária em situação de vulnerabilidade e afastada de seus direitos socioassistenciais), é que houve a implantação do CRAS São Deocleciano, em fevereiro de 2011. O CRAS iniciou suas atividades em uma casa alugada com instalações ainda não ideais, trazendo da unidade anterior alguns cadastros de

moradores que procuraram em outro território obter seus direitos e participação na vida comunitária.

Foi no ano de 2017, especificamente em 30 de novembro, que o CRAS São Deocleciano foi colocado em novas e adequadas instalações, de acordo com modelo padronizado pelo, até então, Ministério de Desenvolvimento Social, o atualmente intitulado Ministério da Cidadania. Sendo inaugurado oficialmente em 01 de fevereiro de 2019, em um prédio próprio, recebendo novos espaços, equipamentos, materiais e recursos humanos para a execução do trabalho deste Centro de Referência em Assistência Social.

Destaca-se, em 2018, a mudança ocorrida com relação à padronização das áreas de abrangência, realizada pela Prefeitura Municipal, ficando o município com 10 regiões geográficas para atuação de todas as políticas públicas (decreto nº 18.073 de 2018). Com essa nova divisão, o território do CRAS São Deocleciano ficou definido como a Região da Represa, sem mudanças significativas de bairros, diminuindo apenas o Bairro Jardim Primavera, direcionado para o CRAS Centro.

Atualmente, o CRAS São Deocleciano conta com 3.467 famílias referenciadas e participando das atividades propostas, levando em consideração os prontuários ativos no mês de fevereiro de 2022.

Percebe-se que, neste território, a vulnerabilidade econômica não é a mais acentuada em relação às outras Regiões do município. No caso específico da pandemia, o desemprego ou perda de poder aquisitivo das famílias (formal ou informal) tornou-se importante situação de vulnerabilidade entre a população da Região da Represa.

3. PERFIL DA REGIÃO

Observa-se a presença de um grande número de idosos, diferenças culturais com a população cigana presente no bairro, imigrantes colombianos, alguns refugiados venezuelanos, vulnerabilidades que ficam veladas devido à dificuldade de acesso que a equipe tem para adentrar nos condomínios fechados, presença de famílias monoparentais femininas, presença de pessoas em situação de rua. A comunidade local também é formada por pessoas tradicionalmente nascidas nessa Região.

Figura 1 — Roda de Conversa do Diagnóstico Socioterritorial.

Fonte: Arquivo SEMAS.

De acordo com dados informados pela Secretaria Municipal de Obras (2021), o território da Região da Represa possui área de 58.878,42 km², abrangendo 13,65% da área do município.

Em termos populacionais, conforme a estimativa da Secretaria Municipal de Saúde, a faixa etária que se destaca no território abrange a população adulta de 18 a 59 anos, que representa cerca de 64,9% da população total da Região. Vale ressaltar que esse fato evidencia que a população predominante da Região encontra-se em sua maioria, em idade considerada como População Economicamente Ativa, segundo o IBGE. Já nas faixas etárias entre 0 a 17 anos, possui 10.450 crianças e adolescentes, o equivalente a 21,58% da população local. Quanto à pessoa idosa, apresenta 6.561 idosos, quantitativo que corresponde a 13,5% do total populacional do território, conforme apresentado no quadro 1.

Quadro 1 — População por faixa etária no território do CRAS São Deocleciano.

Idade	População
30 a 59	24.387
18 a 29	7.013
60 a 74	5.250
7 a 14	4.992
0 a 6	3.870
15 a 17	1.588
75 ou mais	1.311
Total	**48.411**

Fonte: Departamento de Vigilância Socioassistencial.

Com relação às pessoas inscritas no Cadastro Único, tem-se o seguinte panorama, antes da pandemia e no contexto atual.

Quadro 2 — Pessoas e famílias inscritas no Cadastro Único no território do CRAS São Deocleciano de 2019 a 2021.

CRAS São Deocleciano	2019	2020	2021
Pessoas inscritas	2.051	2.296	2.520
Famílias inscritas	816	930	1.036

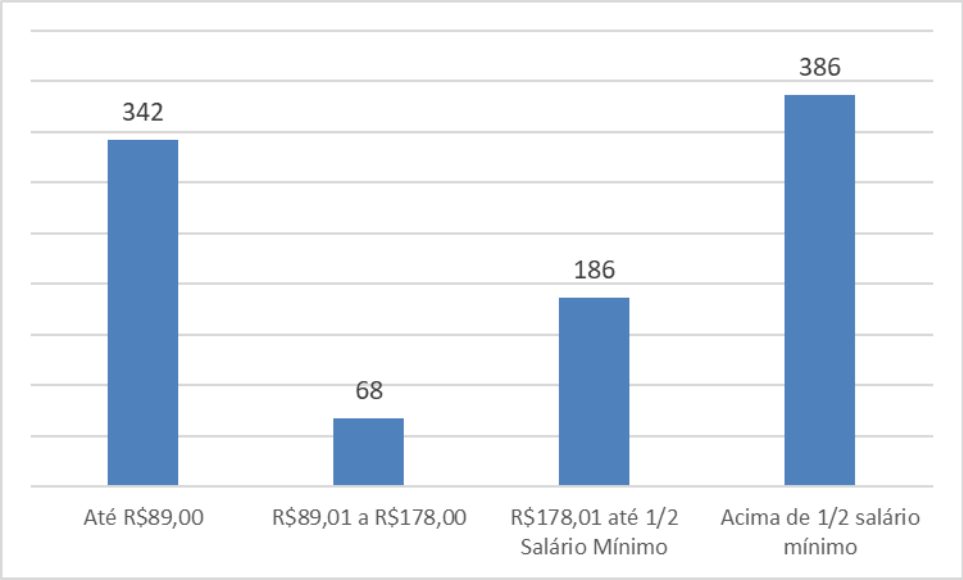
Fonte: Cadastro Único - Lista CECAD, agosto 2019, 2020 e 2021.

Os reflexos da pandemia de COVID-19, no começo de 2020, foram percebidos não só nas questões de saúde, mas também nas condições socioeconômicas das famílias. Neste território, a vulnerabilidade econômica não era predominante, porém, na situação específica da pandemia, o desemprego ou ainda a perda de ganho financeiro, sendo formal ou informal, tornou-se importante situação de vulnerabilidade entre a população. Fato que refletiu diretamente no aumento da procura para inclusões no Cadastro Único, com a finalidade de acessar os programas e benefícios socioassistenciais.

Quanto à questão socioeconômica dos inscritos no Cadastro Único, de acordo com o Gráfico 1, é preciso destacar que a maioria das famílias inscritas no Cadastro Único no território não se caracterizam pelo perfil de extrema pobreza. Observa-se

que, das 982 famílias cadastradas em maio de 2021, 386 (39,3%) informaram renda acima de meio salário mínimo e 342 encontravam-se em situação de extrema pobreza, o que corresponde a 34,8%.

Gráfico 1 — Renda das famílias inscritas no Cadastro Único no território do CRAS São Deocleciano.

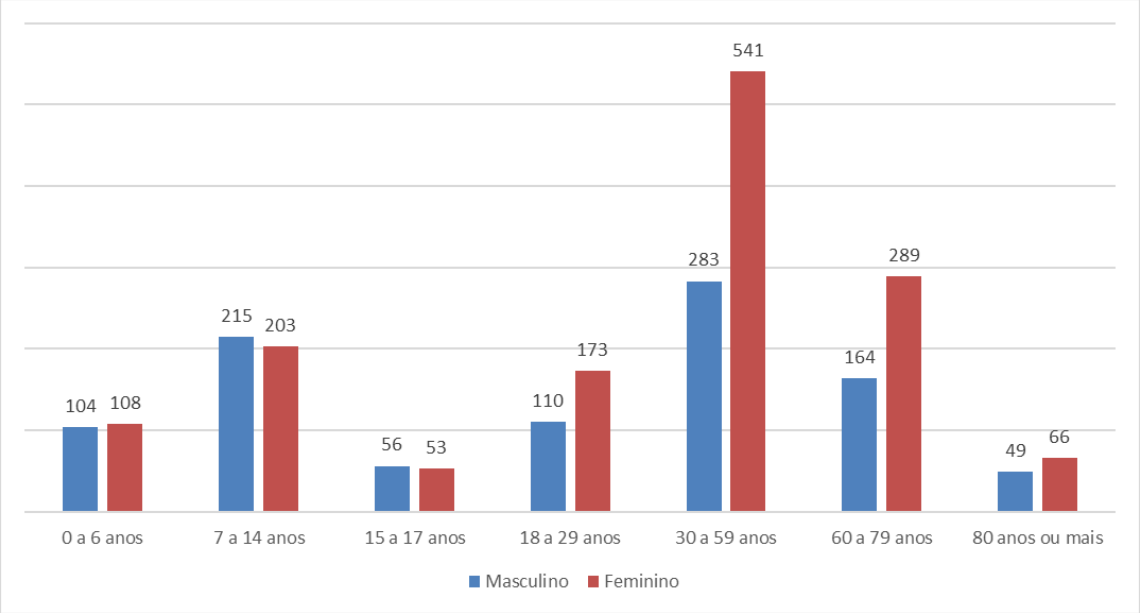


Fonte: Cadastro Único - lista Cecad maio 2021.

Ainda nessa direção, a Região apresenta 1,72 como índice de extrema pobreza, o que aponta que a cada 100 pessoas, aproximadamente 2 estão em extrema pobreza, traduzindo-se no menor índice do município, de acordo com a base do CECAD de maio/2021. Destaca-se que, embora a extrema pobreza não seja uma característica do território, há um aumento nas inclusões no Cadastro Único nos últimos três anos, conforme apresentado acima, no Quadro 2.

Quanto à idade e sexo biológico das pessoas inscritas no Cadastro Único, o gráfico 2 aponta que a maioria é composta pelo sexo biológico feminino, com predominância na faixa etária de 30 a 59 anos. De forma geral, em relação ao quantitativo masculino inscrito, as mulheres são a maioria nas idades que abrangem a população adulta inscrita no Cadastro Único. Em sua maioria são mulheres chefes de famílias monoparentais, com filhos e dependentes. Além disso, é possível perceber pela vivência das equipes que são mulheres que, em grande parte, estão incluídas no mercado informal de trabalho.

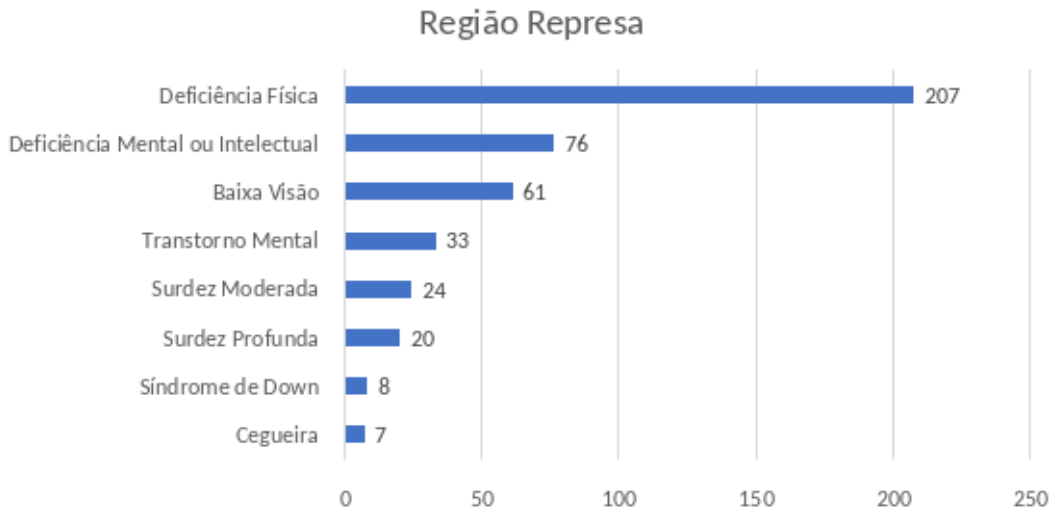
Gráfico 2 — Idade e sexo biológico das pessoas inscritas no Cadastro Único na Região Represa.



Fonte: Cadastro Único - Lista Cecad maio/2021.

Das pessoas com deficiências inscritas no Cadastro Único no território, o tipo de deficiência predominante é a física, com 207 marcações, na sequência destaca-se a deficiência mental ou intelectual, com 76. Importante destacar que do total de inscritos, 56 recebem Benefício de Prestação Continuada - BPC/PCD, de acordo com a folha de pagamento do benefício de maio de 2021.

Gráfico 3 —Tipos de deficiências das pessoas inscritas no Cadastro Único na Região Represa.



Fonte: Cadastro Único - Lista CECAD maio 2021.

Observa-se o acesso constante de uma população que possui deficiências diversas, e podemos considerar que, em sua maioria, não configuram ou apresentam impedimento para que estes acessem os diversos serviços ofertados pelo equipamento. Há um contingente bastante heterogêneo no que tange a esse público, ou seja, é composto por homens, mulheres e também crianças.

De modo geral, as demandas apresentadas durante os atendimentos realizados na unidade indicam um aumento significativo na procura por inclusão em programas e benefícios, sendo estes principalmente o extinto Bolsa Família (atual Auxílio Brasil) e o Benefício de Prestação Continuada. Por estarem diretamente relacionados à inclusão e/ou atualização na base de dados do Cadastro Único, a crescente solicitação dessa natureza reafirma as mudanças que se refletem na perspectiva do território, ou seja, a intensificação de situações de vulnerabilidade em decorrência da ausência ou perda de renda familiar no território.

Assim, contraditoriamente, de um lado temos um aumento nas demandas dos equipamentos que executam as ações no âmbito da Proteção Social Básica e, de outro, a evidente ação cada vez mais “tímida” do Estado, visto que a gama de benefícios socioassistenciais ofertados não garante, de fato, o acesso a políticas públicas e direitos em um momento de empobrecimento da população. Essa situação pode ser observada neste território, que é tradicionalmente conhecido como “menos vulnerável”, considerando o recorte de renda, contudo, nota-se crescente procura no

que diz respeito a orientações e informações quanto aos mais diversos benefícios, principalmente os de transferência de renda.

4. A REDE DA REGIÃO REPRESA

O trabalho em rede para a Política de Assistência Social é essencial no sentido de fomento da articulação, na superação da fragmentação dos serviços, possibilitando melhorar a qualidade da oferta dos serviços disponíveis no território.

4.1 Rede Socioassistencial

Referente à rede socioassistencial da Região, segue quadro que contempla a execução direta e indireta. Ressalta-se que o município possui 46 Organizações da Sociedade Civil inscritas no Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), mas somente duas delas estão no território, o que corresponde a 4,34%. Isso demonstra a escassez de oferta de serviços socioassistenciais de execução indireta para a população da Região da Represa, especialmente, para as que se encontram em situação de vulnerabilidade e risco social.

Quadro 3 — Rede Socioassistencial da Região Represa.

Nº	Unidade	Endereço/ Telefone	Proteção Social	Serviço/ Modalidade	Público atendido	Nº de vagas ofertadas	Parceria com SEMAS	Cadastro no CMDCA	Fonte da informação
1	Associação de Assistência São Deocleciano (AASD)	Av. Virgílio Dias de Castro, 388 - São Deocleciano (17) 3224-5616	Básica	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)	Crianças e adolescentes de 07 a 17 anos	120	-	X	CMDCA; Censo SUAS 2021
2	Associação de Assistência São Deocleciano (AASD)	Av. Virgílio Dias de Castro, 388 - São Deocleciano (17) 3224-5616	Projeto Entre Laços	Projeto de Fomento Início: 07/06/2021 Término: 06/06/2022 12 meses	Atender um total de 90 crianças e adolescentes por mês, com idade de 06 a 17 anos e 11 meses de ambos os sexos Região de abrangência CRAS São Deocleciano (paróquia) CEU das artes Nova Esperança CRAS Lealdade e Amizade (Escola estadual João Deoclecio da Silva)		-	-	Departamento de Gestão de Repasse de Recursos Públicos
3	CRAS São Deocleciano	Rua Olinda Loria khauan, 151 - Pq. São Miguel (17) 3223-1238 (17) 99706-9526	Básica	Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF)	Famílias em situação de vulnerabilidade social	-	-	-	Censo SUAS 2021
				Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)	Crianças de 0 a 6 anos e seus responsáveis,				

					adolescentes de 15 a 17 anos e idosos				
				Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas	Pessoas com deficiência e/ou pessoas idosas que vivenciam situação de vulnerabilidade social				
4	Projeto Maquininha do Futuro	Av. Benedito Sufredini, 655 - São Deocleciano (17) 3221-6251	Básica	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)	Crianças e adolescentes de 07 a 17 anos; jovens de 18 a 29 anos e adultas (os) de 30 a 59 anos	200	X	X	CMDCA; Censo SUAS 2021

Fonte: Departamento de Vigilância Socioassistencial, SEMAS, 2022.

4.2 Rede Intersetorial

Quadro 4 — Rede intersetorial da Região Represa.

Educação		Saúde
Municipal	**Estadual**	**UBS**
• E.M Lotf João Bassitt; • E.M Guiomar Maia; • E.M Antônio Espada Filho • E.M Lorival Pires Fraga; • E.M Norberto Buzzini; • E.M Décio Monzoni Lang;	• E.E Prof. Sônia Maria Venturelli	• UBSF São Deocleciano • UBSF Luz da Esperança

Fonte: CRAS São Deocleciano, 2022.

Em relação à intersetorialidade, destaca-se a publicação do Decreto nº 18.073 de 2018, realizada pela Prefeitura Municipal, que padronizou em 10 Regiões as áreas de abrangência do município para todas as políticas públicas. Com a nova divisão administrativa, passa a funcionar o Grupo Gestor Intersetorial (GGI), conforme decreto municipal n° 18.138 de 16 de outubro de 2018. Assim, mensalmente, são realizadas reuniões intersetoriais que, a partir de junho de 2019, tomaram um novo formato no sentido de agregar um representante de cada Secretaria do município e outros serviços de relevância para o território, sendo essa forma de organização intersetorial um ganho para a Região da Represa. Porém, com a pandemia do COVID-19, todas as reuniões ocorreram de forma remota, utilizando recursos existentes de tecnologias digitais, ou mesmo por telefone.

Quando necessário, o CRAS ainda participa e articula reuniões pontuais para situações e casos específicos com as políticas públicas: saúde, educação e meio ambiente, conforme a demanda das família e/ou território. A rede intersetorial conta com escolas municipais, escolas estaduais, uma unidade de saúde, academias para todas as idades e espaços da Secretaria de Esportes.

Ainda, no tocante à articulação, percebe-se grande dificuldade da rede socioassistencial e intersetorial em entender os fluxos de encaminhamentos e de notificações SINAN. Observa-se que a rede apresenta certa resistência em notificar casos de violências e violações de direitos, portanto, é necessário ações intersetoriais de formação e capacitação dos agentes profissionais que atuam nas diferentes políticas setoriais.

Já com relação ao INSS e Defensoria Pública, nota-se um afastamento do poder do Estado no que se refere à dificuldade de acesso de famílias e indivíduos aos serviços prestados, principalmente no período pandêmico (durante e pós), visto que grande parte da população não tem acesso às formas digitais dos novos formatos pensados nesse período.

5. PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA – CRAS SÃO DEOCLECIANO

Segundo disposto na Política Nacional de Assistência Social (PNAS), a Proteção Social Básica (PSB) possui como objetivos

> [...] prevenir situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Destina-se à população que vive em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, dentre outros) e, ou, fragilização de vínculos afetivos – relacionais e de pertencimento social (discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiências, dentre outras) (BRASIL, 2004, p.33).

Tendo como base o relatório circunstanciado de fevereiro 2022, a equipe de referência do CRAS São Deocleciano é composta por 10 trabalhadores do SUAS, sendo 1 coordenador, 4 profissionais de nível superior, 2 profissionais de nível médio, 1 estagiário, 1 motorista e 1 auxiliar de limpeza. Tal equipe atendeu, no mês de referência, uma soma de 259 famílias/indivíduos nos três serviços da Proteção Social Básica: Serviço de Proteção e Atendimento Integral às Famílias (PAIF), Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), para os ciclos de 0 a 6 anos, idosos e jovens de 15 a 17 anos e o Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para pessoas com deficiências e idosas.

O CRAS São Deocleciano possuía, ainda em fevereiro de 2022, 423 famílias beneficiarias do Programa Auxílio Brasil, 170 idosos beneficiários do BPC, 65 pessoas com deficiência recebendo o BPC, 1 família beneficiária do Programa Estadual Renda Cidadã e 33 famílias beneficiárias do Projeto Viva Leite.

As demandas apresentadas por este público são diversas, dentre elas, solicitações de cesta básica, cesta de legumes, programas de transferência de renda (Estadual e Federal), orientações para familiares de idosos na busca de acesso à

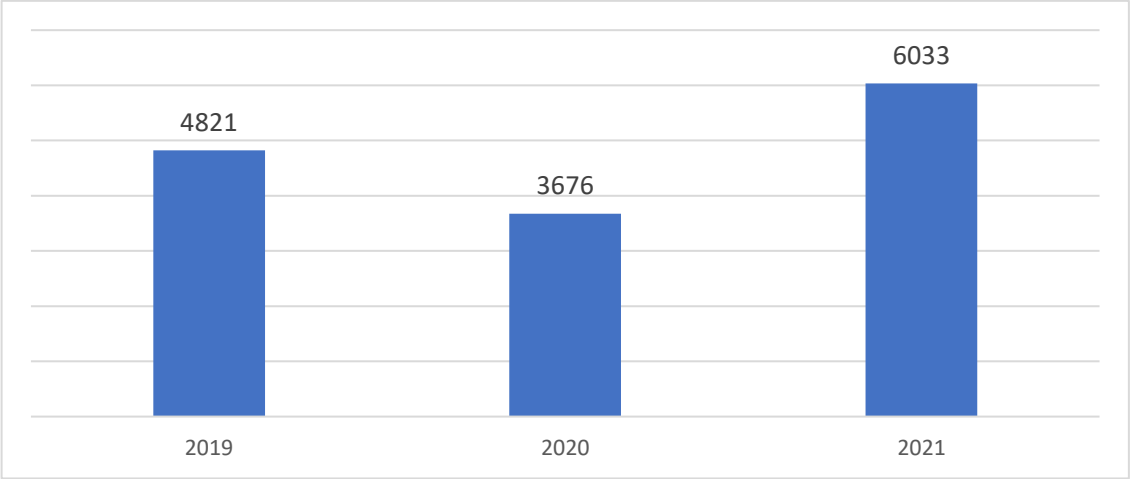
institucionalização, orientações referentes às demandas de outras políticas públicas, tais como, acesso ao INSS e Defensoria Pública.

5.1 Dados dos atendimentos do CRAS São Deocleciano

Ao olharmos os relatórios circunstanciados dos três últimos anos, 2019, 2020 e 2021, podemos analisar que os dados quantitativos traduzem o que de fato tem sido a realidade vivenciada pelo equipamento.

No que se refere aos atendimentos, percebemos um expressivo aumento da procura da população pelos serviços ofertados, sobretudo o PAIF. Ao analisarmos o gráfico observamos que o número de atendimentos realizados aumentou significativamente de 2019 para 2021.

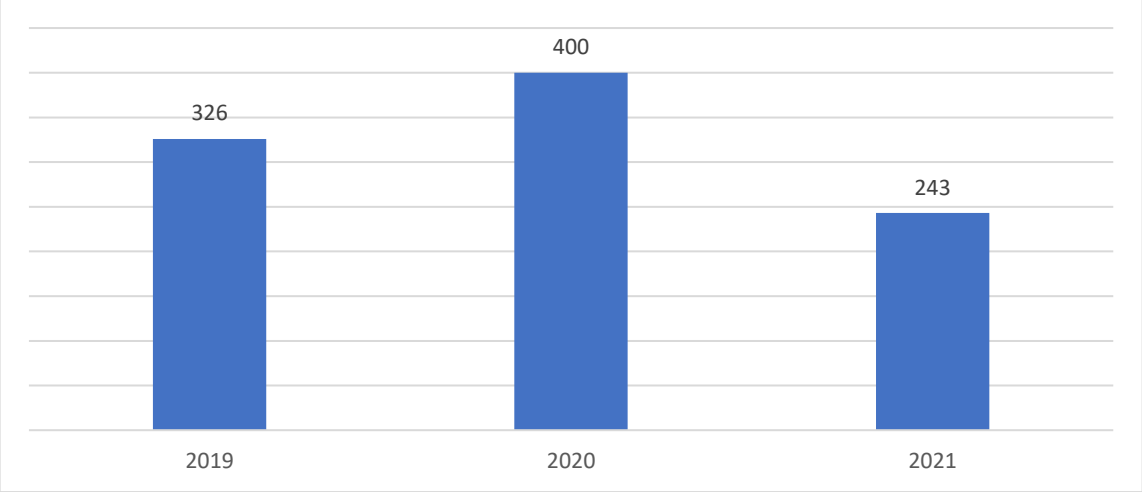
Gráfico 4 — Atendimentos realizados pelo CRAS São Deocleciano.



Fonte: Relatórios Circunstanciados 2019, 2020 e 2021.

Já em relação às acolhidas realizadas é possível observar no gráfico 5, aumento significativo no ano de 2020. É importante salientar que a ação pode ocorrer no CRAS ou no domicílio, sendo uma importante dimensão inerente ao trabalho social e se caracteriza pelo contato inicial das famílias/indivíduos com os serviços de Assistência Social.

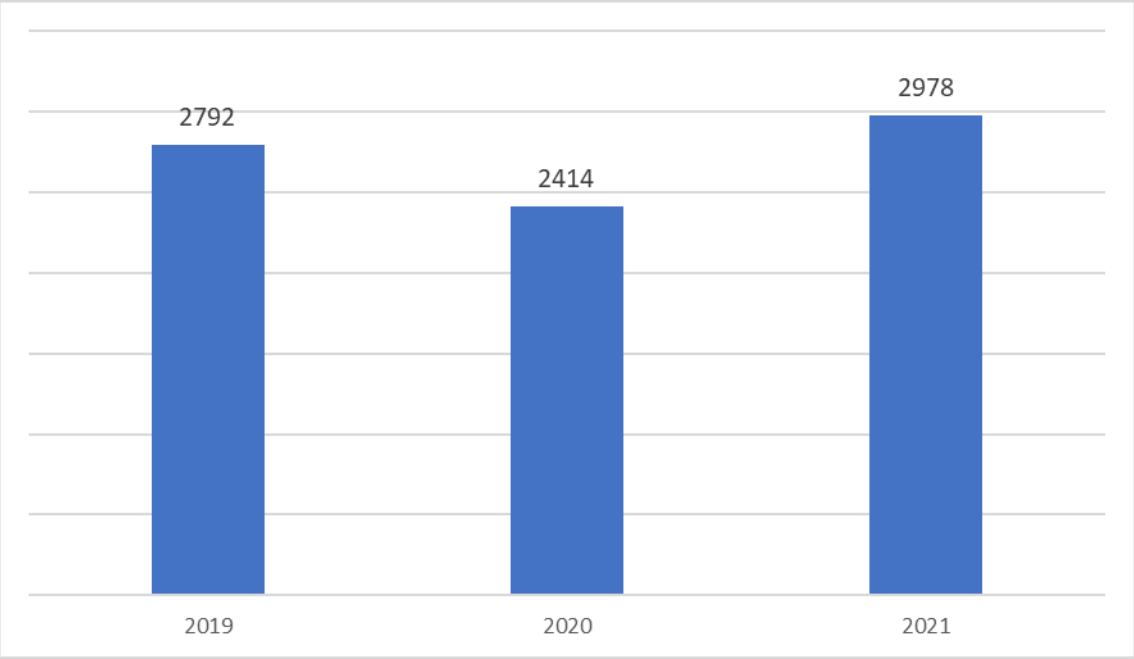
Gráfico 5 — Acolhidas realizadas pelo CRAS São Deocleciano.



Fonte: Relatório Circunstanciado 2019, 2020 e 2021.

Referente ao número de atendimentos PAIF realizados pelo CRAS nos últimos três anos, no qual se soma o número de atendimentos de todos os meses e sem tirar as famílias atendidas mais de uma vez no ano, é possível observar um significativo aumento em 2021. Verifica-se uma diminuição em 2020, o que é decorrente do contexto do início da pandemia.

Gráfico 6 — Total de atendimentos PAIF no CRAS São Deocleciano.



Fonte: Relatório Circunstanciado 2019, 2020 e 2021.

Diante dos dados apresentados percebe-se que o contexto da pandemia fez com que aumentassem os atendimentos do CRAS São Deocleciano, principalmente

em relação ao início da pandemia, onde tivemos um aumento no número de novas famílias acessando o CRAS por meio da acolhida. Contudo, ainda existe o desafio de chegar com atendimentos aos invisíveis, diante de um território muito heterogêneo e com áreas de difícil acesso, visando sempre à prevenção de situações vulnerabilidades e riscos sociais.

5.2 Dados do Descumprimento de condicionalidades dos Programas de Transferência de Renda e as questões culturais

De acordo com dados fornecidos pelo Departamento de Gestão de Cadastro Único, Benefícios e Transferência de Renda, referente aos anos de 2018 a 2021, em consulta realizada em 11/02/2022, as famílias ciganas possuem peculiaridades referentes à vida escolar das crianças, adolescentes e jovens. Assim, as faltas escolares, no caso de se darem por motivos culturais, podem ser justificadas pela própria escola no sistema Presença (sistema do PBF na área da Educação), marcando o item 12c, o que fará com que não seja gerado descumprimento de condicionalidade do PBF. Caso não tenha sido realizada a marcação pela área de Educação no sistema Presença, a área da Assistência Social pode realizar “Recurso” no SICON – Sistema de Condicionalidades do PBF na área da Assistência Social – na opção “Respeito a questões sociais, culturais, étnicas ou religiosas”.

Caso a criança, adolescente ou jovem não esteja matriculado na rede de ensino devido a questões culturais, recomenda-se manter a família em acompanhamento (Interrupção Temporária) no SICON para que não haja efeitos de descumprimento de condicionalidades e que a família não seja inserida pelo Ministério da Cidadania na listagem de não localizados na Educação, o que poderá gerar efeitos no benefício recebido.

Para o acompanhamento na área de Saúde, também valem as mesmas orientações. No sistema do PBF da Saúde também existe a marcação para justificar o não acompanhamento devido a questões culturais e, caso não marcado, orienta-se que a área da Assistência Social, realize recurso no SICON.

5.3 Povos tradicionais

Uma importante questão levantada nas rodas de conversas, que se apresenta no território, é a presença da população de ciganos que reside na Região. E diante da necessidade de atendimento e/ou acompanhamento, foi necessário ampliar o conhecimento da história, cultura e de como vivem no território do CRAS, possibilitando assim a organização e qualificação dos atendimentos, garantindo maior compreensão do seu modo de vida e de seus costumes.

Nessa direção, foi realizada pesquisa social visando conhecer melhor essa população. Para o levantamento das informações utilizou-se como principais instrumentais metodológicos a visita domiciliar e a entrevista aberta para compreensão dos aspectos sociais e culturais da comunidade cigana local.

Foram realizadas visitas nas residências de 12 famílias ciganas que estavam inscritas no Cadastro Único, para realização de entrevista com esse grupo. Por meio dessa ação, constatou-se que 7 famílias não residiam mais no local, 1 nunca viveu no endereço, 1 faleceu e 3 não foram encontrados na residência. Vale salientar que algumas das famílias participantes já haviam buscado o CRAS por meio de demanda espontânea e as outras foram acessadas durante busca ativa na residência.

Houve realização de entrevistas informais com ciganos e pesquisa bibliográfica, as quais foram fundamentais e auxiliaram no entendimento da cultura e linguagem. As entrevistas foram realizadas com ciganos indicados por uma ex-líder cigana do bairro que se mudou posteriormente para Mirassol.

Expressando o que foi apreendido caracterizou-se que as famílias, em sua maioria, são nômades e quando vieram viver no bairro alguns ficaram acampados em barracas, já outros, em residências. Em sua maioria, residem nos bairros bem próximos ao CRAS e como renda realizam atividades de venda de enxoval, panelas, além de investimento em construção civil.

Identificou-se a presença de, pelo menos, três etnias ciganas conhecidas no Brasil: Calon, Rom e Sinti. Cada uma com língua e costumes próprios. Neste território falam a língua Romani e a comunidade é composta por diversas famílias, no entanto, existem dois chefes que são os mais velhos e que têm o papel de mediar conflitos que ocorrem na comunidade. Contudo, alguns ciganos não recorrem a estas chefias, procurando solucionar os problemas no seu seio familiar.

Religião

Quanto às religiões, a maioria dos entrevistados se declararam católicos, no entanto, não acessavam a igreja. Destaca-se a construção de uma igreja evangélica neste território, a qual conta com dois pastores ciganos. Este contexto destoa das tradições e cultura cigana.

Atualmente, já existe uma bíblia escrita em Romani, e as pessoas não ciganas são bem-vindas à igreja que está sob a administração dos referidos pastores.

Casamento

Os casamentos são sempre incentivados, principalmente se forem entre si, como uma forma de preservação da cultura e da tradição. Geralmente as comemorações do casamento duram em média de 2 a 3 dias, mas atualmente os casais estão “fugindo”, por não terem condições financeiras de manter os altos custos desse evento.

Entretanto, a comunidade está buscando alternativas para a preservação desta tradição, que eles consideram muito importante. Quando os casamentos ocorrem, conforme a tradição, a noiva passa a viver com a família do marido até o nascimento do primeiro filho, quando então terá sua tenda ou casa. O filho mais novo sempre terá a “responsabilidade” de morar com os pais após o casamento, como forma de garantir a manutenção da saúde dos pais.

Questões de gênero e virgindade

Como forma de tradição e garantia da fidelidade, os noivos se retiram durante a festa e em seguida têm que apresentar o “sinal da virgindade” através do lenço manchado de sangue, comprovando a “pureza” da mulher. Observa-se que prevalece uma cultura patriarcal e machista, quando se trata das questões que perpassam as relações de gênero na comunidade cigana.

Educação

No que diz respeito à educação, existe uma situação muito complexa, sobre a qual é necessário aprofundar os olhares, uma vez que alguns fatores se chocam, inclusive, com a legislação. A maioria das pessoas desta comunidade considera a educação importante, no entanto, os adolescentes não chegam a completar o ensino

fundamental, pois a grande maioria das famílias considera que a educação e o ensino devem ser ministrados pelos próprios familiares. Muitas vezes, os responsáveis familiares, ressaltam “meus filhos sabem ler e escrever”, considerando esse nível de escolarização como necessário e suficiente para que eles tenham uma vida digna.

5.4 Marcas do território

Permeado atualmente por mudanças bastante evidentes, o território de abrangência do CRAS é constituído por diversas demandas, fato que requer maior atenção e intervenções mais elaboradas, o que conduzirá a direção dessa discussão.

Diante da forma como a Região em questão se desenvolveu, é possível afirmar que, de fato, há muito a ser desbravado, no sentido literal da palavra, visto que as expressões da questão social podem ser mitificadas ou até mesmo veladas, diante do alto recorte de renda predominante nas abrangências deste território. Em termos práticos, isso significa que, comumente, tem-se a impressão de uma menor frequência de riscos sociais e violações de direitos, nitidamente mais intensas em outras regiões, o que não significa que estas não existam neste local.

Nota-se o estigma que esse território carrega, dando a impressão de que não apresenta demandas socioassistenciais de forma clara, ou seja, o que geralmente se configura como direito violado e exposição a riscos sociais em decorrência da pobreza ou acesso precário (ou nulo) à renda, parece não estar presente de forma tão incisiva nesta Região. E isso se deve ao fato da Região Represa se destacar por seu alto desenvolvimento, pelo forte viés comercial e pela intensa atuação do mercado imobiliário de luxo, bem como pela distribuição de renda e infraestrutura mais elevados.

Contudo, em detrimento do notório acesso a condições de vida mais elevadas, existe o distanciamento econômico-social das famílias que vivem em áreas rurais dessa Região. No que se refere ao acesso a serviços e políticas públicas de direito, tais famílias requerem ações previamente pensadas dos atores da rede para garantia e facilidade de acesso aos direitos sociais. A distância e mobilidade urbana pode provocar um prejuízo a este acesso.

A Proteção Social Básica, assumindo seu caráter proativo e preventivo, aqui representada pela figura do CRAS, reconhece e entende o desafio presente de levar a proteção social, no âmbito do trabalho social com famílias e da matricialidade

sociofamiliar, a essas famílias que, por diversos motivos, não têm seus direitos deveras garantidos como deveria ser. É importante observar que isso também se dá pelo viés das subnotificações das situações de violação de direitos nessas áreas, diante do isolamento das famílias em questão, seja pela questão geográfica ou pelas influencias culturais da Região. Portanto, demanda atuação em conjunto com a Proteção Social Especial de Média Complexidade e demais políticas setoriais.

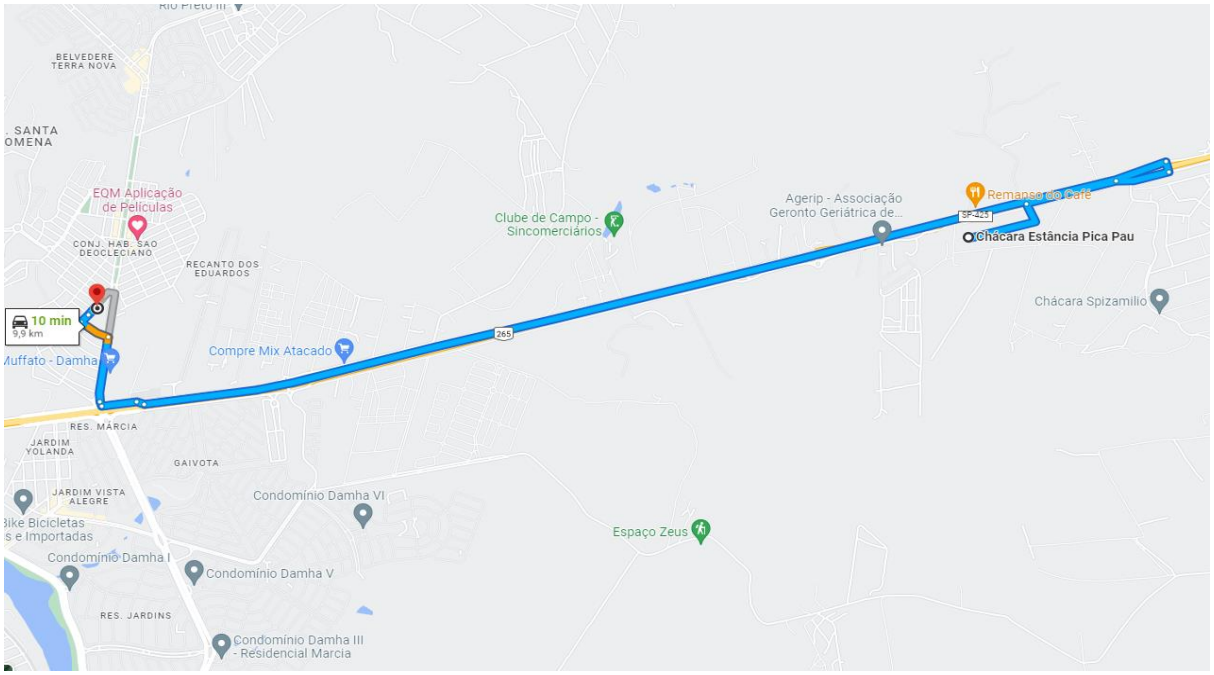
5.5 As estâncias, chácaras e loteamentos irregulares na Zona Rural

A Região Represa possui em seu território as seguintes estâncias, chácaras e loteamento irregulares: Chácara Boiadeira; Condomínio São João I (Zona Rural) Condomínio São João II (Zona Rural); Estância do Pica-pau Amarelo (Zona Rural); Estância Ivone (Zona Rural); Estância Santa Helena; Estância São Lucas; Recanto dos Eduardos e Recanto Feliz. Entretanto, o CRAS atende famílias, especialmente, das estâncias São João e Pica-pau Amarelo.

A partir da vivência e cotidiano de trabalho, as equipes de referência identificam que são territórios que precisam de fortalecimento de vínculos com o CRAS, para que se possa trabalhar os serviços, programas e benefícios socioassistenciais da Proteção Social Básica, promovendo ações proativas e voltadas para a prevenção. E no que compete à Proteção Social Especial, destaca-se a relevância do CREAS e seus serviços para conhecer o contexto de violações de direitos, tais como abuso e exploração sexual, pois se acredita que existem muitas subnotificações das situações que ocorrem nas chácaras e estâncias. Além da necessidade do fortalecimento da articulação e ações intersetoriais, visto que esses territórios igualmente demandam atuação das demais políticas públicas.

A distância da estância Pica-pau Amarelo até do CRAS é de aproximadamente 8 km, uma distância considerável para que as famílias acessem os serviços públicos. O número de linhas e itinerários do transporte público é insuficiente, de modo que as famílias demoram cerca de 2 horas para chegar até o CRAS, já que primeiro precisam ir até o Terminal Rodoviário Urbano Central e pegar outro ônibus para se deslocar até Região Represa. Essa situação ocorre com frequência, principalmente, quando as famílias não têm outra forma de transporte para acessar os serviços públicos ofertados no território.

Figura 2 — Rota da estância Pica-pau amarelo até o CRAS São Deocleciano, de carro.



Fonte: Google Maps. Acesso em 15/06/2022.

6. PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA COMPLEXIDADE – CREAS

A Proteção Social Especial consiste em prestar atendimento às famílias e indivíduos que se encontram em

> situação de risco pessoal e social, por ocorrência de abandono, maus tratos físicos e, ou, psíquicos, abuso sexual, uso de substâncias psicoativas, cumprimento de medidas socioeducativas, situação de rua, situação de trabalho infantil, entre outras (2004, PNAS, p. 37).

Na organização do atendimento, a Proteção Social Especial está dividida em média e alta complexidade. A média complexidade oferta atendimento às famílias e indivíduos com seus direitos violados, mas cujos vínculos familiar e comunitário não foram rompidos. A alta complexidade oferta atendimentos que garantem proteção integral - moradia, alimentação, higienização e trabalho protegido para famílias e indivíduos que se encontram sem referência e/ou em situação de ameaça, necessitando ser retirados de seu núcleo familiar e/ou comunitário.

A alta complexidade tem seus serviços ofertados por meio de parcerias realizadas entre a SEMAS e Organizações da Sociedade Civil (OSCs) utilizando-se o o termo de colaboração ou o de fomento, já na média complexidade os serviços são

ofertados tanto pelas unidades dos CREAS e Centro POP, como pelas OSCs que possuem também parceria.

No CREAS I, são executados dois serviços, o Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias Indivíduos (PAEFI) e o Serviço de proteção social a adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC). No Centro POP, também são executados dois serviços, o Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua e o Serviço Especializado em Abordagem Social.

6.1 PAEFI, violências e violações de direitos

Com relação ao PAEFI, foram atendidas 33 famílias no ano de 2020, com destaque para as violações de direitos por negligência, abuso sexual e violência física. No ano de 2021, foram atendidas 27 famílias. Vários fatores podem ter colaborado para diminuição do número de encaminhamento das referidas violações de direitos, dentre os quais destacamos o atual momento de pandemia que vivenciamos, em que diversos serviços da rede pública, orientados a realizarem denúncias caso tenham conhecimento de situações ou suspeita de maus tratos e violações de direitos, estiveram atuando de forma remota, o que pode ter refletido no número menor de denúncias aos órgãos competentes.

Outro fator trata-se da própria característica do território, que conta com vários condomínios fechados de médio e alto padrão, o que pode dificultar o acesso para orientação e ações de Proteção Social Especial de Média Complexidade a famílias e indivíduos. Há dificuldade em realizar o acompanhamento de famílias no PAEFI que residem em condomínios e/ou acessam serviços particulares, portanto, podem ficar veladas situações de violências e violações de direitos.

As equipes do CRAS e CREAS pontuam a questão do adoecimento mental que impactam as famílias com contexto de violação de direitos. Com relação ao PAEFI, os adultos responsáveis pelas crianças possuem a demanda de adoecimento mental, bem como de uso de substâncias psicoativas, no ano de 2020, por exemplo, tivemos 5 famílias que foram acompanhadas pelo PAEFI que tinham esse perfil descrito.

No ano de 2021, foram notificadas pela Vigilância Epidemiológica em Saúde, 2.915 violências, sendo 138 da Região da Represa, o que representa aproximadamente 5% do total de notificações.

Quadro 5 — Tipos de violências notificadas, janeiro a dezembro de 2020 e 2021, Região Represa, São José do Rio Preto, 2022.

Tipo de Violência	2020	2021
Física	34	45
Psicológica	21	45
Tortura	0	0
Sexual	8	9
Tráfico de seres humanos	0	0
Financeira/Econômica	1	2
Negligência abandono	8	3
Trabalho Infantil	0	3
Intervenção legal	0	0
Autoprovocada	31	32
Total	103	138

Fonte: Departamento de vigilância Socioassistencial.

Considerando a variação dos números, absolutos e sua porcentagem equivalente entre os anos 2020 e 2021, observa-se significativa variação nas violências física e psicológica. Houve um aumento de 32% e 114%, respectivamente. No total de violações houve acréscimo de 34%, sendo 35 em números absolutos.

Com relação às violações de direitos que entraram no PAEFI em 2021, observa-se as seguintes de violações, ciclo de vida e sexo biológico:

- idosos vítimas de negligência ou abandono: 2 pessoas do sexo biológico feminino e 1 pessoa do sexo biológico masculino;
- 2 adolescentes do sexo biológico feminino, de 13 e 17 anos de idade, vítimas de abuso sexual;
- 1 criança, sexo biológico masculino, 3 anos de idade, vítima de violência física;
- 1 adolescente do sexo biológico feminino, com 15 anos de idade, vítima de trabalho infantil.

6.2 Medida Socioeducativa em Meio Aberto (MSE) – Região Represa

Nesse tópico serão apresentados dados do Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida e de Prestação de Serviços à Comunidade na Região Represa. Para a análise, foram selecionados dados da sistematização dos atendimentos considerando o total de 8 adolescentes em cumprimento de MSE em Meio Aberto em 2021.

Como complemento, também serão apresentados dados do diagnóstico realizado pelas equipes do Serviço de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto (SMSE/MA) dos CREAS I e II, no ano de 2019, tendo como público alvo os adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa referenciados ao serviço, que, à época, eram 229 (considerando os dois equipamentos).

Na ocasião, este diagnóstico foi elaborado com a perspectiva de dar visibilidade às particularidades e demandas dos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto, com o objetivo de ser utilizado como ferramenta de diálogo com as demais políticas públicas e sensibilizá-las sobre a necessidade e a responsabilidade de adequarem-se para atendê-los - visto que apenas através do acesso a tais direitos seria possível garantir a proteção integral destes adolescentes, conforme preconizado pelo ECA (BRASIL, 1990).

Dados das medidas socioeducativas

A Liberdade Assistida (LA) constitui a menor parte das Medidas Socioeducativas (MSE) executadas por este Serviço neste território, 38% dos casos, e a Prestação de Serviços à Comunidade (PSC), 63%. A maioria dos adolescentes atendidos não é reincidente no cumprimento de medida socioeducativa (88%). A taxa de descumprimento das medidas socioeducativas é de 13%.

O ato infracional de maior representatividade neste território é o de infração de medida sanitária preventiva (50%), seguido por tráfico de drogas (38%) e porte de drogas para uso pessoal (13%).

A infração de medida sanitária é considerada o ato infracional de maior incidência atualmente. Na mesma perspectiva, antes da pandemia, a maior incidência se dava pela infração de falsidade ideológica, sendo grande parte dos adolescentes pertencentes às classes média e média alta que frequentam as festas da cidade. Os adolescentes que cumprem MSE pela infração de perigo à vida ou saúde de outrem são muito jovens, quase crianças, ainda brincam de empinar pipa, mas isso não se aplica à Região Represa.

Dados gerais

As idades dos adolescentes atendidos variam de 15 a 18 anos, sendo 13% com 15 e 16 anos cada, e com 17 e 18 anos, 38% cada. Quanto ao gênero, predomina o público masculino (75%) em relação ao feminino (25%).

No momento de elaboração do Plano Individual de Atendimento (PIA), a maioria dos meninos se autodeclarou como branco (88%). Nenhum dos adolescentes se autodeclarou negro. Não há informação de declaração de etnia de 13% dos adolescentes.

Declararam ser heterossexuais 100% dos adolescentes. É importante destacar que a equipe respeitou a autodeclaração dos adolescentes na coleta destas informações, independentemente de divergência com a realidade.

Não existem adolescentes com filhos, essa questão geralmente está relacionada ao quantitativo de usuárias do gênero feminino, que em grande maioria são mães solo.

Saúde

Todos os adolescentes em cumprimento de MSE do território da Represa relataram que não fazem acompanhamento em saúde, somente comparecendo quando há alguma dor urgente, mais precisamente em Unidade de Pronto Atendimento (UPA). De acordo com o levantamento do SMSE-MA 2019, os poucos adolescentes que relataram fazer algum tipo de acompanhamento em saúde indicaram, em sua maioria (5%), frequentar o Centro de Atenção Psicossocial (CAPS).

A minoria dos adolescentes do território da Represa (25%) diz fazer uso de substâncias psicoativas (em observação livre da equipe, as principais substâncias são o álcool, tabaco e maconha) e nunca ter feito nenhum tratamento em saúde para tanto. Não foi verificado o padrão de uso de tais substâncias pelos adolescentes.

Educação

No que se refere à questão da educação, 63% dos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa do território da Represa estão matriculados na escola, porém 38% não relatam esta informação.

Com relação à defasagem entre idade e escolaridade, os adolescentes de 17 anos que estão matriculados na escola (33%) estão no 1º EM, assim como os adolescentes de 16 anos (100%). Já os adolescentes de 15 anos estão (100%) no 9º ano do Ensino Fundamental.

De acordo com o levantamento feito pelo SMSE-MA 2019, 27,07% dos

adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa em Rio Preto relataram dificuldades para efetivar sua matrícula escolar. Tendo como destaque alguma forma de embaraço do procedimento escolar (9%), a falta de vagas (3%) e a família não ter comparecido à escola para fazê-lo (6%). Já 62% dos adolescentes relataram ter tido dificuldades em permanecer na escola. Em 11% dos casos estudados foi relatada a necessidade não atendida do adolescente passar por uma avaliação pedagógica na escola.

Trabalho e Renda

Conforme dados levantados, 50% dos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa moradores do território da Represa informaram estar trabalhando, sendo que apenas 13% disseram ter vínculo formal de trabalho. De acordo com o levantamento SMSE-MA 2019, a principal ocupação dos adolescentes em trabalho informal é em algum tipo de trabalho braçal (servente de pedreiro, por exemplo).

De acordo com o levantamento SMSE-MA 2019, 60% dos adolescentes atendidos foram encaminhados para agências para inserção no mercado de trabalho formal (seja por vínculo de estágio ou Jovem Aprendiz), 21% não foram encaminhados porque não tinham interesse e 19% por não atenderem aos critérios mínimos de idade e escolaridade.

Ainda usando como referência o levantamento de 2019, 48% dos adolescentes fizeram algum tipo de curso profissionalizante. A maioria (59%) os fez durante o período de internação na Fundação Casa. Os cursos que mais fizeram foram informática (31%), auxiliar de escritório (12%) e alimentação (8%). Quando entrevistados, os adolescentes do território da Represa relatam interesse em fazer curso de mecânica de automóveis (47%), informática (15%), cabeleireiro/barbeiro (10%), confeitaria (5%) e construção civil (5%) e 15% dos adolescentes não souberam informar área de interesse.

Segundo o levantamento SMSE-MA 2019, 28% dos adolescentes alegam não ter feito por ter outros interesses, 22% alegam como impeditivo o custeio do curso, 18% que os cursos gratuitos não são de seu interesse, 6% disseram não ter vaga no curso de seu interesse, 9% não atendem aos critérios para poder matricular-se nos cursos disponíveis, 4% informaram que os cursos eram ofertados em locais distantes, 6% relataram conflitos entre o horário de trabalho e os cursos disponíveis, 4% alegam

não poder custear o transporte.

Cultura, Lazer e Esportes

Conforme o levantamento SMSE-MA 2019, dos adolescentes que dizem conhecer espaços de cultura em Rio Preto, apenas 7% os frequentam. Aqueles que não frequentam alegam em 91% dos casos não ter interesse. E 9% diz não ser prioridade.

O espaço de cultura mais frequentado pelos adolescentes é o cinema (10%), seguido pela Batalha de Rap (1%) e shopping (1%).

No que tange às diversas atividades entendidas como lazer pelos adolescentes, passar tempo com os amigos é o relato que mais aparece (28%), seguido por ir ao campo de futebol (11%), usar o celular (10%), assistir filme/TV (9%) e ir ao shopping (8%). E 64% dos adolescentes afirmaram praticar esportes, enquanto 34% não são adeptos. O esporte mais praticado é o futebol, sendo realizado por 74% dos adolescentes. Nenhum adolescente afirmou estar inserido em programas de esportes.

Desafios da execução das MSE em Meio Aberto

Observa-se que os números apresentados colocam muitos desafios tanto ao serviço de medidas socioeducativas como às demais políticas públicas no sentido de garantir a proteção integral dos adolescentes.

Destacam-se como principais desafios nos atendimentos do SMSE-MA a necessidade de propostas de metodologias interessantes para adolescentes de 13 a 20 anos, atendendo às particularidades de cada faixa etária. Há a necessidade de atender qualificadamente as adolescentes do gênero feminino, evitando que suas particularidades e necessidades sejam invisibilizadas pela baixa quantidade deste público que está em cumprimento da MSE. O número de mulheres (gênero feminino) geralmente é menor, portanto, precisaria ter metodologias que abarquem as demandas por elas apresentadas. Elenca-se a necessidade em trabalhar as temáticas sobre raça/etnia, gênero, modelos de masculinidade, heteronormatividade, paternidade, autocuidado, etc.

Com relação às políticas públicas, faz-se necessário o diálogo com a saúde no sentido de garantir atendimento às demandas destes adolescentes na atenção básica. Relacionado à educação, observa-se o desafio de garantir o acesso e permanência

destes adolescentes no ambiente escolar, incluindo a atenção às especificidades que possam apresentar. Faz-se necessária a criação de programas, inclusive de incentivo de renda, para combate de evasão escolar no Ensino Médio, visto que são altas as taxas de evasão nesse período escolar.

Com relação ao trabalho e renda, reconhece-se a urgência de garantir que tais adolescentes tenham acesso aos cursos que efetivamente têm interesse e que as agências não apenas flexibilizem as políticas de encaminhamento para as vagas, mas se engajem no desafio de inseri-los no mercado formal, de acordo com os parâmetros de proteção ao trabalhador entre 14 e 17 anos (BRASIL, 1990). Tais instituições, junto aos programas municipais, deveriam ofertar condições de atividades de formação de caráter educativo com contrapartida financeira, para que os adolescentes possam, de fato, contar com boa formação, uma vez que além de excluir adolescentes em cumprimento de MSE devido a critérios estabelecidos, essas instituições acabam corroborando com a condição de subemprego.

Considerando esporte, cultura e lazer, observa-se que os adolescentes de baixa renda têm pouco acesso, o que requer a criação de ações específicas que os atenda em seus territórios de vivência.

6.3 Serviço Especializado para Pessoa em Situação de Rua

Na Região da Represa não existem pontos consolidados, com concentração de pessoas em situação de rua. O que ocorre nesta Região, de forma bem esporádica, são chamados da comunidade para ações específicas.

O pontilhão sob a rodovia Assis Chateaubriand já serviu de abrigo para um casal que foi recambiado à cidade de origem. Uma situação também ocorreu num terreno atrás de um dos condomínios, onde havia uma pequena barraca. Ao chegar ao local, a equipe foi informada por um munícipe que residia nas proximidades de que, na verdade, tratava-se de um local para acomodação de cachorros abandonados.

Outro caso em que houve acionamento da rede, refere-se a uma mulher que estava em situação de mendicância nas imediações de outro condomínio. Nas informações obtidas, tratava-se de uma mulher de uma cidade vizinha, que vinha para São José Rio Preto para mendicância naquela Região. A partir da identificação e conhecimento da situação foram realizadas as orientações e encaminhamentos necessários.

No bairro São Deocleciano há a Igreja Nossa Senhora do Brasil, que desenvolvia, no salão paroquial, atividade mensal com pessoas em situação de rua, essa ação é conhecida na Região e no município.

7. COLETA DE DADOS COM A REDE E USUÁRIOS

A coleta de dados foi realizada por meio da metodologia do Mapa Falado, que consiste em uma representação do espaço ou território por meio de desenhos, permitindo a reflexão de diversos aspectos da realidade de forma ampliada.

7.1 Relatório do Mapa Falado Região Represa

Foi realizado no dia 05/04/2022, às 9h, no CRAS São Deocleciano, o Mapa Falado da Região da Represa, com a participação de atores da rede socioassistencial, intersetorial e comunitária da Região, bem como com usuários dos serviços ofertados pelos CRAS, CREAS e instituições. A atividade foi efetivada com 29 participantes, representando os seguintes segmentos: Secretaria Municipal de Assistência Social (Proteção Social Básica, Proteção Social Especial, Vigilância Socioassistencial e Gestão do Trabalho); Projetos de Contraturno Escolar, Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, Projeto Maquininha do Futuro, Projeto Cidinha Canzela, Unidade de Saúde da Família São Deocleciano, Secretaria do Meio Ambiente, Associação de Assistência São Deocleciano, e usuários dos Serviços Setoriais.

Iniciou-se o momento com a apresentação da proposta metodológica a ser utilizada do “Mapa Falado” e como se daria a participação dos representantes. Em complemento à elucidação da proposta, foram apresentadas as 10 Regiões do município, pontuando as especificidades da Região da Represa.

Fora esclarecido o objetivo do Mapa Falado que, nessa direção, tem a finalidade de somar informações ao Diagnóstico Socioterritorial da Região, norteando também as ações a serem contempladas no PMAS (2022/2025). Foi reforçada a importância da representação de cada participante no olhar das vivências do território e a articulação com as outras políticas públicas. Enfatizou-se a importância do processo de construção coletiva com a metodologia do diálogo e reflexão, com a proposta de finalização do documento para, posteriormente, realizar a devolutiva e socialização entre os participantes e a rede do território.

Sendo assim, realizou-se o processo de discussão entorno do mapa exposto e a identificação com marcadores, de acordo com cada cor, representando as respectivas legendas, havendo o registro do mapeamento que estava sendo levantado.

A seguir será apresentado o mapeamento realizado pelo grupo, de acordo com cada legenda:

Amarelo - Presença de serviços públicos / entidades e ONG's

1. UBSF São Deocleciano;
2. UBS Luz da Esperança;
3. Escola Municipal Lourival Pires Fraga;
4. Escola Estadual Profª Sônia Maria Venturelli;
5. Escola Municipal Profª Guiomar Maia;
6. Escola Municipal Dr. Loft Joao Bassitt;
7. Escola Municipal Décio Monzoni Lang;
8. Escola Municipal Prof. Dr. Antônio Espada Filho;
9. Escola Municipal Dr. Norberto Buzzini;
10. CRAS São Deocleciano;
11. Projeto Maquininha do Futuro - Educação e Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV);
12. Associação São Deocleciano;
13. Camerata de Beethoven;
14. Secretaria Municipal de Esporte;
15. Projeto Shalon.

Percepções: Refletimos sobre o CREAS, que, embora não ocupe o espaço físico no recorte geográfico da Região, possui referência de abrangência no atendimento à população.

Os participantes pontuaram que houve o aumento em relação às unidades de Educação e Saúde, no território. Ressaltou-se que, embora tenha ocorrido esse aumento, as unidades apresentam dificuldades de atender a totalidade das demandas da população local.

Observou-se a concentração de ofertas dos serviços públicos no bairro São Deocleciano.

Vermelho - Locais e situações de riscos

1. Índice de violência contra idosos;
2. Locais de tráfico de drogas;
3. Tráfego intenso nas rodovias Assis Chateaubriand e Transbrasiliana - BR 153;
4. Área com alto índice de pobreza;
5. Situações de suicídio;
6. Situações de violência doméstica;
7. Situações de violência sexual contra mulheres, crianças e adolescentes;
8. Situações de violências subnotificadas no território;
9. Dificuldades na mobilidade urbana em relação aos acessos por meio de chácaras e estâncias da zona rural;
10. Situações de desproteções.

Percepções: Alto índice de relatos de violências subnotificadas na Região da Represa, principalmente no que tange à restrição de acesso das políticas públicas de proteção nos condomínios residenciais. Ainda se observa situações de riscos e vulnerabilidades nas estâncias e chácaras, questões relacionadas a insegurança de renda e dificuldade de mobilidade urbana.

Verde - Espaços de convivência/lazer

1. Represa;
2. Quadra de Esportes - Parque da Liberdade;
3. Campo de Futebol - Maquininha do Futuro;
4. Praça Maria Rosa;
5. Praça do Japonês;
6. Academia ao ar Livre.

Percepções: Houve a reflexão de que há mais espaços de riscos, que os de convivência e lazer no território, o que talvez esteja relacionado ao alto poder aquisitivo de grande parte da Região, que utiliza de outras formas de convivência e lazer.

Também foi apontada pouca concentração de espaços de convivência e lazer no bairro São Deocleciano.

Azul - Experiências Coletivas

1. Paróquia Nossa Senhora do Brasil;
2. Projeto Maquininha do Futuro;
3. Igreja Assembleia de Deus;
4. Centro Espírita Cireneia;
5. Atendimento para Refugiados (Paróquia Nossa Senhora do Brasil);
6. Paróquia João Paulo II;
7. Rotary Clube - Utiliza o espaço físico de uma sala cedida na EM Guiomar Maia.

Percepções: Em relação aos grupos religiosos citados acima, pontuou-se, enquanto marca nas experiências coletivas, a solidariedade em relação às doações de cestas básicas, dentre outras formas de caridade realizadas pela comunidade local.

Laranja - Marcas / Características de identidade do território

1. Maior poder aquisitivo em parte da Região;
2. Presença de população cigana;
3. Potência do comércio local;
4. Mobilidade dentro do território;
5. População idosa;
6. Imigrantes/Refugiados;
7. Campo do Projeto Maquininha do Futuro;
8. Grande incidência de condomínios fechados como espaços residenciais;
9. População Conservadora no território;
10. Paróquia Nossa Senhora do Brasil.

Percepções: População diversa em sua grande maioria, apresentando singularidades em relação às crenças religiosas, conservadorismo e solidariedade. E alto índice de desenvolvimento social no que tange à habitação, em relação aos condomínios.

Prata - Ausências do território

1. Mobilidade urbana (Estâncias);
2. Organizações comunitárias nas Estâncias (Associações de Moradores);
3. Poucos horários de ônibus (Urbano);
4. Transporte público nas estâncias;
5. Vagas no SCFV para a faixa etária de 12 a 17 anos;
6. Contraturno escolar;
7. Equipamentos e iniciativas culturais;
8. Unidades da CPFL;
9. Agências Bancárias;
10. Unidades de Pronto Atendimento (UPA);
11. Segurança Pública;
12. Pista de caminhada;
13. Aumento de sinalização no linhão (Semáforos);
14. Ampliação de unidades de escolas estaduais;
15. Ampliação de vagas em escolas municipais de educação infantil;
16. Transporte escolar nas estâncias;
17. Serviços públicos nas estâncias;
18. Unidades Ganha Tempo;
19. Espaços públicos;
20. Serviços de convivência e lazer para idosos.

Percepções: Em relação às ausências, concluiu-se que a descentralização dos serviços e a garantia de transporte público de qualidade contribuiriam muito para a diminuição.

Sugeriu-se a criação de Núcleos da Esperança nas estâncias do território e também fora questionado sobre a existência de regulamentação dos loteamentos. Também se apreendeu a percepção da invisibilidade das estâncias no planejamento de ofertas dos serviços públicos.

Figura 3 — Fotos da elaboração do Mapa Falado da Região Represa.

Fonte: Secretaria Municipal de Assistência Social.

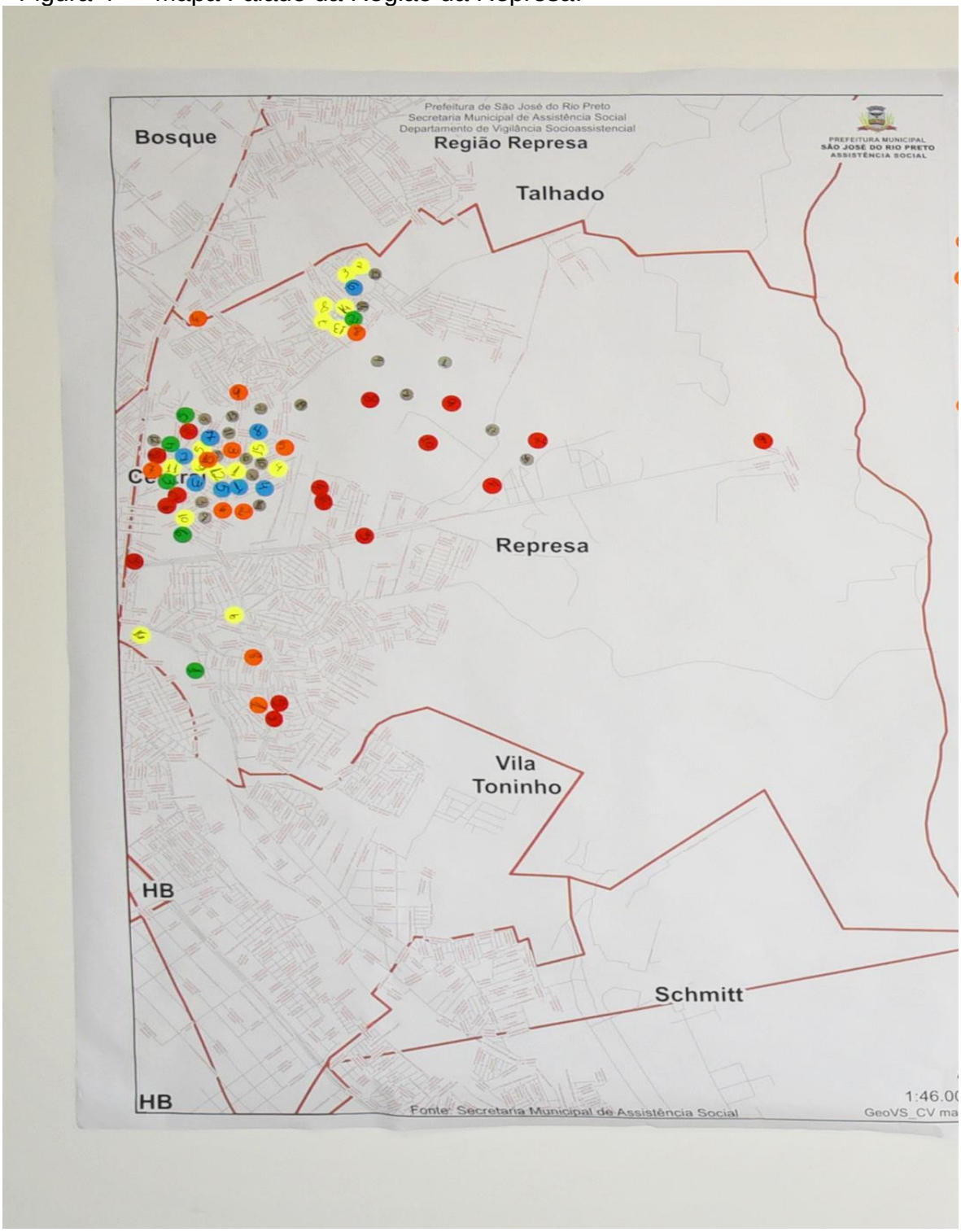
7.2 Análise do Mapa Falado Região da Represa

Por fim, finalizou-se o momento com a apresentação das áreas identificadas e suas experiências, vivências, características, ausências e potencialidades de acordo com o que cada legenda direcionava, quando surgiram algumas reflexões.

Citou-se que, com a vinda dos condomínios, focou-se como potencialidade da Região o poder aquisitivo de parte dos moradores, diminuindo assim a oferta de serviços públicos à população que reside em áreas que necessitam destes.

Concluiu-se que as experiências coletivas existem, porém em menor quantidade, devido ao maior poder aquisitivo da população deste território.

Figura 4 — Mapa Falado da Região da Represa.



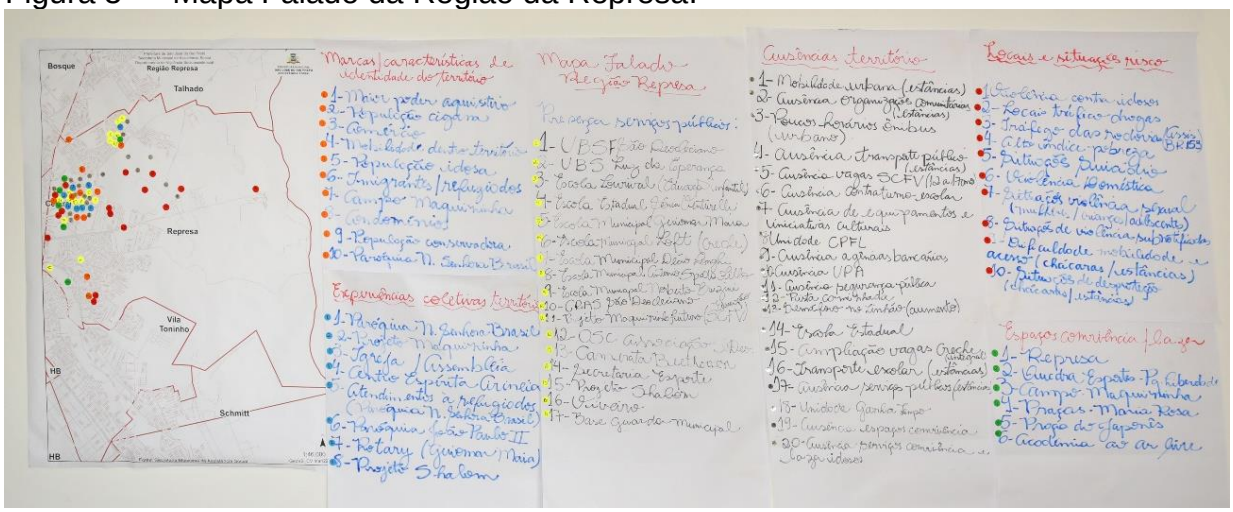
Fonte: Secretaria Municipal de Assistência Social.

7.3 Avaliação da atividade

O mapa falado foi avaliado como um exercício muito produtivo e de grande importância. Nessa direção, houve a sugestão de determinar uma periodicidade para sua aplicação e etapas de devolutiva das pactuações e encaminhamento das demandas levantadas, bem como o monitoramento em relação à resolutividade.

Foi proposto que fique pactuada a metodologia estabelecida para a atualização do documento do Diagnóstico Socioterritorial da Região da Represa. E ampliar a participação dos usuários dos serviços, pensando na representação de cada organização/unidade pública, nas próximas atividades de mapeamento do território.

Figura 5 — Mapa Falado da Região da Represa.



Fonte: Secretaria Municipal de Assistência Social.

8. VULNERABILIDADES, AUSÊNCIAS E POTENCIALIDADES DO TERRITÓRIO

Vulnerabilidades

Pensar o acesso da população que vive em locais distantes do CRAS, como estâncias e propriedades rurais é um desafio. Assim suscita-se os seguintes questionamentos: como se dá a oferta de serviços do CRAS tendo o acesso (deslocamento e mobilidade urbana) como fator dificultador? Como pensar nas ações do CRAS neste território para abranger essas famílias?

Tais questionamentos são importantes, pois, considerando o trabalho social e atendimentos realizados pelo CRAS, observa-se que, em comparação ao contingente

de atendidos e referenciados desta Região, pode-se afirmar que as famílias e usuários das estâncias e loteamentos irregulares não estão tão presentes no cotidiano das intervenções e ofertas do equipamento. O que nos leva à discussão de como têm sido pensados os atendimentos e as ações, referentes à prevenção de riscos sociais e violações de direitos na Região Represa, principalmente, nos territórios mais distantes e isolados.

Um dos pontos pensados pela equipe, no que se refere às propostas que visem à melhoria do acesso dessa população, consiste em ações locais de divulgação e orientações aos usuários a respeito da Política de Assistência Social no âmbito da Proteção Social Básica, na lógica de seus 3 serviços tipificados, sendo estes: PAIF, Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos e Serviço de PSB no Domicílio.

Destaca-se que, atualmente, a prevalência de ações e instrumentais burocráticos colocados pelas gestões estadual e federal da Política de Assistência Social dificulta o trabalho social. Nessa direção, a equipe de referência pontua a necessidade de se repensar o seu direcionamento, a partir da vivência do território e dos atendimentos diários, já que tais burocracias impõem exigências e condicionalidades incisivas e seletivas para inserção em Programas Sociais em vigência, e até mesmo para acesso a benefícios eventuais. Refletiu-se sobre o quanto algumas situações e critérios estabelecidos para acessar programas, serviços e benefícios, acabam por culpabilizar e reproduzir um cenário de violação e exclusão das famílias mais vulneráveis.

Ainda no âmbito da garantia de direitos pontua-se sobre a intensificação de demandas para acesso à renda e validação de direitos sociais. No que se refere à busca pelos serviços do INSS e Defensoria Pública, nota-se um afastamento do poder do Estado, no que diz respeito ao reconhecimento das dificuldades de acesso de famílias e indivíduos aos serviços prestados. Principalmente no período pandêmico (durante e pós), grande parte da população não tinha condições de acessar as tecnologias digitais exigidas para os novos formatos de acesso. Essas dificuldades geram muitas situações de exclusão, de modo que, muitos usuários são privados dos seus direitos, colocando-os em situação de vulnerabilidade de renda e sociais.

A equipe de referência do CRAS São Deocleciano observa o aumento do desemprego e do perfil de novas pessoas acessando o equipamento com demanda

para o Cadastro Único e benefícios socioassistenciais. Porém, percebem que as pessoas em idade economicamente ativa têm vergonha de acessar o CRAS, ocasionando faltas nos atendimentos agendados para inclusão no Cadastro Único. Tal situação pode ser reflexo do fato das pessoas ainda não entenderem o acesso à política pública de Assistência Social como direito social. Com isso, o CRAS possui um alto índice de desatualização do Cadastro Único.

Acerca das violações de direitos e riscos sociais que chamam a atenção no território há a existência de situações de violência e exploração sexual intergeracionais, relatadas por atores da rede e usuários do serviço. Nem sempre há a notificação formal dessas violações, dada a sua natureza específica, sendo esta uma violência, em grande parte, intrafamiliar, velada e também considerada um tabu para as famílias.

Ausências e potencialidades do território

As ausências identificadas no território perpassam por insuficiências na oferta de serviços públicos, tais como transporte público municipal nas estâncias e chácaras da zona rural, serviços especializados em saúde e contraturno escolar. São escassos os projetos destinados às crianças e adolescentes, com carência de vagas nos já existentes, bem como inexistência de oferta de vale-transporte e mobilidade para o acesso a estes projetos. Com relação à educação observa-se escassez de escolas municipais e estaduais e déficit de vagas nas existentes. Não há centros esportivos na Região, fato que corrobora para que a população local não acesse espaços que possam potencializar a convivência comunitária.

Identificou-se, ainda, a presença do trabalho informal, desemprego e acesso restrito às vagas de trabalho presentes, devido ao déficit de escolaridade da população. Há casos pontuais de uso e tráfico de drogas entre adolescentes em alguns pontos da Região, locomoção e mobilidade urbana prejudicada em decorrência de congestionamentos em horários de pico nas duas rodovias (Assis Chateaubriand e BR 153), por serem importantes passagens de entrada/saída para o território.

As potencialidades presentes são: projeto cultural Camerata Jovem Beethoven, projeto Maquininha do Futuro, a população idosa, que é atuante e participativa, a associação de moradores e líderes comunitários e o fato de ser uma Região produtiva do ponto de vista do desenvolvimento econômico.

9. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento do referido diagnóstico foi um momento propositivo para construção de processos de trabalho no SUAS, pois permitiu refletir e olhar para o território da Região Represa de diferentes formas e representações, visto que contou com a participação dos Departamentos de Vigilância Socioassistencial, Proteções Sociais Básica e Especial, por meio dos CRAS/CREAS/Centros de Convivência e Centro POP, Gestão do Trabalho, bem como a rede socioassistencial, intersetorial e comunitária do território.

A construção objetivou o mapeamento da Região Represa com intenção do levantamento de potencialidades, fragilidades e características deste espaço que, embora geograficamente delimitado, traz sua essência e subjetividades enquanto “chão”, com sua história, seu povo e suas crenças.

Identificou-se nesta proposta metodológica um território marcado pela pluralidade de sua população, suas diferenças tanto socioeconômicas quanto de extensão territorial, retratado por diferentes cenários. Em relação à habitação, é abundante em número condomínios residenciais de alto padrão e também composto por estâncias e chácaras de difícil acesso para os serviços, fato que reflete na não efetividade da atuação das políticas públicas.

Notam-se, em relação às potencialidades do território, experiências coletivas exitosas referentes à organização da rede comunitária e institucional no atendimento solidário à população. Destacam-se as atuações das instituições religiosas frente as demandas que, muitas das vezes, não são devidamente atendidas pelo Estado, principalmente, no período mais intenso da pandemia de COVID-19.

A Região da Represa abriga em sua extensão o cartão postal deste município, a Represa Municipal e destaca-se no âmbito do desenvolvimento socioeconômico. Constitui-se como território com ofertas de políticas públicas sociais, porém com necessidade de maior cobertura de atendimento e acesso em relação às políticas públicas de educação, esporte, cultura e Lazer.

Por fim, avalia-se que a construção do Diagnóstico Socioterritorial viabilizou espaço de escuta e respeito ao lugar de fala dos participantes que ali puderam expressar suas experiências, vivências e atuações de maneira a contribuir com este retrato vivo e pensante do território. Pode-se fortalecer, assim, a participação democrática dos trabalhadores e usuários do SUAS, na construção e direcionamento da Política de Assistência Social e viabilizar, também, o monitoramento dos serviços

ofertados, para identificação e encaminhamento no que tange às demandas de outras políticas públicas.

Assim, ao finalizar esse documento, constata-se a exigência de ampliar e estender as ações do SUAS, de modo igualitário, para todas as localidades do território. Fica evidente a importância de fomentar ações e criar estratégias para atender a população a partir das situações de vulnerabilidades e riscos sociais aqui identificadas, efetivando o caráter preventivo e proativo da Política de Assistência Social, assegurando as seguranças afiançadas à população usuária dos serviços socioassistenciais.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Cidadania. **Cadastro Único** [Internet]. Brasília: DF, Ministério da Cidadania, [2019]. Disponível em: http://www.cidadania.gov.br/servicos/cadastro-unico. Acesso em: 13 fev. 2022.

BRASIL. **Resolução nº 109, de 25 de novembro de 2009.** Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais. Ministério de Desenvolvimento Social. Brasília, DF, 2009. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/tipificacao.pdf. Acesso em: 15 jun. 2022.

BRASIL. **Ministério de desenvolvimento social e combate à fome.** Política Nacional de Assistência Social (PNAS) - Brasília, DF, 2004. Disponível em: < https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/PNAS2004.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2022.

BRASIL. **Ministério de desenvolvimento social e combate à fome.** Orientações Técnicas da Vigilância Socioassistencial. Brasília, DF, 2008. Disponível em: < https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/Orientacoes_Vigilancia.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2022.

FARIA, A. A. C.; FERREIRA NETO, P. S. **Ferramentas do diálogo - qualificando o uso das técnicas do DRP: diagnóstico rural participativo**. Brasília: MMA; IEB, 2006. Disponível em: < https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/1404522/mod_resource/content/0/Ferramentas%20do%20di%C3%A1logo%20guia_metodologico.pdf.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2022.

MOONEN, F. . A História esquecida dos ciganos no Brasil. **Saeculum - Revista de História**, *[S. l.]*, n. 2, p. 123-138, 1996. Disponível em: https://periodicos.ufpb.br/index.php/srh/article/view/11192. Acesso em: 5 jul. 2022.

SÃO JOSÉ DO RIO PRETO. Decreto nº 18.073, de 29 de junho de 2018. Institui a Divisão Geográfica da área do Município de São José do Rio Preto em Regiões e dá outras providências. **DHOJE**, São José do Rio Preto, SP, p.A-7, 30 de jun. de 2018. Disponível em: https://leismunicipais.com.br/SP/SAO.JOSE.DO.RIO.PRETO/DECRETO-18073-2018-SAO-JOSE-DO-RIO-PRETO-SP.pdf. Acesso em: 29 abr. 2020.

APÊNDICES

APÊNDICE 1 — Bairros e loteamentos que compõem a área de abrangência da Região Represa

O território de atuação é o seguinte: Condomínio Residencial Parque da Liberdade, Condomínio Residencial Parque da Liberdade II, Condomínio Residencial Parque da Liberdade III, Condomínio Residencial Parque da Liberdade IV, Condomínio Residencial Parque da Liberdade V, Condomínio Residencial Parque da Liberdade VI, Condomínio Village Damha Rio Preto I, Village Damha Rio Preto II, Village Damha Rio Preto III, Condomínio Village Rio Preto, Jardim Athenas, Jardim Barcelona, Parque Belvedere, Residencial Luz da Esperança, Conjunto Habitacional São Deocleciano, Jardim Anice, Jardim Jandira, Jardim Marambaia, Parque São Miguel, Recanto dos Eduardos, Residencial Santa Filomena, Residencial Vila Flora, Jardim Vista Alegre, Jardim Yolanda, Residencial Gaivota I, Gaivota II, Figueira I, Figueira II, Parque Residencial Damha I, Parque Residencial Damha II, Parque Residencial Damha III (Residencial Márcia), Parque Residencial Damha IV, Parque Residencial Damha V, Parque Residencial VI, Residencial Jardins, Condomínio Figueira I, Condomínio Figueira II, Residencial Helena, Condomínio São João I (Zona Rural), Condomínio São João II (Zona Rural), Estância Ivone (Zona Rural), Estância Santa Helena, Estância São Manoel, Jardim Leste, Recanto Feliz (Zona Rural), Recanto São Lucas (Zona Rural), Vila Cassini, Rios Di Itália, Condomínio Maria Júlia, Condomínio Giardino I e II, Residencial Village Imperial.

APÊNDICE 2 — Trabalhadores que participaram da discussão do mapa falado

- Helena Cristina Marangoni - Secretária Municipal de Assistência Social;
- Eliana Cristina Lechado - SEMAS;
- Tarciso Pansani - CRAS São Deocleciano - Coordenação;
- Kenia Renata Martins - AACIP Camerata Jovem Beethoven;
- Maria das Graças de Lima - AASD;
- Rosângela Márcia de Moraes - AASD;
- Larissa N. S. de Souza - Projeto Maquininha do Futuro;
- Edna Felix de Carvalho da Silva - UBSF São Deocleciano;
- Cristiane Ap. de Lima Vilela - UBSF São Deocleciano;
- Fabiane Ribeiro de Souza - CREAS I;
- Marinalva M. de Brito - Gerência PSB;
- Cláudia J. B. Franco - SEMAS;
- Bruno V. Carvalho - SEMAS;
- Viviane Maria Amaral - Gestão do Trabalho;
- Leila Nasser - Secretaria do Meio Ambiente;
- Ana Júlia Scaramelli Junqueira - CRAS São Deocleciano;
- Daniela Santos Flor - CRAS São Deocleciano;
- Paula Gabriela Batista - CRAS São Deocleciano;
- Geis de Oliveira Benevides - Vigilância Socioassistencial;
- Samira Fiorotto - CRAS São Deocleciano.

PARTE III

GLOSSÁRIO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL: Conceitos aplicados ao trabalho social

SUMÁRIO

Apresentação.....127
A.....128
Abrangência.....128
Acolhida.....128
Acolhida no Serviço.....128
Acolhida Particularizada.....128
Acolhida no Domicílio.....129
Acolhida em Grupo.....129
Ação Particularizada.....129
Ação Particularizada no domicílio.....130
Ação Comunitária.....130
Ação Indireta.....130
Ação não continuada.....130
Acolhimento institucional.....131
Acompanhamento Especializado.....131
Acompanhamento Familiar.....131
Acompanhamento familiar em grupo.....132
Acompanhamento familiar particularizado.....132
Acompanhamento psicossocial.....133
Articulação de rede (trabalho em rede).....133
Ato infracional.....133
B.....134
Benefício de Prestação Continuada (BPC).....134
Benefícios eventuais.....134
Busca ativa.....134
Busca ativa na Proteção Social Básica.....135
Busca ativa na Proteção Social Especial (Serviço Especializado em Abordagem Social) 135
C.....136
Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (Cadastro Único)..136

Carteira do idoso....136
Centro de Convivência da Família (CCF) 136
Centro de Convivência da Juventude (CCJ)....136
Centro de Convivência do Idoso (CCI) 137
Centro de Referência Especializado para Pessoas em Situação de Rua (Centro POP) 137
Centros de Referência de Assistência Social (CRAS)....137
Centro de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS)....137
Ciclo de vida....138
D....139
Demanda Reprimida....139
E....140
Encaminhamento....140
Estudo Social....140
F....141
Formas de acesso....141
G....142
Grupo....142
O....143
Oficinas....143
Oficina com famílias....143
P....144
Plano de Acompanhamento Familiar no PAIF....144
Plano de Acompanhamento Individual e/ou Familiar no PAEFI....144
Plano de Acompanhamento Individual e/ou Familiar no Serviço Especializado para População em Situação de Rua....144
Plano Individual de Atendimento (PIA) 145
Plano de Desenvolvimento do Usuário (PDU) 145
R....146
Risco Social....146
S....147
Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF)....147
Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)....147

Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas.....147
Serviço de Proteção e Atendimento Especializado às Famílias e Indivíduos (PAEFI).....148
Serviço Especializado em Abordagem Social.....148
Serviço de Proteção Social a adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC) 149
Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua.....149
V.....151
Violação de direitos.....151
Vulnerabilidade social.....151
REFERÊNCIAS.....153

APRESENTAÇÃO

O “Glossário da Assistência Social: conceitos aplicados ao trabalho social” produzido pela Secretaria Municipal de Assistência Social de São José do Rio Preto (SEMAS) é composto por conceitos-chave que aparecem de forma recorrente nas publicações mais representativas da área da Assistência Social.

O presente trabalho nasceu da necessidade de socializar e ao mesmo tempo buscar alinhar conceitos, na tentativa de oferecer uma fonte de consulta a todos os atores sociais do campo da assistência social. Nesse sentido, busca trazer para a reflexão alguns termos existentes em outros glossários ou documentos similares, dando a oportunidade de abrir alguns caminhos para dialogar com trabalhadores do SUAS, gestores, conselheiros, usuários, estudantes e demais interessados.

O conjunto de conceitos que integra este Glossário foi construído inicialmente a partir de uma primeira pesquisa conjunta iniciada em meados de 2015, com parte dos técnicos e técnicas da Secretaria, sobre os principais conceitos que apareciam no seu cotidiano profissional e nas suas leituras.

A SEMAS realizou *Oficinas para nivelamento de Conceitos* entre os anos de 2018 e 2019 com seus trabalhadores, visando a identificar os conceitos com entendimentos diversos. Por meio das Oficinas foi possível aprimorar a comunicação e o entendimento, bem como a definição conjunta de uma proposta de vocabulário comum a todos, tendo como base as legislações/normativas elaboradas pelo então Ministério da Cidadania e pela Política Nacional de Assistência Social. Os conceitos encontram-se definidos nesse Glossário e poderão ser retomados pelos trabalhadores, sempre que necessário.

Esta é uma publicação que resulta da atuação de muitos trabalhadores e trabalhadoras ao longo dos últimos anos e que avança na perspectiva de que todos e todas fazemos Proteção Social. O Departamento de Vigilância Socioassistencial sistematizou os materiais que haviam sido elaborados pelas equipes, respeitando o resultado de suas produções e elencou os principais conceitos utilizados no trabalho social. O documento apresenta os conceitos em ordem alfabética.

Eis um produto a serviço dos trabalhadores do SUAS e de uma política social que se estabelece enquanto direito do cidadão e dever do estado.

Helena Marangoni

Secretária de Assistência Social

A

Abrangência referência territorializada da procedência dos usuários e do alcance do serviço, delimitados de acordo com as especificidades de cada município (BRASIL, 2009a).

No ano de 2018, com base no decreto 18.037, São José do Rio Preto passou a ser dividida em 10 regiões: Bosque, Central, CEU, Cidade da Criança, HB, Pinheirinho, Represa, Schmitt, Talhado e Vila Toninho. O Decreto buscou padronizar e unificar as diferentes regiões da cidade, já que antes cada secretaria tinha sua própria divisão administrativa (SÃO JOSÉ DO RIO PRETO, 2019).

Acolhida constitui uma importante dimensão inerente ao trabalho social, compreendida sob duas perspectivas: 1-como ação/procedimento de acolhida, caracterizada pelo contato inicial das famílias/indivíduos com os serviços de assistência social, que envolve o recebimento dos usuários do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), em local com infraestrutura adequada e profissionais qualificados, e o direcionamento das suas demandas, contribuindo para a humanização do atendimento socioassistencial (BRASIL, 2011a). Tem como objetivo identificar as necessidades apresentadas pelas famílias e indivíduos, avaliar se realmente constitui situação a ser atendida e identificar demandas imediatas de encaminhamentos. Esse momento irá nortear as primeiras ações do profissional, bem como contribuirá para o início da construção de vínculo de referência e de confiança; 2- A postura acolhedora, ética e de respeito à dignidade e não-discriminação, afiançada pela segurança de acolhida, que deve nortear todas as ações na Assistência Social, na perspectiva do reconhecimento do usuário enquanto sujeito de direitos (BRASIL, 2011a, p. 59).

Acolhida no Serviço refere-se ao processo de acolhida que ocorre no espaço físico das unidades do SUAS. [...] é preciso garantir locais adequados, configurados para assegurar o bem-estar das famílias, ao expor suas demandas e vulnerabilidades, e para resguardar o sigilo das informações, devendo ocorrer, portanto, em uma sala de atendimento. Essa atividade, geralmente, é antecedida pela recepção da família na Unidade da rede socioassistencial (BRASIL, 2012, p. 22).

A acolhida no Serviço pode ser **particularizada** ou em **grupo**.

Acolhida Particularizada é o processo de acolhida de uma família, ou algum de seus membros, de modo particularizado. É o momento no qual o profissional

preenche ou atualiza o Prontuário da Família. Pode ocorrer no equipamento ou no domicílio da família (BRASIL, 2012, p. 22).

Acolhida no Domicílio consiste no processo de acolhida de uma família, ou de algum de seus membros, no seu próprio domicílio. Essa forma de acolhida deve ser utilizada em situações específicas, nas quais as famílias não respondem ao convite para comparecer à Unidade de Atendimento ou vivenciam situações de vulnerabilidade ou risco social e não procuram o Serviço. [...] deve ser pautada nos princípios de respeito à privacidade da família e da sua autonomia, tanto no que diz respeito à receptividade em seu domicílio, quanto à disponibilidade para responder às perguntas e para sua inserção nas demais ações dos Serviços Socioassistenciais [...] (BRASIL, 2012, pp. 22-23).

***Observação:** conforme definido na oficina de conceitos da SEMAS, para fins de relatório circunstanciado e Registro Mensal de Atendimentos (RMA) a visita domiciliar corresponde à soma da ação particularizada no domicílio e da acolhida no domicílio.

Acolhida em Grupo é o processo de acolhida realizado de modo coletivo (duas ou mais famílias). Utiliza-se como estratégia a formação de pequenos grupos de acolhida para: a) repasse de informações gerais sobre o Serviço; b) escuta das demandas gerais das famílias; c) compreensão dos impactos do território sobre tais demandas, e d) publicização e discussão de assuntos de interesse de um grande número de famílias ou da comunidade (informações sobre o Benefício de Prestação Continuada, Programa Bolsa Família, outras políticas públicas, inclusão produtiva etc.). [...] As acolhidas particularizadas e em grupo se complementam [...]. (BRASIL, 2012, p. 21)**.**

Conforme pactuado na oficina de conceitos da SEMAS, os conceitos foram validados da seguinte forma:

- A acolhida é a primeira ação realizada para a família nos Serviços;
- Em caso de mudança de território ocorrerá uma nova acolhida;
- A acolhida em Grupo não exclui a necessidade da realização da acolhida particularizada, nem impede a realização de acolhida particularizada.

Ação Particularizada refere-se ao atendimento prestado pela equipe técnica do equipamento à família - algum (ns) membro (s) ou todo o grupo familiar, após a

acolhida, de modo individualizado. A opção pela utilização de ações particularizadas [...] têm por princípio conhecer a dinâmica familiar mais aprofundadamente e prestar um atendimento mais específico à família (BRASIL, 2012, pp. 41-42)**.**

A ação particularizada pode ocorrer no **Serviço** ou no **domicílio**.

Ação Particularizada no domicílio é o processo de atendimento individualizado prestado à família em sua unidade domiciliar [...]. O deslocamento até o domicílio da família possibilita aos técnicos conhecer a realidade dos territórios, as formas de convivência comunitária e arranjos familiares - rol de informações muito importantes para adequar as ações do PAIF para o alcance do seu caráter preventivo e protetivo (BRASIL, 2012, p. 43)**.**

***Observação:** conforme definido na oficina de conceitos da SEMAS, para fins de relatório circunstanciado e Registro Mensal de Atendimentos (RMA) a visita domiciliar corresponde à soma da ação particularizada no domicílio e da acolhida no domicílio.

Ação Comunitária são ações de caráter coletivo, voltadas para a dinamização das relações no território. Possuem escopo maior que as oficinas com famílias, por mobilizar um número maior de participantes, e devem agregar diferentes grupos do território a partir do estabelecimento de um objetivo comum (BRASIL, 2012, p. 37)**.**

São exemplos de ações comunitárias as palestras, campanhas, eventos comunitários e mobilizações (BRASIL, 2012).

Ação Indireta de acordo com a oficina de conceitos realizada pela SEMAS, consiste em toda ação realizada indiretamente, quando não se está pessoalmente diante do usuário do Serviço: articulação com a rede, reunião para discussão de caso, contato telefônico, elaboração de relatório, dentre outras ações elencadas por cada Serviço.

Ação não continuada de acordo com a oficina de conceitos realizada pela SEMAS, consiste no atendimento pontual ao usuário/pessoa. Após a avaliação técnica é compreendido que não se apresenta demanda de atendimento para a política de assistência social naquele momento. Utilizada para casos específicos e excepcionais, por exemplo: pessoa tem casa no território (herança), mora em outro município e foi pedir orientação no Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) sobre inventário; idoso aposentado procurou o CRAS para o benefício de tarifa social, não possui critérios e não apresenta vulnerabilidades que demandem outros

atendimentos; pessoa procurou para informações a respeito do programa minha casa minha vida, não possui critérios e não apresenta vulnerabilidades que demandem outros atendimentos.

Acolhimento institucional Serviço inserido no escopo da Proteção Social Especial de Alta Complexidade.

Acolhimento em diferentes tipos de equipamentos, destinado a famílias e/ou indivíduos com vínculos familiares e comunitários rompidos ou fragilizados, a fim de garantir proteção integral (BRASIL, 2009b, p. 44).

Deve ofertar, em consonância aos princípios e diretrizes do SUAS, condições para alimentação, higiene, respeito à individualidade e autonomia. As unidades de acolhimento são classificadas de acordo com o público. Para crianças e adolescentes: casa-lar e abrigo institucional; para adultos e famílias o abrigo institucional e casa de passagem; para mulheres em situação de violência o abrigo institucional; para jovens e adultos com deficiência as residências inclusivas e para idosos a casa-lar e o abrigo institucional (Instituição de Longa Permanência para Idosos - ILPI) (BRASIL, 2009b, p. 49-50).

Acompanhamento Especializado no âmbito do Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI) compreende atendimentos continuados e uma gama de possibilidades para seu desenvolvimento, segundo as demandas e especificidades de cada situação (atendimentos individuais, familiares e em grupo; orientação jurídico-social; visitas domiciliares, etc.). Proporciona espaço de escuta qualificada e reflexão, além de suporte social, emocional e jurídico-social às famílias e aos indivíduos acompanhados, visando ao empoderamento, enfrentamento e construção de novas possibilidades de interação familiares e com o contexto social (BRASIL, 2011a, p. 60).

Acompanhamento Familiar no âmbito do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) e de acordo com o artigo 20 do Protocolo de Gestão Integrada de Serviços, Benefícios e Transferências de Renda no âmbito do SUAS, o acompanhamento familiar consiste no desenvolvimento de intervenções desenvolvidas em serviços continuados, com objetivos estabelecidos, que possibilite à família o acesso a um espaço onde possa refletir sobre sua realidade, construir novos projetos de vida e transformar suas relações - sejam elas familiares ou comunitárias.

Comporta, portanto, um conjunto variado de ações, que devem ser planejadas e executadas pelos profissionais do SUAS, com participação ativa da família. O acompanhamento é destinado às famílias que apresentam situações de vulnerabilidades, que requerem a proteção da assistência social para garantia de seus direitos socioassistenciais, acesso aos direitos sociais e ampliação de sua capacidade protetiva, demandando, para isso, uma atenção diferenciada, um olhar mais atento dos profissionais do CRAS, na medida em que essas situações vivenciadas, caso não sofram imediata intervenção profissional, podem tornar-se risco social e/ou violação de direitos (BRASIL, 2012).

Acompanhamento familiar em grupo o processo de acompanhamento familiar em grupo é indicado para responder situações de vulnerabilidades vivenciadas pelas famílias com forte incidência no território. Neste sentido, faz-se necessário realizar um bom diagnóstico socioterritorial - conhecer suas vulnerabilidades e potencialidades e sua incidência, de modo a constituir grupos de famílias com afinidades, necessidades e características similares, de forma a efetivar seu acompanhamento, tornando-o um processo de compartilhamento de experiências entre os participantes, de reflexão sobre a realidade, de acesso à informação sobre direitos, de apoio à família em sua função protetiva e de construção de projetos de vida que possibilitem ampliação dos direitos sociais. A formação de um grupo é marcada pela inserção de seus participantes na sociedade, pelas determinações econômicas, sociais e culturais. Assim, a técnica de trabalho em grupo é mais do que a junção de várias pessoas para conversar sobre um tema ou repassar informações. Requer a existência, entre seus participantes, de uma interação social e algum tipo de vínculo. Pode-se dizer que a passagem da condição de agrupamento para a de um grupo, consiste na transformação de interesses comuns para a de interesses em comum (BRASIL, 2012, p. 70-71).

Acompanhamento familiar particularizado deve ser proposto às famílias em situações de vulnerabilidades, em condições desfavoráveis para acompanhamento em grupo: seja porque a família demanda uma atenção imediata, por risco de retornar à situação de extrema pobreza ou recair em risco social; nos casos em que a família tem dificuldades de se deslocar até o CRAS; por necessidade de proteção a algum de seus membros; quando a família não se sente à vontade para participar do acompanhamento em grupo; quando a situação demanda sigilo; ou quando seus horários são incompatíveis com os do(s) grupo(s) (BRASIL, 2012, p.75).

Acompanhamento psicossocial de acordo com revisão bibliográfica realizada por meio da oficina de conceitos da Semas diz respeito à atuação conjunta de profissionais cujo objetivo é direcionar a ação de maneira mais abrangente com conhecimentos e habilidades específicas de diferentes áreas [...]. Exige frequência e sistematização dos atendimentos, utilizando-se de diferentes metodologias e instrumentais. Nessa intervenção o foco está em conhecer o indivíduo e/ou família identificando demandas explícitas e implícitas levando em conta seu contexto social, cultural, a rede que acessa e/ou conta, as dificuldades vivenciadas, expectativas dentre outros aspectos. É também o espaço onde será possível estabelecer vínculo, favorecendo uma relação de discussão e reflexão sobre as dificuldades encontradas no cotidiano, promovendo o fortalecimento de potenciais e autonomia, mantendo um olhar para os aspectos que constituem fenômenos sociais e interferem na vida de indivíduos, famílias e grupos (BRASIL, 2013, p. 68).

Articulação de rede (trabalho em rede) é o processo pelo qual se cria e mantém conexões entre diferentes organizações, a partir da compreensão do seu funcionamento, dinâmicas e papel desempenhado, de modo a coordenar interesses distintos e fortalecer os que são comuns (BRASIL, 2009a, p. 21).

Ato infracional de acordo com as disposições gerais do Capítulo I do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) "Art. 103. Considera-se ato infracional a conduta descrita como crime ou contravenção penal; Art. 104. são penalmente inimputáveis os menores de dezoito anos, sujeitos às medidas previstas nesta Lei" (BRASIL, 1990, p. 3568).

O Art. 112 do ECA versa sobre as medidas socioeducativas, que é aplicada aos adolescentes quando verificada a prática de ato infracional (BRASIL, 1990).

B

Benefício de Prestação Continuada (BPC) garantia de um salário mínimo mensal à pessoa com deficiência e ao idoso com 65 (sessenta e cinco) anos ou mais, que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção e nem de tê-la provida por sua família, considera-se o critério de renda per capita de ¼ de salário mínimo para essa avaliação. O benefício é gerido pelo Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome e operacionalizado pelo INSS. Os recursos para custeio do BPC provêm do Fundo Nacional de Assistência Social - Ministério do Desenvolvimento Social (BRASIL, 1993).

Benefícios eventuais são um tipo de proteção social que se caracteriza por sua oferta de natureza temporária para prevenir e enfrentar situações provisórias de vulnerabilidade decorrentes ou agravadas por nascimentos, mortes, vulnerabilidades temporárias e calamidades. [...]. Concedidos em forma de pecúnia, bens ou serviços, buscando garantir as seguranças sociais de acolhida, convívio e sobrevivência aos indivíduos e às famílias, com impossibilidade temporária de arcar, por conta própria, com o enfrentamento de situações de vulnerabilidade decorrentes ou agravadas por contingências que causam danos, perdas e riscos, desprotegendo e fragilizando a manutenção e o convívio entre as pessoas (BRASIL, 2018, p. 16).

As Orientações Técnicas para Benefícios Eventuais no SUAS irão tratar de cada benefício eventual, inclusive os que historicamente relacionam-se à Assistência Social, mas são de responsabilidade de outras políticas públicas.

Busca ativa é utilizada como ferramenta de gestão e estratégia de aproximação às famílias para processo de inserção nos programas e serviços ofertados na rede socioassistencial. É definida como uma procura de informações por meio do deslocamento das equipes de referência ao território e tem como objetivo identificar as situações de vulnerabilidade e risco social para ampliar o conhecimento e a compreensão da realidade social, bem como as [...] “potencialidades e recursos culturais, econômicos, sociais e políticos” do território, as redes sociais de apoio e as necessidades de articulação da rede socioassistencial para a efetividade da proteção social. Portanto, envolve as equipes de referência, o território e as decisões da gestão. (BRASIL, 2009a, p.30).

Conforme pactuado na oficina de conceitos da SEMAS, serão consideradas:

Busca ativa na Proteção Social Básica é o deslocamento da equipe ao território para buscar famílias que não tem prontuário e famílias que tem prontuário, mas se encontra sem nenhum registro de atendimento, por um ano e meio (18 meses);

Busca ativa na Proteção Social Especial (Serviço Especializado em Abordagem Social) é a identificação da incidência de trabalho infantil, exploração sexual de crianças e adolescentes, situação de rua, dentre outras situações de violação de direitos;

Na operacionalização não será considerado como busca ativa: contato telefônico ou meio eletrônico, correspondência e para famílias que tem prontuário com registro de atendimento a menos um ano e meio (18 meses).

C

Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (Cadastro Único) é um instrumento que identifica e caracteriza as famílias de baixa renda, permitindo que o governo conheça melhor a realidade socioeconômica dessa população. Nele são registradas informações como: características da residência, identificação de cada pessoa, escolaridade, situação de trabalho e renda, entre outras. Desde 2003, o Cadastro Único se tornou o principal instrumento do Estado brasileiro para a seleção e a inclusão de famílias de baixa renda em programas federais, sendo utilizado obrigatoriamente para a concessão dos benefícios do Programa Bolsa Família, da Tarifa Social de Energia Elétrica, do Programa Minha Casa Minha Vida, entre outros. Também pode ser usado para a seleção de beneficiários de programas ofertados pelos governos estaduais e municipais. Por isso, ele funciona como uma porta de entrada para as famílias acessarem diversas políticas públicas. A execução do Cadastro Único é de responsabilidade compartilhada entre o governo federal, os estados, os municípios e o Distrito Federal. Em nível federal, o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome é o gestor responsável, e a Caixa Econômica Federal é o agente operador que mantém o Sistema de Cadastro Único. O Cadastro Único está regulamentado pelo Decreto nº 6.135, de 26 de junho de 2007, e outras normas (BRASIL, 2019a).

Carteira do idoso é o instrumento de comprovação para que o idoso tenha acesso gratuito ou desconto de, no mínimo, 50% no valor das passagens interestaduais, de acordo com o Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741/03). Além do Número de Identificação Social - NIS, a carteira dos Idosos traz informações de identificação do idoso e do município em que ele mora e a foto. [...] é fornecida somente para idosos com mais de 60 anos que não possuem meios de comprovação de renda e que recebam até dois salários mínimos (BRASIL, 2019b).

Centro de Convivência da Família (CCF) unidade pública municipal da Proteção Social Básica destinada à prestação de Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos a toda a família, de acordo com as faixas etárias contidas na Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (BRASIL, 2009b).

Centro de Convivência da Juventude (CCJ) unidade pública municipal da Proteção Social Básica destinada à prestação de Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos a adolescentes e jovens de 12 a 29 anos.

Centro de Convivência do Idoso (CCI) unidade pública municipal da Proteção Social Básica destinada à prestação de Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos à população idosa residente no município a partir dos 60 anos.

Centro de Referência Especializado para Pessoas em Situação de Rua (Centro POP) unidade pública municipal destinada à prestação de serviço ofertado para pessoas que utilizam as ruas com espaço de moradia e/ou sobrevivência. Tem a finalidade de assegurar atendimento e atividades direcionadas para o desenvolvimento de sociabilidades, na perspectiva de fortalecimento de vínculos interpessoais e/ou familiares que oportunizem a construção de novos projetos de vida. (BRASIL, 2009b, p. 40).

Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) [...] Dada sua capilaridade nos territórios, caracteriza-se como a principal porta de entrada do SUAS [...]. O CRAS é uma unidade de proteção social básica do SUAS, que tem por objetivo prevenir a ocorrência de situações de vulnerabilidades e riscos sociais nos territórios, por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários e da ampliação do acesso aos direitos de cidadania (BRASIL, 2009a, p.9).

O município de São José do Rio Preto possui treze CRAS:

Antunes, Centro, Eldorado, Jardim Belo Horizonte, João Paulo II, Lealdade e Amizade, Novo Mundo, Parque da Cidadania Santo Antônio, São Deocleciano, Schmitt, Solo Sagrado e Vila Toninho.

Centro de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS) unidade pública e estatal, de abrangência municipal ou regional. Oferta, obrigatoriamente, o Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a famílias e indivíduos (PAEFI) (BRASIL, 2011a, p. 20).

Responsável pela oferta de atenções especializadas de apoio, orientação e acompanhamento a indivíduos e famílias com um ou mais membros em situação de ameaça ou violação de direitos. Os objetivos são: fortalecer as redes sociais de apoio à família; contribuir no combate a estigmas e preconceitos; assegurar proteção social imediata e atendimento interdisciplinar às pessoas em situação de violência visando à sua integridade física, mental e social; prevenir o abandono e a institucionalização; fortalecer os vínculos familiares e a capacidade protetiva da família (BRASIL, 2011a).

No município de São José do Rio Preto existem dois CREAS, sendo CREAS I e CREAS II, e as equipes são divididas por região como forma de fortalecer as articulações com o território:

CREAS I - Bosque, Central, HB, Represa, Schmitt, Talhado e Vila Toninho;

CREAS II - CEU, Cidade da Criança e Pinheirinho.

Executam o PAEFI e o Serviço de Proteção Social a adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC).

Ciclo de vida etapas do desenvolvimento do ser humano como infância, adolescência, juventude, idade adulta e das pessoas idosas bem como o desenvolvimento familiar, marcado, por exemplo, pela união dos parceiros, separação, recasamento, nascimento e desenvolvimento dos filhos e netos, morte e outros eventos (BRASIL, 2006).

D

Demanda Reprimida conforme pactuado na oficina de conceitos da SEMAS é quando o usuário atende aos critérios para o acesso ao serviço e/ou benefício, contudo, não é possível sua efetivação.

Na operacionalização não serão considerados como demanda reprimida: demandas de outras políticas públicas trazidas pelo usuário; usuários que não atendam aos critérios de programas, serviços e benefícios do governo estadual/federal. Segundo Silva (2009) a demanda reprimida ocorre quando a oferta do serviço prestado é inferior ao serviço existente, ou seja, quando o usuário possui critério para acesso, procura o serviço/benefício da Política de Assistência Social e a unidade não consegue atender ou por deficiência da própria unidade ou por impedimento do próprio usuário.

E

Encaminhamento é o processo de orientação e direcionamento das famílias, ou algum de seus membros, para serviços e/ou benefícios socioassistenciais ou de outros setores. Tem por objetivo a promoção do acesso aos direitos e a conquista da cidadania. Os Encaminhamentos no âmbito do SUAS pressupõem contatos prévios e posteriores da equipe técnica dos serviços e o estabelecimento de fluxos, de forma a possibilitar a efetivação do encaminhamento, garantir o retorno da informação e o efetivo atendimento e inclusão da família. Deve ser formalizado por meio de algum tipo de documento ou formulário que possa ser entregue ao usuário e à usuária e/ou enviado para a outra unidade. O documento de encaminhamento deve, no mínimo, identificar a pessoa encaminhada, a unidade de origem, a unidade de destino e o motivo do encaminhamento. Tal documento também deve ter a identificação do profissional que o fez (BRASIL, 2012, p.44-47).

Estudo Social conforme documento produzido na oficina de conceitos da SEMAS é realizado pelos profissionais de nível superior dos CRAS, CREAS e CENTRO POP por meio de entrevista, visita domiciliar, observação, instrumental de vulnerabilidade social, entre outros. Conforme as Orientações PAIF vol. 2 é a análise tecnicamente qualificada sobre a família, determinante para explicitar a necessidade de inserção da família no atendimento ou no acompanhamento familiar. Neste momento, os profissionais responsáveis deverão, em conjunto com as famílias: enumerar as situações de vulnerabilidade social vivenciadas, buscando compreender suas origens e consequências; identificar as potencialidades e recursos que as famílias possuem; identificar/reconhecer as características e especificidades do território que influenciam e/ou determinam as situações de vulnerabilidade vivenciadas pelas famílias. O estudo social da situação familiar constitui momento de compreensão da realidade vivenciada pelas famílias, bem como de afirmação da assistência social como direito de cidadania e dever do Estado (BRASIL, 2012, p.18).

F

Formas de acesso de acordo com revisão bibliográfica realizada pela oficina de conceitos da SEMAS os usuários têm acesso a serviços e ações ofertados pela política de assistência social, em geral, por demanda espontânea, busca ativa, encaminhamentos da rede socioassistencial e/ou encaminhamentos de serviços das demais políticas públicas. Os serviços de Proteção Social Especial, pela sua especificidade de atendimento, são acessados também por encaminhamentos dos serviços de proteção, incluindo o serviço de abordagem social e dos demais órgãos do Sistema de Garantia de Direitos (BRASIL, 2009b).

G

Grupo de acordo com revisão bibliográfica realizada pela oficina de conceitos da SEMAS, na concepção de Pichon-Rivière, o grupo apresenta-se como instrumento de transformação da realidade, e seus integrantes passam a estabelecer relações grupais que vão se constituindo, na medida em que começam a partilhar objetivos comuns, a ter uma participação criativa e crítica e a poder perceber como interagem e se vinculam (BASTOS, 2010, p. 164).

[...] é através do reunir-se com um grupo de semelhantes (reunião de duas ou mais pessoas que desempenham determinados papéis sociais em torno de uma tarefa que lhes diz respeito) que os indivíduos podem analisar e compreender os fenômenos sociais, os quais estão intimamente ligados ao modo de produção capitalista, tendo assim condições de reivindicar seus direitos perante a sociedade (SILVA; GUEDES, 2015, p. 184).

O acompanhamento em grupo ocorre quando os objetivos a serem atingidos forem de **longo prazo**, ou seja, demandam um processo de caráter continuado e planejado, por período de tempo determinado, no qual há, a partir de vulnerabilidades, demandas e potencialidades apresentadas pela família e a definição dos objetivos a serem alcançados. O processo de acompanhamento familiar em grupo é indicado para responder **situações de vulnerabilidades** vivenciadas pelas famílias; quando o foco for a garantia das seguranças afiançadas pela política de assistência social e a promoção do acesso das famílias aos seus direitos, com vistas ao fortalecimento da capacidade protetiva da família, a partir das respostas do Estado para sua proteção social. Observação: uma família que participa de uma oficina pode demandar inserção em processo de acompanhamento familiar (Brasil, 2012, p. 75).

O

Oficinas [...] consistem em atividades de esporte, lazer, arte e cultura no âmbito do grupo do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV). Também é possível realizar atividades recreativas [...]. Essas atividades podem ser resultado, inclusive, de articulações intersetoriais no âmbito municipal e do Distrito Federal. [...] Vale destacar, entretanto, que as oficinas, as palestras e as confraternizações eventuais, por si só, não constituem o SCFV, são estratégias para tornar os encontros dos grupos atrativos e, com isso, dialogar com o planejamento dos percursos, com os temas abordados junto aos usuários e com os objetivos a serem alcançados nos grupos. São atividades utilizadas como recursos para discutir assuntos apresentados pelos componentes dos grupos; para reunir a família num momento festivo - com lanches, músicas e brincadeiras - para proporcionar a interação entre diversas gerações familiares e com os demais sujeitos do território (BRASIL, 2017a, p. 75).

Oficina com famílias de acordo com revisão bibliográfica realizada pela oficina de conceitos da SEMAS consiste na realização de encontros previamente organizados, com objetivos de curto prazo a serem atingidos com um conjunto de famílias, por meio de seus responsáveis ou outros representantes, sob a condução de técnicos de nível superior da equipe (BRASIL, 2012). As oficinas com famílias devem buscar articular diversas dimensões que propiciam a mudança social por meio da transformação das crenças, práticas, relações dos sujeitos sociais e nível de participação social das famílias, utilizando-se da informação com ênfase na reflexão, na convivência e na ação (BRASIL, 2012, p.35).

P

Plano de Acompanhamento Familiar no PAIF de acordo com revisão bibliográfica realizada pela oficina de conceitos da SEMAS, no âmbito dos serviços ofertados no CRAS, através do PAIF, consiste no planejamento conjunto entre a(s) família(s) e profissional do acompanhamento familiar, imprescindível para o alcance dos objetivos desse processo. No Plano devem ser descritas: as demandas e necessidades da(s) família(s); as vulnerabilidades a serem superadas; as potencialidades que o(s) grupo(s) familiar(es) possui(em) e que devem ser fortalecidas, a fim de contribuir nas respostas às vulnerabilidades apresentadas pela(s) família(s); os recursos que o território possui que podem ser mobilizados na superação das vulnerabilidades vivenciadas pela(s) família(s); as estratégias a serem adotadas pelos profissionais e família(s) no processo de acompanhamento familiar; os compromissos da(s) família(s) e dos técnicos (enquanto representantes do Estado) no processo de superação das vulnerabilidades; o percurso proposto para o acompanhamento [...] (BRASIL, 2012, p.67-68).

Plano de Acompanhamento Individual e/ou Familiar no PAEFI no âmbito dos serviços ofertados no CREAS é necessário que para cada família/ indivíduo, seja traçado o Plano de Acompanhamento. Nesse instrumento, faz-se necessário o apontamento de objetivos, estratégias e recursos que possam contribuir para o trabalho social, considerando as particularidades e o protagonismo de cada família e indivíduo. Construído gradualmente e de forma participativa ao longo da vinculação e acompanhamento, deve ser continuamente revisto pela equipe. O Plano tem a função de, instrumentalmente, organizar a atuação interdisciplinar no CREAS, delineando, operacional e metodologicamente, o caminho a ser seguido por todos os profissionais, possibilitando o monitoramento e a avaliação dos resultados alcançados com os usuários. Portanto, é fundamental garantir a sua dinamicidade, reformulações e aprimoramento, baseados nas intervenções realizadas, nos resultados alcançados e no processo vivenciado por cada indivíduo ou família (BRASIL, 2011a, p. 69).

Plano de Acompanhamento Individual e/ou Familiar no Serviço Especializado para População em Situação de Rua constitui importante instrumento de trabalho e tem a função de organizar a atuação interdisciplinar da equipe[4] e delinear, operacionalmente e metodologicamente, o caminho a ser seguido

[4] No âmbito do Serviço ofertado pelo Centro Pop.

por todos os profissionais, possibilitando o monitoramento e a avaliação dos resultados alcançados. Importante destacar que o Plano de Acompanhamento precisa envolver a participação protagonista dos usuários nesse processo, que deve considerar a realidade de vida e a singularidade de cada sujeito e família acompanhados. Por meio de metodologia participativa, o Plano deve ser construído gradualmente, desde o momento da acolhida inicial, e ser reavaliado continuamente ao longo do acompanhamento no Serviço, considerando o processo de cada família ou indivíduo atendido. É necessário, portanto, que seja flexível, dinâmico e repactuado sempre que necessário (BRASIL, 2011b, p. 83-84).

Plano Individual de Atendimento (PIA) está previsto na Lei do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), que estabelece a obrigatoriedade de sua elaboração na execução das medidas socioeducativas, definindo-o como "instrumento de previsão, registro e gestão das atividades a serem desenvolvidas com o adolescente". [...] O PIA é um instrumento de planejamento que deve ser pactuado entre o técnico e o adolescente, envolvendo a sua família e as demais políticas setoriais, conforme os objetivos e as metas consensuadas na sua elaboração. Deve ser utilizado como ferramenta para a convergência das ações intersetoriais, estabelecendo objetivos e metas a serem cumpridas pelo adolescente (BRASIL, 2016, p.59).

Plano de Desenvolvimento do Usuário (PDU) é um instrumento técnico de acompanhamento e desenvolvimento do usuário, que corresponde ao planejamento particularizado do acompanhamento de cada usuário a partir de suas demandas, singularidades e dos objetivos a serem alcançados. O PDU estrutura o trabalho social do Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio, com cada usuário e sua família. É elaborado a partir do conhecimento de contextos, consensos, combinados, compromisso e responsabilidades assumidas de ambas as partes: Serviço, usuário, cuidador (a) e família - também as redes de apoio existentes no território. No caso de o usuário morar sozinho, é necessário consensuar com ele (a) o envolvimento da família na elaboração do PDU, essa atitude traduz-se em respeito à sua autonomia (BRASIL, 2017b, p. 91).

R

Risco Social de acordo com revisão bibliográfica realizada por meio da oficina de conceitos da SEMAS relaciona-se à possibilidade da ocorrência de um evento na vida de um indivíduo ou de uma família, expressando-se pela suspeita ou por episódios de violência, abandono, negligência, abuso e exploração sexual, situação de rua, trabalho infantil, ato infracional, etc. (BRASIL, 2011a). As situações de vulnerabilidades sociais podem ser agravadas, transformar-se em situação de risco e/ou violação de direitos (BRASIL, 2012).

S

Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) deve ser executado exclusivamente pelos CRAS e consiste no trabalho social com famílias, de caráter continuado, com a finalidade de fortalecer a função protetiva das famílias, prevenir a ruptura dos seus vínculos, promover seu acesso e usufruto de direitos e contribuir na melhoria de sua qualidade de vida. Prevê o desenvolvimento de potencialidades e aquisições das famílias e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, por meio de ações de caráter preventivo, protetivo e proativo. O trabalho social do PAIF deve utilizar-se também de ações nas áreas culturais para o cumprimento de seus objetivos, de modo a ampliar universo informacional e proporcionar novas vivências às famílias usuárias do serviço. As ações não devem possuir caráter terapêutico (BRASIL, 2009b, p. 12). As ações que compõem o Trabalho Social com Famílias do PAIF são: acolhida, oficinas com famílias, ações comunitárias, ações particularizadas e encaminhamentos (BRASIL, 2012).

Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) Serviço realizado em grupos, organizado a partir de percursos, de modo a garantir aquisições progressivas aos seus usuários**,** de acordo com o seu ciclo de vida, a fim de complementar o trabalho social com famílias e prevenir a ocorrência de situações de risco social. Forma de intervenção social planejada que cria situações desafiadoras, estimula e orienta os usuários na construção e reconstrução de suas histórias e vivências individuais e coletivas, na família e no território. Organiza-se de modo a ampliar trocas culturais e de vivências, desenvolver o sentimento de pertença e de identidade, fortalecer vínculos familiares e incentivar a socialização e a convivência comunitária. Possui caráter preventivo e proativo, pautado na defesa e afirmação dos direitos e no desenvolvimento de capacidades e potencialidades, com vistas ao alcance de alternativas emancipatórias para o enfrentamento da vulnerabilidade social (BRASIL, 2009b, p. 16).

Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas O serviço tem por finalidade a prevenção de agravos que possam provocar o rompimento de vínculos familiares e sociais dos usuários. Visa a garantia de direitos, o desenvolvimento de mecanismos para a inclusão social, a equiparação de oportunidades e a participação e o desenvolvimento da autonomia das pessoas com deficiência e idosas, a partir de suas necessidades e potencialidades individuais e sociais, prevenindo a situação de risco, a exclusão e o

isolamento. O serviço deve contribuir com a promoção do acesso de pessoas com deficiência e pessoas idosas aos serviços de convivência e fortalecimento de vínculos e a toda rede socioassistencial, aos serviços de outras políticas públicas, entre elas educação, trabalho, saúde, transporte especial e programas de desenvolvimento de acessibilidade, serviços setoriais e de defesa de direitos e programas especializados de habilitação e reabilitação. Desenvolve ações extensivas aos familiares, de apoio, informação, orientação e encaminhamento, com foco na qualidade de vida, exercício da cidadania e inclusão na vida social, sempre ressaltando o caráter preventivo do serviço (BRASIL, 2009b, p. 25).

Serviço de Proteção e Atendimento Especializado às Famílias e Indivíduos (PAEFI) Deve ser executado exclusivamente pelos CREAS, sendo um serviço de apoio, orientação e acompanhamento a famílias com um ou mais de seus membros em situação de ameaça ou violação de direitos. Compreende atenções e orientações direcionadas para a promoção de direitos, a preservação e o fortalecimento de vínculos familiares, comunitários e sociais e para o fortalecimento da função protetiva das famílias diante do conjunto de condições que as vulnerabilizam e/ou as submetem a situações de risco pessoal e social. São usuários do Serviço famílias e indivíduos que vivenciam violações de direitos por ocorrência de: violência física, psicológica e negligência; violência sexual (abuso e/ou exploração sexual); afastamento do convívio familiar devido à aplicação de medida socioeducativa ou medida de proteção; tráfico de pessoas; situação de rua e mendicância; abandono; vivência de trabalho infantil; discriminação em decorrência da orientação sexual e/ou raça/etnia; outras formas de violação de direitos decorrentes de discriminações/submissões a situações que provocam danos e agravos a sua condição de vida e os impedem de usufruir autonomia e bem estar; descumprimento de condicionalidades do Programa Bolsa Família em decorrência de violação de direitos (BRASIL, 2009b, p. 29).

Serviço Especializado em Abordagem Social Serviço ofertado, de forma continuada e programada, com a finalidade de assegurar trabalho social de abordagem e busca ativa que identifique, nos territórios, a incidência de trabalho infantil, exploração sexual de crianças e adolescentes, situação de rua, dentre outras. Deverão ser consideradas praças, entroncamento de estradas, fronteiras, espaços públicos onde se realizam atividades laborais, locais de intensa circulação de pessoas e existência de comércio, terminais de ônibus, trens, metrô e outros. O Serviço deve

buscar a resolução de necessidades imediatas e promover a inserção na rede de serviços socioassistenciais e das demais políticas públicas na perspectiva da garantia dos direitos (BRASIL, 2009b, p. 31).

Serviço de Proteção Social a adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC) O Serviço tem por finalidade prover a atenção socioassistencial e acompanhamento a adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto, determinadas judicialmente. Deve contribuir para o acesso a direitos e para a ressignificação de valores na vida pessoal e social dos adolescentes e jovens. Para a oferta do serviço faz-se necessário a observância da responsabilização face ao ato infracional praticado, cujos direitos e obrigações devem ser assegurados de acordo com as legislações e normativas específicas para o cumprimento da medida (BRASIL, 2009b, p. 34).

De acordo com o ECA, Art. 117. A prestação de serviços comunitários consiste na realização de tarefas gratuitas de interesse geral, por período não excedente a seis meses, junto a entidades assistenciais, hospitais, escolas e outros estabelecimentos congêneres, bem como em programas comunitários ou governamentais.

Parágrafo único. As tarefas serão atribuídas conforme as aptidões do adolescente, devendo ser cumpridas durante jornada máxima de oito horas semanais, aos sábados, domingos e feriados ou em dias úteis, de modo a não prejudicar a frequência à escola ou à jornada normal de trabalho (BRASIL, 1990).

De acordo com o ECA, Art. 118. A liberdade assistida será adotada sempre que se afigurar a medida mais adequada para o fim de acompanhar, auxiliar e orientar o adolescente.

§ 1º A autoridade designará pessoa capacitada para acompanhar o caso, a qual poderá ser recomendada por entidade ou programa de atendimento.

§ 2º A liberdade assistida será fixada pelo prazo mínimo de seis meses, podendo a qualquer tempo ser prorrogada, revogada ou substituída por outra medida, ouvidos o orientador, o Ministério Público e o defensor (BRASIL, 1990).

Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua Serviço Executado pelo Centro Pop, é um serviço ofertado para pessoas que utilizam as ruas como espeço de moradia e/ou sobrevivência. Tem a finalidade de assegurar atendimento e atividades direcionadas para o desenvolvimento de sociabilidades, na

perspectiva de fortalecimento de vínculos interpessoais e/ou familiares que oportunizem a construção de novos projetos de vida (BRASIL, 2009b, p. 40).

V

Violação de direitos de acordo com revisão bibliográfica realizada por meio da oficina de conceitos da Semas constitui-se como a transgressão dos direitos fundamentais, compostos pelo direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, garantidos pela Constituição Federal de 1988, em seu art. 5º. As violações de direitos constituem fenômenos de causas multifatoriais, não podendo ser compreendidas, portanto, apenas como resultantes da desigualdade social e da pobreza. Além disso, podem ser analisadas pela ótica do não acesso às vias de restituição dos direitos violados, ou seja, no não acesso ao exercício pleno da cidadania (ASSIS, FONSECA, FERRO, 2018). De acordo com a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (BRASIL, 2009) as famílias e indivíduos vivenciam violações de direitos por ocorrência de violências (física, psicológica, negligência e sexual), afastamento do convívio familiar devido à aplicação de medida socioeducativa ou medida de proteção, tráfico de pessoas, situação de rua, abandono, vivência de trabalho infantil, discriminação em decorrência da orientação sexual e/ou raça/etnia, outras formas de violação de direitos decorrentes de discriminações/submissões a situações que provocam danos e agravos a sua condição de vida e os impedem de usufruir autonomia e bem estar, descumprimento de condicionalidades do Programa Bolsa Família PBF em decorrência de violação de direitos.

Vulnerabilidade social de acordo com revisão bibliográfica realizada por meio da oficina de conceitos da SEMAS, na Política Nacional de Assistência Social frequentemente aparece junto com o termo risco social, não se notando discernimento entre elas e remetendo a uma complementaridade. [...]. Nas Orientações Técnicas sobre o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (2012), evidencia-se a preocupação de explorar o conceito de vulnerabilidade e as relações com o risco. O documento se apoia em autores que reconhecem que o conceito é complexo, sendo a vulnerabilidade uma condição relacionada à inserção e estabilidade no mercado de trabalho, à fragilidade de suas relações sociais e à regularidade e qualidade de acesso aos serviços públicos ou outras modalidades de proteção social. O risco é tido, assim, como decorrente da não prevenção das situações de vulnerabilidade social.

Pode-se dizer que, no campo socioassistencial, há uma descrição ampla sobre o que compõe a vulnerabilidade social, entendida não como um estado, mas como uma condição que pode ser temporária. Dessa maneira, as ações da proteção básica

têm como alvo as situações de vulnerabilidade social, preconizando ações voltadas para a atenção e prevenção a situações de risco (FERNANDES, R. M. C., HELLMANN, A., 2016, p.302).

REFERÊNCIAS

ASSIS, Simone Gonçalves de; FONSECA, Tatiana Maria Araújo da; FERRO, Viviane de Souza**. Proteção social no SUAS a indivíduos e famílias em situação de violência e outras violações de direitos: fortalecimento da rede socioassistencial.** Ministério do Desenvolvimento Social. Secretaria Nacional de Assistência Social. Brasília: Gerência Regional de Brasília, 2018.

BASTOS, Alice Beatriz B. Izique. A técnica de grupos-operativos à luz de Pichon-Rivière e Henri Wallon. **Psicologo informacao Psicol inf**. vol.14 n.14 São Paulo out. 2010. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-88092010000100010. Acesso em: 27 maio 2019.

BRASIL. Conselho Federal de Psicologia. **Referências técnicas para atuação de Psicólogas(os) nos Centros de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS**. Brasília: CFP, 2013. Disponível em: http://www.crpsp.org.br/portal/comunicacao/artes-graficas/arquivos/2013-CREPOPCREAS.pdf. Acesso em: 15 fev. 2019.

BRASIL. **Constituição (1988).** Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, D.F: Senado Federal, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 25 ago. 2018.

BRASIL. **Lei Nº 8742, de 07 de dezembro de 1993.** Dispõe sobre a Organização da Assistência Social LOAS e dá outras providências. Brasília, DF, 1993.

BRASIL. Ministério da Cidadania. **Cadastro Único** [Internet]. Brasília: DF, Ministério da Cidadania, [2019a]. Disponível em: http://www.cidadania.gov.br/servicos/cadastro-unico. Acesso em: 30 dez. 2019.

BRASIL. Ministério da Cidadania. **Carta de serviços ao usuário**. [Internet]. Brasília, DF: Ministério da Cidadania, [2019b]. Disponível em:http://mds.gov.br/acesso-a-informacao/mds-pra-voce/carta-de-servicos/usuario/assistencia-social/carteira-do-idoso. Acesso em: 03 jan. 2020.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Orientações Técnicas: Centro de Referência de Assistência Social-CRAS**. Brasília, DF, 2009a.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário. Secretaria Nacional de Assistência Social.
Caderno de Orientações Técnicas: Serviço de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto. Brasília, Distrito Federal, 2016. Disponível em: http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/caderno_MSE_0712.pdf. Acesso em: 06 maio 2020.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. Secretaria Nacional de Assistência Social. Departamento de Proteção Social Básica. **Orientações técnicas: Proteção Social Básica no domicílio para pessoas com deficiência e idosas**. Brasília, DF, 2017b. Disponível em:http://www.mds.gov.br/webarquivos/assistencia_social/caderno_PSB_idoso_pcd_1.pdf. Acesso em: 10 jan. 2020.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Orientações Técnicas: Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS**. Brasília, DF, 2011a.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Orientações Técnicas sobre o PAIF Volume 2 Trabalho Social com Famílias do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família - PAIF**. Brasília, DF, 2012.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Renda e Cidadania e Secretaria Nacional de Assistência Social. **Orientações Técnicas: Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua - Centro Pop SUAS e População em Situação de Rua Volume 3.** Brasília, DF, 2011b. Disponível em: http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/orientacoes_centro_pop.pdf. Acesso em: 06 maio 2020.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Perguntas Frequentes. Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos.** Brasília, Distrito Federal, 2017a. Disponível em: http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/perguntas_e_respostas/PerguntasFrequentesSCFV_032017.pdf. Acesso em: 10 jan. 2020.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, Seção I, 16 jul. 1990, Seção I, p. 13563. Disponível em: http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=1&data=16/07/1990. Acesso em: 13 dez. 2019.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. **Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária.** Brasília, DF: CONANDA, 2006. Disponível em: http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/Plano_Defesa_CriancasAdolescentes%20.pdf. Acesso em: 09 dez. 2019.

BRASIL. **Resolução nº 109, de 25 de novembro de 2009.** Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais. Ministério de Desenvolvimento Social. Brasília, DF, 2009b. Disponível em: http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/tipificacao.pdf. Acesso em: 04 jun. 2018.

BRASIL. Secretaria Nacional da Assistência Social. **Orientações Técnicas sobre Benefícios Eventuais no SUAS**. Brasília, DF, 2018. Disponível em: http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/Orienta%C3%A7%C3%B5es%20T%C3%A9cnias%20sobre%20Benef%C3%ADcios%20Eventuais%20no%20SUAS.pdf. Acesso em: 29 abr. 2020.

FERNANDES, Rosa. M. Castilhos, HELLMANN, Aline. (Orgs). **Dicionário crítico: política de assistência social no Brasil**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2016. Disponível em: https://lume.ufrgs.br/handle/10183/198716. Acesso em: 23 dez. 2019.

SÃO JOSÉ DO RIO PRETO. Decreto nº 18.073, de 29 de junho de 2018. Institui a Divisão Geográfica da área do Município de São José do Rio Preto em Regiões e dá outras providências. **DHOJE**, São José do Rio Preto, SP, p.A-7, 30 de jun. de 2018. Disponível em: https://leismunicipais.com.br/SP/SAO.JOSE.DO.RIO.PRETO/DECRETO-18073-2018-SAO-JOSE-DO-RIO-PRETO-SP.pdf. Acesso em: 29 abr. 2020.

SILVA, Daniela de Andrade da **Crianças e adolescentes em contextos de violências sexuais:** (re) pensando a demanda reprimida do serviço de enfrentamento a violência, ao abuso e a exploração sexual de crianças e adolescentes no município de Palhoça. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso (Serviço Social) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009. Disponível em: http://tcc.bu.ufsc.br/Ssocial284235.pdf. Acesso em: 06 fev. 2019.

SILVA, Renato Jesus da Silva; GUEDES, Maria do Carmo. A evolução do conceito de grupo em Silvia Lane. **Psic. Rev. São Paulo**, v. 24, n.2, 181-197,

2015, p.184. Disponível em :https://revistas.pucsp.br/psicorevista/article/download/27795/19624. Acesso em: 27 maio 2019.